

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**CIDADE, TRABALHO E MEMÓRIA: OS TRABALHADORES DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)**

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Belo Horizonte
Julho de 2008

Reinaldo de Lima Reis Júnior

**CIDADE, TRABALHO E MEMÓRIA: OS TRABALHADORES DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magda de Almeida Neves

Belo Horizonte
Julho de 2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

O interesse pelo estudo sobre os trabalhadores da construção de Brasília começou a se manifestar nos primeiros anos da graduação. Como sou um mineiro de nascença e brasiliense na curta trajetória de vida, este trabalho constitui-se como importante significado em minha formação acadêmica e também pessoal.

Aos meus pais reservo um pouco desde momento para poder agradecer a batalha de vida, aos princípios de fé, amor e responsabilidade por mim manifestados. À mãe pela sobriedade e carinho, ao pai pelo norte intelectual, as madrugadas de estudo, as experiências passadas.

Neste sentido guardo à minha orientadora Prof. Dra. Magda de Almeida Neves uma profunda admiração, por sua paciência e competência dispensadas. A Prof. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado, pelas contribuições metodológicas, a atenção e conversas realizadas. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas e a Professora Elizabeth Guerras Parreiras pela orientação e ajuda no projeto.

Aos amigos e companheiros do mestrado: Corina, Mônica, Cecília, Andréia, Rodrigo, Carlos André e Fabiano. Aos amigos de vida, Rafael Calado, Tiago Sânzio, João Carlos Áreas, Filipe Figueredo, Wilson, Adelino, Guilherme, Marcela, Aline, Daniela e Venúncia. Do curso de história às conversas sem fim, as contribuições e momentos que passamos juntos nesta caminhada.

Mais do que agradecer gostaria de dedicar este trabalho às mulheres que fazem parte de minha vida. A Fernanda Diniz, companheira, mulher e amor, sempre presentes. Minhas irmãs, Roberta, pela mulher serena, calma e sempre positiva, a Rinara, companheira desde sempre, aliada no parto, amiga de todos os momentos de minha vida.

Aos funcionários do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), em especial ao Sr. Luiz Neto pela atenção e ajuda dispensadas, mesmo devido à distância contribuíram para diminuir minhas dificuldades com a pesquisa.

Enfim a todos aqueles que mesmo não tendo sido citados, foram colaboradores dessa minha empreitada.

Obrigado.

RESUMO

Esta dissertação visa à análise sobre a memória coletiva dos trabalhadores da construção de Brasília 1956 a 1960. Considerando a amplitude de trabalhadores que participaram deste evento, usou-se dos registros de História Oral de doze trabalhadores visando a um estudo qualitativo sobre as suas memórias. O trabalho foi dividido em três capítulos temáticos de forma a abranger o assunto proposto. Tratou-se do processo histórico em que se inseriu o tema. A literatura sobre a conjuntura do nacional-desenvolvimentismo brasileiro (1945-1964) deu o suporte às análises da conjuntura econômica dos antecedentes até a conjuntura da construção da nova capital federal. Os registros de história oral dos trabalhadores forneceram os dados de análise da pesquisa qualitativa sobre trajetórias de vida dos migrantes, seu o cotidiano na cidade, a rotina do canteiro de obras e as relações de trabalho. Foram consideradas as manifestações referentes aos simbolismos da cidade e de Juscelino Kubitschek, a estigmatização, exploração e exclusão a que estavam submetidos os trabalhadores visando considerá-los protagonistas dessa conjuntura da história do Brasil.

Palavras Chave: Nacional-desenvolvimentismo, construção de Brasília, trabalho, migrantes, memória, exclusão

ABSTRACT

This text takes a view over Brasilia construction collectives memoirs embracing the period from 1956 to 1960. It was used the mechanism of the analisis stated herein selected from Oral History data of twelve workers in a qualitative survey. This work was divided in three thematic sections in order to cover up the proposed subject including the historic process related to the matters. The literature of the Brazilian national-developing (1945-1964) overwiewed the period 1945-1964 and gave the theoretical support to economic backgrounds up to construction of the new Federal Capital. The workers Oral History data permitted the qualitative search about migrants biography, their dayly life, building sites routines and their labor relations. Were taken under considerations the symbolic backgrounds related to Juscelino Kubitschek and the city, the stigmas, exploration and social exclusion likewise under what the workers were submitted aiming to rise them as protagonists of Brazilian History conjuncture.

Key-words – National-developing – Brasília construction – labor – migrants – memory – social exclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Distancias em linha reta das capitais até o distrito Federal (Reprodução) ..	22
Figura 02 – Fila no Serviço de Identificação da NOVACAP.....	38
Figura 03 – Restaurante do SAPS, na VELHACAP	45
Figura 04 – Vista da cidade - acampamento	57
Figura 05 – Vista da Cidade	59
Figura 06 – Vista da Cidade	60
Figura 07 – Construção do Congresso Nacional.....	66
Figura 08 – Vista da Cidade – construção do Congresso Nacional	67
Figura 09 – Cinema Teatro Brasília	72

LISTA DE ABREVIATURAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CIAM – Congr s Internationaux d’Architecture Moderne

DF – Distrito Federal

GEB – Guarda Especial de Brasília

GRN – Guarda Rural

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

INIC – Instituto de Imigra o e Coloniza o

IPASE – Instituto de Previdência a Assistência dos Servidores do Estado

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubitschek

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2- NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHEK	17
2.1- Cidade e Brasília	27
2.2 - População e cronograma das obras	33
2.3 Distribuição espacial e segregação	35
3 – A REALIDADE COTIDIANA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA	37
3.1 – A trajetória de vida dos trabalhadores-migrantes.....	46
3.2 - O canteiro de obras: Os “50 anos em 5” – visão dos trabalhadores.....	56
4 – CIDADE E TRABALHO: MEDIANDO A “SEGREGAÇÃO PLANEJADA”	70
4.1 – A imagem da cidade de Brasília para os seus construtores	81
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
ANEXO A: Figuras ilustrativas	105

INTRODUÇÃO

O foco do trabalho desenvolvido nesta dissertação direcionou-se para os trabalhadores-migrantes da construção de Brasília no período de 1956 a 1960. Voltar o olhar para o passado reativando a história oral como documento da memória individual e coletiva dos trabalhadores, sua vivência e experiência no canteiro de obras. Numa perspectiva da história-social abordou-se nos relatos o passado desses sujeitos e, dessa forma, perceber suas trajetórias de vida, elementos sobre o sentido da cidade, a experiência no canteiro de obras, o cotidiano na construção. O passado e o presente manifestos no ato de lembrar, consagrado pelo registro da História Oral.

Um ponto comum sobre os estudos que têm como pauta a memória é a fusão das várias temporalidades, o tempo do acontecido, do narrado e do uso.

Qual é a relação entre o passado, a memória e o texto histórico? Quando se fala em historiografia, é preciso dar conta de duas temporalidades, ou seja, o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados e o tempo da redação da narrativa. A memória desempenha o papel de intermediária entre essas duas temporalidades, pois ela compreende inicialmente uma imagem mental do passado; é um fenômeno intelectual volátil, mas em seguida é aprisionada nas palavras. Em outros termos, a narrativa histórica, sobretudo a narrativa histórica escrita, constitui a concretização e mesmo a imobilização da memória do passado. A memória assim congelada acaba por se tornar uma das poucas expressões tangíveis do tempo corrido; concretiza-se, porém, em diferentes formas de representação. Na medida em que o escritor determina essas formas, ele exerce um poder maior ou menor sobre o passado. (BROWN, 1985, p. 43-44).

Quando o pesquisador, ou mesmo um observador atento, analisa esta conjuntura, percebe uma realidade envolta por simbolismos, estigmas e regras sociais. Fulcro também da memória coletiva que, de acordo com Thompson (1992), não é constituída exclusivamente pela realidade material pronta e acabada. Nos relatos de memória manifestam-se sentidos, atribuem-se valores e foi por esse caminho que o estudo sobre o registro de história oral dos trabalhadores-migrantes tornou-se relevante.

Na tarefa de desvendar a memória social dos trabalhadores foi a premissa de colocá-los como protagonistas do evento, independente da fragilidade que lhes reservou a história oficial, considerados como analfabetos, despreparados, sujos, o dito candango. Na pesquisa levada a termo deste trabalho constituiu-se com abordagem reversa de uma tendência depreciativa nos sentidos que os estigmatizaram como “candangos”.

O candango é entendido como trabalhador, migrante, modesto, malvestido, sujo. Uma contaminação e/ou apropriação etimológica do angolês *candanje*, designação desprezível dada aos portugueses (BUENO, 1998). Entretanto é inequívoca a participação na construção da cidade, símbolo do pioneirismo de grandeza dos seus idealizadores, que ao contrário não os transformou em cidadãos no seu lídimo sentido de sujeitos detentores de direitos.

A grande maioria dos sujeitos que participaram da construção de Brasília eram de origem agrária, desde a infância lidando na lavoura acompanhando os pais, apresentavam baixa ou quase nenhuma escolaridade. Contudo, o termo trabalhador-migrante, melhor condiz com o objetivo aqui proposto, como trabalhador comum, o migrante dos rincões do país que se dirigiram ao Planalto Central em busca de melhores condições de vida. Fazendo dele sujeito integrado à história.

A memória elaborada na experiência dos indivíduos vivenciada em grupo “(...) e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações”. (NORA, 1995, p.8). De acordo com Nora (1995), a história, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é a representação do passado, operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico, só se liga a continuidades temporais e há um trabalho constante que destrói a memória espontânea.

O que se detém nessas vozes do passado são as experiências sociais dos sujeitos. Assim sendo, por meio do termo “experiência” o sujeito é reinserido na história. A “estrutura é transmutada em processo”. (THOMPSON, 2004, p. 188). Entre os trabalhadores-migrantes, forma-se uma cultura vinculada à vida de cada um com relações estratificantes e exploradoras, reprodutoras de dominação.

Por meio da pesquisa qualitativa foram utilizados documentos de História Oral produzidos em 1990 pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Os pesquisadores dessa instituição entrevistaram mais de oitenta pessoas que participaram da construção de Brasília. Optamos por doze desses documentos, aleatoriamente selecionados, sem a intenção de privilegiar ou ranquear qual o trabalhador poderia mais contribuir.

A pesquisa, nesta dissertação, teve por objetivo captar a representação sobre a construção de Brasília contida na memória daqueles que vivenciaram e participaram do evento. E nisto foi incluído o tratamento dado aos trabalhadores da construção civil de Brasília, como trabalhadores-migrantes.

Foram selecionados como amostra os seguintes depoentes:¹ o mineiro de Rio Casca, Clementino Cândido; o mato-grossense, José Cosme da Silva; o piauiense de Bom Jesus, Manoel Pereira da Silva; os cearenses, José Irismar Soeiro e Osvaldo Alves do Nascimento; o paraibano, Severino Manoel dos Santos; os goianos, Luciano Pereira, Manoel Ramos dos Santos e Delcídes Abadia Silva; o engenheiro Antônio Lourival Ramos Dias, mineiro de Diamantina; o também engenheiro, paulista, Augusto Guimarães Filho e por fim, o arquiteto Lovis Rocha Delgado, catarinense radicado no Rio. A escolha dos depoentes foi aleatória, mas com a preocupação de certa forma universalizante da representatividade das várias categorias que vivenciaram o período.

Os depoimentos dos profissionais qualificados tem o objetivo de dialogar com os depoimentos dos trabalhadores comuns. Pela via dos trabalhadores qualificados abordou-se a interpretação do canteiro de obras na perspectiva dos responsáveis pela execução da obra. Os dois grupos configuraram-se pelas condições que vivenciaram no canteiro de obras, como uma das formas de se reproduzir as relações de desigualdade manifestas na construção de Brasília.

De acordo com Cardoso(2002; 2003) os documentos produzidos pelo Programa de História Oral em Brasília são produtos consagrados para a pesquisa de outrem, estando disponíveis ao público.

Os depoimentos são narrativas individuais, mesmo feitas a partir de um roteiro propiciado pelo levantamento de dados, e conduzidos por técnicos habilitados. Enquanto narrativas individuais, eles podem evidenciar vivências comuns de pessoas que enfrentam o desafio de reconstruir suas vidas em outro local, muitas vezes distante do lugar de origem. Podem revelar também experiências diversas do ser trabalhador em uma cidade em construção. Mas, mais do que isto, podem desvendar diversidade de valores e expectativas, porque reconstruídos cotidianamente a partir das experiências de cada um, o que vai levando-os a rever sonhos e a construir alternativas. (CARDOSO, 2002, p. 7).

Eles se tornam produtos da história à medida que são utilizados como foco de estudo. Na literatura específica sobre a construção de Brasília, por algumas vezes os depoimentos dos trabalhadores da construção civil foram considerados como fontes. Como é o caso de Sousa (1978), ao analisar a formação da consciência de classe junto ao setor da construção civil de Brasília. Contudo, na presente dissertação, a essência está em utilizá-los como fonte primeira

¹ Amostra retirada do ArPDF, 1990.

e por serem fontes orais que foram produzidas em 1990 por outros pesquisadores. Como expõe Cardoso (2002):

As reflexões deste texto partiram, portanto, da necessidade de compartilhar as minhas reflexões e angústias a respeito do uso de depoimentos orais em trabalhos históricos dentro de uma situação específica, ou seja, depoimentos colhidos nos programas de história oral de arquivos e centros de documentação e que hoje se encontram à disposição do pesquisador. Mesmo que estes depoimentos não tenham sido colhidos pelo próprio pesquisador, eles trazem as marcas da identidade dos seus narradores. Embora pessoais, os depoimentos unem no ato de lembrar o individual e o social, recuperando visões de um tempo histórico que são realimentados pelos desejos, pelas frustrações ou pelas vitórias daquele que narra. (CARDOSO, 2002, p. 6).

Existe um contato não necessariamente simétrico entre um fato histórico determinado (a construção de Brasília) e o discurso de memória de doze trabalhadores que participaram do evento. A intenção foi de deixar que esses dois fatores dialogassem, tendo o cuidado de não atribuir maior veracidade a nenhum deles. Complementando surgem outras documentações – jornais, dados do censo, queixas policiais, fotografias, filmes – por contribuírem na complexa tarefa de vislumbrar um cotidiano marcado pela memória.

Além dos depoimentos buscados no ArPDF, também utilizamos os registros nos documentários fílmicos: *Conterrâneos Velhos de Guerra* de Vladimir Carvalho, *A vida é um sopro* de Fábio Maciel e *Os anos JK* de Silvio Tendler. E os cinejornais passados para os trabalhadores durante a construção da cidade; *Film Van De Companhia Urbanizadora: Brasília nº 15*, *Brasília Nov (D) 04.05(A). 002* e *Brasília: Profecia de São João Bosco (30 de agosto de 1883)*.

Memória e história são processos distintos e opostos. Entretanto de acordo com Delgado (2006, p.45), “em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda.”. Neste caso ao invés de opostos, tornam-se complementares. Há no diálogo entre elas uma relação dialética que as tornam cúmplices.

Neste sentido que Delgado (2006, p.50) considera que “memória e História, especialmente quando inter-relacionadas, constituem-se em fundamento, em substrato de identificação social de sujeitos históricos. Assim como discorre Thompson (1992) que considera que as pessoas retêm de suas lembranças o que representa um interesse ou necessidade social para elas. O cerne do problema não é descrever a história *ipsis litteris* – o que é impossível –, mas na confluência do que é fato do que é boato. Pois o memorialismo

tem um forte componente de fluidez e motivações de caráter estritamente pessoal. Isso pode-se tender por vezes a atribuir maior veracidade aos os boatos do que aos fatos em si, mesmo que isso ocorra, estão envoltos pelas crenças, valores, cultura que envolvia aquela sociedade. Os depoimentos no seu todo consagram os fatos, pois são provas de experiências comuns como relatos de grupo, conforme será posteriormente abordado.

Os boatos não sobrevivem, a menos que façam sentido para as pessoas. Olhando deste ângulo, como diz Portelli, 'não há fontes orais falsas'. (...) Em suma, a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação. É parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo – pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu. A construção de uma memória coletiva pode resultar numa força histórica por si só de imenso poder; (...) A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. (THOMPSON, 1992, p. 184-185).

O uso da história oral possibilita a produção do documental em contato com o cotidiano da pessoa comum. E a principal contribuição é a reconstrução mais realista do passado porque aceita a idéia de que a realidade é “complexa e multifacetada”. (THOMPSON, 1992, p. 25), ou seja, cada um que narra e lembra, o faz tendo em vista a posição que ocupou na sociedade. Um estudioso da política de classe operária: “(...) pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo – sejam elas apáticas ou militantes”.(THOMPSON, 1992, p. 25).

É uma produção que leva em consideração a complexidade de qualquer realidade, considerando de onde se narra e quais as fontes documentais vão determinar a história que se pretende escrever. O estudo histórico voltado para a análise da memória “é esteio para o auto-reconhecimento”. (DELGADO, 2006, p.51). Portanto, para a autora, a metodologia de história oral contribui para o reconhecimento da dinâmica social constituída tanto por similitudes como por diferenças. E essa complexidade foi levada em consideração para a escolha dos documentos de história oral utilizados, tendo em vista que;

(...) [o] mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista. Mas essa vantagem não é importante apenas para escrever história. Em sua maioria, os historiadores fazem julgamentos implícitos ou explícitos – o que é muito certo, uma vez que a finalidade social da história requer uma compreensão do passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente. (...) De modo geral, porém, a

mensagem social está presente, ainda que dissimulada. É bastante fácil a um historiador dedicar a maior parte de sua atenção e de suas citações aos líderes sociais que admira, sem emitir diretamente nenhuma opinião pessoal. (...) A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1992, p. 25-26).

A narrativa dos trabalhadores-migrantes contribui para a compreensão do que está intrínseco, subtendido, pouco detalhado: as pistas sociais. Não foi um exercício de atribuição de sentido sem a intenção do entrevistado, mas como Morelli² (GINZBURG, 1989) na interpretação da linguagem artística, analisava se a obra era autêntica ou cópia. Não pelos traços mais marcantes do autor, o que o bom copista facilmente reproduziria, mas nos traços elementares do próprio inconsciente do artista que por vezes o copista nem se dava conta. Da mesma forma, nas falas subentendem-se traços, tendências, desejos de pessoas ansiosas por se sentirem também sujeitos ativos da história que ajudavam a construir. Nas vozes retomam-se as experiências sociais e por meio delas eles são inseridos na história. (THOMPSON, 1981).

A presente dissertação foi dividida em cinco capítulos. No capítulo 1 foram apresentados o objeto de estudo, a metodologia desenvolvida e os documentos pesquisados ArPDF, acompanhadas de algumas notas conceituais como instrumental teórico, bem como as justificativas de por que associar memória e história, como um cenário em que se desenvolverão as análises nos capítulos subseqüente.

No segundo capítulo parte-se da contextualização da política nacional-desenvolvimentista de JK, estabelecendo alguns dos seus pontos relevantes e singulares até a contextualização da cidade de Brasília. O debate sobre a cidade teórica abstrata encontra-se com a realidade urbana e nos permite algumas conclusões sobre Brasília. Por meio da literatura específica, trazer ao leitor um conhecimento geral do que foi o significado da construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek.

No terceiro capítulo; *A realidade cotidiana dos trabalhadores da construção de Brasília*, o enfoque vai desde a análise dos autores que investigam o contexto da construção em Brasília no período de 1956 a 1960: Sousa (1978;1983;1994), Ribeiro (1991), Silva (1997), Lopes (1996), e Paviani (1991), analisando as bases das relações de trabalho existentes no cotidiano do canteiro de obras. Uma discussão historiográfica que fornece para

² Percorre territórios como a cultura popular, história da arte, psicanálise. Desenvolve os conceitos de paradigma indiciário e paradigma conjuntural, ao analisar os métodos de Morelli, Sherlock Holmes e Freud para o estatuto da investigação histórica.

este estudo alguns fundamentos sobre os acampamentos, a cantina como local de sociabilidade para o trabalhador e as relações de trabalho. Pelas histórias orais se delineia a trajetória de vida de sujeitos que construíram a capital federal. Procurou-se pesquisar a memória coletiva e analisar a experiência social na construção do mundo real, no contato do homem com os meios materiais e culturais, de busca de mudança e as decepções daí decorrentes.

O quarto capítulo faz uso dos conceitos de Benjamin (1991), Bolle (2000) e Bosi (1994;2003) na abordagem de uma história fragmentada da imagem de Brasília. A partir dos fragmentos da época, várias temáticas se superpõem. A segregação, o cotidiano no Planalto Central, as relações com os guardas, o lazer e a sociabilidade, o estigma do ser trabalhador “nordestino”, o ufanismo e a realidade que não garante moradia e trabalho aos sujeitos históricos que ergueram a cidade.

Por tudo isso se justifica plenamente o interesse do estudo desenvolvido por se tratar de uma situação singular da história brasileira e de vigoroso movimento social.

2- NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK

Um país novo como o Brasil, um país cheio de possibilidades e que agora está despertando no campo industrial (...) é preciso, sobretudo, que fique de pé e vigilante à idéia nacionalista para auxiliar e pelo menos minorar a luta daqueles que realmente querem transformar fora de nossas fronteiras. Porque é certo (...) que um país só se liberta, um país só progride quando transforma as próprias riquezas. O país meramente exportador de matéria-prima é país fadado ao aniquilamento e ao perecimento. (PASSOS, 1957, p. 498)

As análises procedidas neste capítulo se apoiaram nas teorias de Pereira (1997), Skidmore (1969), Delgado (2003), Farret (1985), Moreira (1998), Sousa (1978;1983), Ribeiro (1991), Silva (1997), Paviani (1991) dentre outros, com o objetivo de compreender o ambiente político, econômico e cultural que envolvia a construção da Nova Capital Federal.

Partimos, dessa forma, da conjuntura 1945-1964, desde as correntes de pensamento sobre o desenvolvimento do Estado (PEREIRA, 1997), à conjuntura do nacional-desenvolvimentismo de JK (MOREIRA, 1998), até as análises sobre as características da construção de Brasília (PAVIANI, 1991; FARRET, 1985).

A construção de Brasília é um movimento conseqüente do nacional-desenvolvimentismo, que recebe outras denominações, tais como: “populismo”, “experiência democrática”. Cinco presidentes estiveram à frente do poder executivo na seguinte ordem: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Cada um a sua maneira e ideologia procurou construir a nacionalidade brasileira, ora por meio de discursos exaltados, ora por uma política econômica que financiasse a industrialização dos principais centros do Brasil.

Seja qual for a denominação ou classificação, nem sempre é possível abranger a complexidade e as contradições inerentes à história. Para efeito deste trabalho adotaremos o termo “nacional-desenvolvimentismo” como princípio que situou as bases de análise sobre o período da experiência democrática brasileira de 1945 a 1964.

Pereira (1997, p.18) define que de 1930 a 1960 o Brasil de Estado agrário passou nos anos 40 e 50, para a concepção de Estado nacional burguês. Skidmore (1969, p.117) considera que os fundamentos para o crescimento econômico estavam concentrados em três postulados que se delineiam já no governo de Dutra: o neoliberal, o desenvolvimentismo-nacional e o

nacionalismo radical³. Entretanto ambos reconhecem que a linha divisória entre esses grupos era muito tênue, pois esses grupos por vezes dialogavam entre si, e os posicionamentos em alguns momentos coincidiam.

Por sua vez, Farret (1985) assegura que durante um curto período de tempo do pacto populista houve equilíbrio entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, que na perspectiva de Skidmore (1969) trata-se do enigma da classe média urbana. Esta era constituída por dois grupos. O primeiro, “[...] formado pelos burocratas e administradores cujo *status* econômico resultava mais da urbanização e do crescimento do poder federal do que da industrialização *per se*.”. Nele se incluíam plantadores e comerciantes que lucravam com exportação e importação, “[...] que haviam dominado a política brasileira desde meados do século dezenove.” O segundo grupo era constituído por “[...] administradores e profissionais liberais que encaravam a industrialização e a expansão dos métodos técnicos ‘modernos’ como indispensáveis para o futuro do Brasil”. (SKIDMORE, 1969, p.113).

A aliança entre esses dois grupos foi mantida até quando o setor rural foi solapado pela hegemonia da burguesia industrial em relação “[...] ao setor produtivo, às relações de produção e ao Estado. São Paulo torna-se o centro da economia nacional, o Rio de Janeiro o seu complemento, o Nordeste o fornecedor de mão-de-obra e o Centro-Oeste, uma fronteira agrícola não ocupada”. (FARRET, 1985, p. 22).

Skidmore (1969) chama a atenção para o “triângulo desenvolvido”: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os grupos urbanos estavam inextricavelmente comprometidos através de ligações familiares e financeiras com a estrutura agrária tradicional. Esse quadro persistia nas cidades do interior, até mesmo nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo. Mas, as maiores concentrações urbanas dentro do ‘triângulo desenvolvido’, haviam produzido um grupo médio auto-consciente, composto de burocratas, profissionais liberais, os quadros dos executivos da nova sociedade industrializada e dos interesses comerciais cujo destino se ligava ao crescimento daquela sociedade. Em números, esta classe não era muito grande em 1950. Ainda assim, estava em posição política vantajosa, porque o direito de voto no Brasil excluía os analfabetos. (SKIDMORE, 1969, p. 112-113).

Contudo a definição desses grupos e seu raio de atuação no processo histórico foram mais complexos não devendo ser considerados estritamente com base em suas teorias de

³ Segundo Skidmore (1969): “A fórmula neoliberal baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinante principal da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados.” Para maiores informações a respeito dessas teorias econômicas, v. Skidmore, (1969, p. 120).

política econômica de Estado e por delimitação temporal. Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram líderes que impulsionaram o desenvolvimento nacional por meio da industrialização, mas estavam umbilicalmente ligados a grupos agrários defensores da substituição das importações. Kubitschek “desde o início de sua carreira, esteve intimamente associado à fechada e unida elite política de Minas Gerais”. (SKIDMORE, 1969, p. 203) e Vargas, segundo Pereira (1997), representa o período em que conviviam as tendências de caráter industrializante e socialmente progressistas da burguesia nacional e a oligarquia em defesa das substituições das importações. Esses grupos detiveram a liderança do poder político durante o pacto populista. (PEREIRA, 1997, p.23).

O governo de JK, foi o primeiro momento da História do Brasil a potencializar a consolidação do modo de produção capitalista sem que se debilitasse o estado democrático de direito. Skidmore (1969) defende que o governo JK merece o rótulo de nacional-desenvolvimentista, por reforçar “os propósitos e as ações do governo num apelo ao senso de nacionalismo” (SKIDMORE, 1969, p.207), Contudo o governo dos “50 anos em 5”, tem especificidades com relação aos demais mandatos governamentais do período mencionado. Para o autor, o nacional-desenvolvimentismo do governo JK, direcionou a política econômica para o mais rápido crescimento no menor espaço de tempo possível. Incentivando os investimentos tanto dos setores privados como públicos, nacionais e internacionais, tendo como uma de suas premissas a substituição das importações (SKIDMORE, 1969, p. 207).

O desenvolvimento e aprofundamento do processo capitalista no Brasil atrelado à nacionalidade foram para Fernandes (2002) “[...] uma atitude política ‘realista’ e ‘pragmática’”. Sua execução contribui para que “certos interesses especificamente de classe possam ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da Nação como um todo”. (FERNANDES, 2002, p. 1.754-55).

De acordo com Ianni (1971), o nacional-desenvolvimentismo de JK procurou realizar a substituição de importações. Para alcançar esse propósito buscou dar ênfase à criação das indústrias de bens de capital e às de bens de consumo duráveis como a automobilística e de aparelhos eletrônicos, orientando o desenvolvimento brasileiro às premissas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

A ideologia nacional-burguesa, entretanto, não era apenas burguesa. Era também uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado. Os intelectuais que a formulavam, aos quais deveriam ser somados homens como Rômulo Almeida,

Santiago Dantas, Jesus Soares Pereira e também Roberto Campos, eram membros da tecnoburocracia que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista. (PEREIRA, 1997, p.24).

Mas Skidmore (1969) ressalva que não se deve simplesmente rotular o programa de governo de Kubitschek como desenvolvimentista. O Plano de Metas apresentado ao povo brasileiro tinha um caráter nacionalista, cuja consagração só seria possível com a profunda industrialização do país. “A solução para o subdesenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas devia ser a industrialização urgente.” (SKIDMORE, 1969, p.207). Tendo em vista as particularidades que o governo procurou implementar,.

Foi também o ponto nodal do período atrelar desenvolvimento industrial com consagração nacional. Quando da posse de Kubitschek, se acreditava que o país estava entrando na fase do “desenvolvimento capitalista planejado”. Formou-se na cúpula do governo um tripé responsável pela operacionalização do Plano de Metas, constituído pelo Ministério da Fazenda, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Conselho do Desenvolvimento, órgão criado pelo então presidente. Os objetivos eram basicamente “[...] captar recursos para o Plano de Metas; implementar o Plano; e coordenar os grupos de trabalho que estudavam as metas”. Esta nova forma de gestão foi qualificada como “administração paralela, isto é, um setor técnico e fundamental para a operacionalização do plano econômico do governo, situado acima da influência político-partidária do período.” (MOREIRA, 1998, p.29).

De acordo com Benevides (1979), o nacional-desenvolvimentismo do governo de JK, pode ser dividido em duas fases. A primeira vai de 1957 a 1959, e a segunda compreende o período de 1959 ao final do mandato do Presidente em janeiro de 1961. Na primeira fase o governo de JK pode ser caracterizado como tendo sido o momento em que “[...] começou a integrar efetivamente a ideologia do desenvolvimento; a inquietação política é mais controlada e a ênfase do governo é a construção econômica”. (CARDOSO, 1972, p.125). No segundo momento o governo se deparou com crises, de caráter econômico, com algum risco de fracasso do planejamento, pressões do Fundo Monetário Internacional, crescente inflação, necessidade de implementar um plano de estabilização monetária e ainda de enfrentar o crescimento de grupos oposicionistas. (BENEVIDES, 1979).

Na primeira fase o governo JK elaborou estudos de viabilidades e propostas de planejamento que visavam o desenvolvimento nacional. Nele havia a compreensão da necessidade de implementação de um programa de governo que atacasse os pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento do sistema capitalista no país. Foi então

elaborado o Plano de Metas. Inicialmente o programa se articulou em trinta medidas, distribuídas entre os seguintes setores: metas 1 a 5 energia; metas 6 a 12 transportes; metas 13 a 18 alimentação; metas 19 a 29 indústria de base; e meta 30 educação⁴.

Ordenando a estratégia completa de desenvolvimento econômico de Kubitschek, tínhamos uma série de ‘metas’ de produção, que abrangiam tudo, alinhadas formalmente em 1958. Esse não era um programa rígido, era mais uma série de objetivos através dos quais os setores designados teriam que ser dirigidos. Executando o seu programa, o governo era pragmático, enfatizando o crescimento das indústrias de base e virtualmente ignorando áreas como a agricultura e a educação, apenas nominalmente incluídas no Programa das Metas. (SKIDMORE, 1969, p.207).

De acordo com Oliveira (2000), somente durante a campanha eleitoral a construção da capital federal ganhou lugar no programa, passando a ser a meta 31. Como salienta Moreira (2003), um dos pontos-chave da campanha eleitoral do então candidato, foi racionalizar por meio do planejamento a sua proposta de governo. Isso diferenciou a proposta de governo de JK dos demais presidentes até então. Moreira (1998) e Paviani (1991) confirmam que a proposta de construção da capital federal no interior do país baseou-se em um artigo que fez parte das constituições desde 1891. Contudo iniciada a construção, Brasília tornou-se a metassíntese de todo o programa de metas do governo JK.

A construção de Brasília seria imprescindível para o êxito daquele ambicioso plano. Qualquer estrada deve ter um ponto de chegada que justifique sua implantação. Não poderia dirigi-la para o interior, fazê-la rasgar a selva, sem um objetivo econômico. Seria insensato despender somas fabulosas de dinheiro para se chegar apenas a uma taba de índios. (OLIVEIRA, 2000, p. 74).

Sendo assim, para Kubitschek e alguns membros do ISEB, por meio da construção de Brasília se consagrariam as condições para que o país realizasse a fase de transição no seu agora inevitável processo de desenvolvimento. (MOREIRA, 1998).

O raciocínio modernizador de Kubitschek desconsiderava uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento do país ou sobre a divisão inter-regional do trabalho como possíveis condicionantes das desigualdades regionais. Ao contrário, para ele, era preciso apenas transformar a agropecuária nacional em um setor tão moderno quanto o industrial. Entretanto, o processo modernizador e desenvolvimento do interior só estariam efetivamente garantidos, segundo JK, se também fosse superado

⁴ Mais informações sobre o plano de metas podem ser buscadas em: CASTRO, Ângela de. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Da Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1991.

o isolamento político daquelas regiões. (...) Assim, a mudança da posição geográfica da capital era interpretada pelo Presidente como condição indispensável para que de fato existisse uma distribuição mais justa do progresso e, portanto, para o próprio fim das disparidades de desenvolvimento regionais. (...) A idéia básica deste argumento é fazer coincidir o centro político do país, representado pela capital, com o seu centro geográfico, representado pelo Planalto Central. É uma argumentação que explora o problema da visibilidade que o Poder Público tem dos problemas nacionais e do território com suas diversas unidades federativas. Sugere a necessidade de o Estado ampliar o seu campo de visão, como condição para aumentar sua capacidade de ação. Segundo esta perspectiva, a capital interiorizada tornaria o Estado mais apto a atender os interesses e necessidades de todas as regiões brasileiras. (MOREIRA, 1998, p. 34).

A partir de Brasília, consolidaram-se e executaram-se as metas do transporte, denominadas pelo presidente como “cruzeiro rodoviário” (OLIVEIRA, 2000); “(...) foram construídas a Belém-Brasília (1.500 km), a Belo Horizonte-Brasília (700 km), e a Goiânia-Brasília (200 km)” (MOREIRA, 1998, p. 30). Como defende a autora, a construção da nova capital levou o país a uma série de mudanças estruturais: na agricultura, povoação do interior, industrialização e geração de emprego. De acordo com Oliveira (2000), com a interiorização da capital nos moldes como foi projetada e executada, houve decisivo impacto para incrementar o processo de desenvolvimento do país. A partir de Brasília fundiu-se a convicção de que o Brasil estava preparado para figurar no rol dos países desenvolvidos.

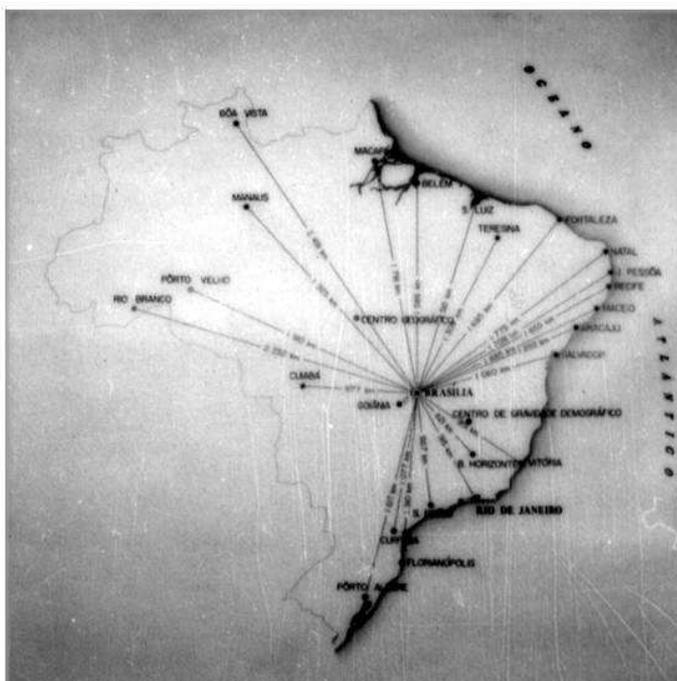


Figura 01 – Distancias em linha reta das capitais até o distrito Federal (Reprodução)

Data: 1957-1960

Fonte: Arquivo Público do DF

Nov.D.04.04.B.19 No. 1973

Autor: Mário Fontenelle

Para que JK conseguisse levar a fio o seu programa, foi necessário gerar no Brasil o senso de confiança em sua política econômica, conquistada “[pela] marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos.” (SKIDMORE, 1969, p. 207). Buscou direcionar energias para o sentimento de nacionalismo que estava em voga com a construção da nova capital. Kubitschek contou com a força de vários membros do ISEB, que contribuíram com estudos sobre a necessidade de direcionamento de investimentos para a industrialização do país. De acordo com Moreira (1998), o ISEB alcançou influente participação no governo JK, sendo “(...) uma das organizações nacionalistas mais importantes e influentes durante o governo”. (MOREIRA, 1998, p. 136). Em alguns estudos dos membros do Instituto, como por exemplo em Roland Corbisier, estabeleceu-se relação direta entre o desenvolvimento industrial do país com a construção de Brasília.

Dentro desta perspectiva, o primeiro problema enfrentado por Corbisier foi a questão da ‘autenticidade’ de Brasília, pois ela simbolizava um bem cultural produzido por uma sociedade ainda ‘subdesenvolvida’ e ‘semicolonial’. O diagnóstico da ‘transição de fase’ serviu, neste caso, para explicar por que estava sendo possível a edificação da cidade, cujo principal objetivo era, segundo o autor, promover a integração econômica, social, física e cultural do país. Brasília nascia, portanto, para satisfazer interesses nacionais ou ‘endógenos’ e por isso significava, do ponto de vista cultural, uma obra ‘autêntica’. (...) Brasília foi vista como um veículo de transmissão da ‘ideologia do desenvolvimento nacional’, ou ainda como meio de ‘conscientizar’ a população sobre as potencialidades e os novos objetivos nacionais. (MOREIRA, 1998, p. 139).

O impacto da industrialização desenvolvimentista foi abrangente e alcançou não somente os segmentos urbanos da economia, mas também as áreas agrícolas de algumas regiões do Brasil, com impacto maior junto ao proletariado urbano.

De outro lado, é preciso ter-se em conta o que representa a consolidação do ‘capitalismo industrial’ para a massa de população pobre. A via pela qual se atinge o clímax da transição industrial está longe de ser a melhor possível. Todavia, o que importa ressaltar, no caso, são as oportunidades concretas de trabalho, de adquirir um meio de vida, os ritmos de crescimento do proletariado urbano e industrial. (...) Simetricamente, o povo muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. (...) esse é um fato central, que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. (FERNANDES, 2002, p.1736).

De acordo com Grandi (1985) e Sousa (1994), a aceleração do processo de industrialização do país acarretou concentração em áreas urbanas da mão-de-obra assalariada,

que até então estava locada na zona rural. Esse novo contingente de trabalhadores urbanos foi absorvido a princípio pelo setor da construção civil, devido à sua capacidade de absorver trabalhadores menos qualificados, como pedreiros, serventes, vigias e outros.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a tecno-burocracia estatal acreditava que por meio da “industrialização urgente” levaria ao desenvolvimento de toda a sociedade e a uma maior distribuição da riqueza, de acordo com Fernandes (2002), Paviani (1991) e Farret (1985), o que se comprovou foi que nos países periféricos as conseqüências do capitalismo levaram ao aumento das desigualdades sociais. Entretanto as antigas formas de tutela tinham que ser modificadas, tendo em vista que no país havia outra forma de organização dos trabalhadores urbanos, cujas organizações sindicais são seu maior exemplo e frutos da própria contradição do sistema. Como foram as ações de greves dos 400 mil em 1957. A Greve dos 400 mil ocorrida de 15 a 25 de outubro de 1957 e considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de greve é um importante movimento paredista na história do Brasil. Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista. E, principalmente, estabeleceu-se que o lugar dos trabalhadores na paz social do nacional-desenvolvimentismo não era absolutamente determinado pelo progresso econômico, mas pela própria experiência operária. (NEGRO; SILVA. 2003, p.73-74).

Contudo, enquanto uns apreciavam a matéria, migrantes saíam do campo para a cidade e encontravam lugar nas indústrias. (...) Assim, se o afro-nativo-descendente havia sido ‘substituído’ pelo imigrante na virada do século XIX para o XX, de 1945 em diante a figura do sujeito sem voz nem vez era reintroduzida em cena no papel do trabalhador brasileiro. (NEGRO; SILVA, 2003, p.49).

De acordo com Negro e Silva (2003) muitos foram os que acreditavam nas teorias do trabalhador cordial, tão em voga no período, como é o caso de Gilberto Crockatt de Sá, que em 1955 era chefe do Departamento Nacional do Trabalho (DNT).

Crockatt de Sá mobilizou sua argumentação para que o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) controlasse a chegada das esquerdas nos sindicatos e continuasse a ditar o que era bom ou ruim para os trabalhadores. Resumida na palavra ‘atraso’, lançou mão da tese do despreparo e incompletude do operariado brasileiro. Apropriou-se também do mito da índole cordial e pacífica do ‘trabalhador comum’, em geral referente a um homem adulto, sem profissão qualificada e de origem interiorana. (NEGRO; SILVA, 2003, p. 50).

Mesmo havendo interpretações que consideravam o trabalhador como incapaz e ingênuo, houveram análises, como de Sousa (1978;1983), que considerou o trabalhador comum capaz de ações reivindicatórias. As atuações dos trabalhadores foram também consequência das medidas do Plano de Metas que para Farret (1985), concorreram para maior concentração de “renda resultante da compressão de salários da classe trabalhadora provocada pela mudança na composição da demanda em favor dos extratos mais altos da população”. (FARRET, 1985, p. 24), influenciando diretamente os desequilíbrios sociais.

A história de Brasília, mesmo antecedentemente à inauguração do Plano-Piloto como centro político administrativo do país, em 1960, registra alguns testemunhos da contradição ‘planejamento urbano’ versus construção injusta do espaço. As contradições básicas se configuram em movimentos sociais e de algumas lutas bem pontualizadas, cujos teores, momentos e atores estão sendo analisados em outras contribuições. (PAVIANI, 1991, p. 122).

Sobre essa conjuntura da história brasileira, existe um número expressivo de análises referentes ao processo político, econômico e social, e sobre as bases de participação das camadas populares em sua dinâmica histórica. Tais abordagens apresentam diversos focos, mas todas elas convergem, todavia para o reconhecimento da via desenvolvimentista.

Os estudos do período 1956-60 esclarecem como o trabalhador oriundo das mais distintas regiões do país se inseriu no projeto de construção da capital federal. Um dos problemas inquietantes relacionados a essa dinâmica é o de como esses brasileiros que migraram para o Centro-Oeste, viveram os anos da construção de Brasília, integrando-se ao processo de rápida urbanização do Brasil.

A passagem de uma sociedade “majoritariamente rural em outra, predominantemente urbana” (SANTOS, 1985, p. 234), tem na década de 1960 um de seus marcos, Ao analisar os períodos de 1940, 60 e 80, o processo de crescimento da população urbana seguiu uma linha crescente de 31,2%, 44,7% e 67,6% respectivamente; Processo migratório crescente, que ocorreu no país, relacionou-se diretamente ao desenvolvimento e à consolidação das relações capitalistas de produção e trabalho. A absorção dos indivíduos no universo de trabalho urbano, caracterizado pela passagem do trabalho no campo para o trabalho na cidade teve como um dos seus suportes a indústria da construção civil, carro motriz do desenvolvimentismo dos anos JK.

De acordo com Grandi (1985, p. 174) o processo migratório acarretou no crescimento do volume da força de trabalho. O setor secundário, a indústria da construção civil

experimentou aumento de 1,95 % na década de 40; 3,4% na década de 50. Somente o setor terciário alcançou um crescimento maior, valendo a ressalva de que este setor é até os dias atuais o que inclui trabalhadores das mais diversas áreas. Portanto, houve uma real preponderância do papel da indústria da construção civil na absorção da mão-de-obra migrante.

Sobre as ondas migratórias que caracterizaram o período, ressalva-se que não podem ser resumidas às políticas de Estado, mas nele, podem-se encontrar muitas respostas para o entendimento desses fluxos. (SANTOS, 1985). De acordo com Farret (1985):

A ação do Estado na estruturação do território brasileiro confunde-se com a própria história do país. A este respeito, diversas estratégias têm ocupado a agenda governamental, desde o século XIX. A exemplo de outros países que experimentaram uma tardia integração no mercado capitalista mundial, o Estado, no Brasil, tem, historicamente, tentado ocupar plenamente o território nacional por intermédio do redirecionamento dos fluxos migratórios, da colonização dirigida ou subsidiada através da implantação de novos eixos de comunicação e da construção de novos núcleos urbanos. (FARRET, 1985, p. 20).

No processo histórico brasileiro indica-se uma correlação entre processo migratório e o processo de urbanização, tendo como fomentador o modo capitalista de produção. Para Farret (1985), os entendimentos dos fluxos migratórios contribuem para uma leitura sócio-econômica do processo de urbanização do país.

Uma das características marcantes deste período foi o início da penetração das relações capitalistas de produção nas áreas rurais e o reforço, como vimos, da polarização exercida pelo Sudeste, promovendo a urbanização acelerada do país. Acentua-se a criação de diversas cidades e a proliferação de outras, com mais de 20.000 habitantes. Por exemplo, em 1920, havia 74 cidades com população acima de 20.000 habitantes; em 1950, esta cifra passa para 85 e, em 1960, para 155. Por outro lado, enquanto em 1950 havia 3 cidades com mais de 500.000 habitantes, em 1960 este número passa para 7. No período de 1950-60, a taxa de crescimento urbano foi de 7,38%, enquanto que a taxa de crescimento da população foi de 3,16%. (FARRET, 1985, p. 23).

Sob essa perspectiva, a construção de uma capital no centro geográfico do país não foi simplesmente um fato que ocorre no nível ideológico e isolado. A construção de Brasília, como centro político, nos anos 50, só se tornou factível graças à “[...] conjugação das forças sociais então existentes e que, por sua vez, constituem o efeito cumulativo de todo o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. (FARRET, 1985, p.19).

A construção de Brasília não poderia ter ocorrido meramente pelo carisma de arautos que conseguiram convencer a sociedade sobre a relevância de tal empreitada, pois diferentes variáveis influenciaram o processo. Sua realização, na verdade, derivou da conjugação estrutural e circunstancial do processo histórico orientado por perspectivas político-ideológicas, econômicas e sociais. Sem deixar de lado o princípio de construção da nacionalidade, o setor econômico industrial foi um aglutinador. A mobilidade social surge como um dos vetores, em quantidade do processo migratório e na qualidade das lideranças políticas e dos gestores. O propósito a ser considerado não foi de uma definição determinante, mas a correlação dos fatores envolvidos, mesmo diante das limitações de tentar abranger a complexidade do processo histórico.

Na próxima seção deste capítulo se abordará a literatura que discute o tema da cidade e o projeto da construção da cidade de Brasília.

2.1- Cidade e Brasília

Ao fechar aqueles pesados portões, eu o fiz com intensa emoção. O que fazia não era efetivamente cerrar a entrada de um palácio, mas virar uma página da história do Brasil. Durante dois séculos, o Rio fora a cabeça da República, seu órgão pensante – cérebro e coração de um grande país. A civilização, construída na faixa litorânea, realizara seus objetivos sociais e políticos que lhe competiam, havia chegado ao fim. Naquele momento outro se iniciava: a era da interiorização, da posse integral do território, do verdadeiro desenvolvimento nacional. (OLIVEIRA, 2000, p. 281).

No processo histórico das cidades interfere o debate “cidade pensada” vs “cidade construída”. Esse sentido, também pretendemos incorporar à nossa análise.

Esse esforço possibilitou o entendimento de uma relação muitas vezes contraditória e conflitiva, no momento em que é colocado em cena o ator principal, o homem. Parte-se de uma interpretação mais genérica sobre a cidade até o núcleo da historiografia da cidade de Brasília; o sentido da cidade e a sua construção, fazendo-se referência à literatura cujo enfoque seja a cidade e com temáticas que contribuam para este estudo.

O estudo de Goff (1998) estabelece algumas análises para o entendimento da cidade em três tempos históricos distintos: a antiga, a medieval e a contemporânea. Ao compará-las considerou que a formação social da segunda está mais próxima da última do que da primeira. Pretendendo refazer os fios que ligam esses tempos das cidades européias, o autor argumenta:

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. É assim que se delineiam, ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e uma divisão social da cidade, na qual os judeus são as primeiras vítimas. (GOFF, 1998, p. 25).

No século XIX as cidades passaram por um processo de transformação das relações no campo, no século XX as cidades européias sofreram processo semelhante no nível industrial. Lefevre (1991) considera que as relações industriais passaram por adaptações, conquistas de direitos e readaptação do processo produtivo, e por momentos com tendência à precarização das relações de trabalho. Entretanto Goff (1998) confirma que as cidades mantiveram sua essência nas quatro funções básicas: da troca, da informação, da vida cultural e do poder.

Para Goff (1998), alguns parâmetros contribuem para a análise da condição atual das cidades. As funções coexistem por entrelaçamentos e superposições.

Pode-se divisar uma evolução, uma trajetória da noção de trabalho, do valor ligado ao trabalho e, simplificando as coisas, dizer que na alta Idade Média o trabalho é uma atividade e um valor menosprezados. Por quê? Trata-se sobretudo de trabalho rural e, segundo uma tradição que o cristianismo apenas reforça com relação à Antiguidade, o camponês é menosprezado. (...) Mas, seja como for o *status* depreciado de numerosos trabalhadores que evocamos, a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo. Inversamente, a ociosidade é depreciada: o preguiçoso não tem lugar na cidade. Some-se a isso que, a partir do momento em que se desenvolve um movimento escolar, certo número de grandes cidades, o fato de ensinar e aprender contribui para a valorização do trabalho. (GOFF, 1998, p. 49).

O autor constrói uma visão sobre valores culturais que se verificam no processo de constituição da cidade de Brasília, em que o camponês da Idade Média é a prefiguração dos trabalhadores da construção civil. Tanto na visão preconceituosa quanto nas relações de produção. Em Brasília, por meio de uma nova ordem social, os planejadores acreditavam que estavam plantando a semente de uma nova lógica de relações sociais para todo o país, o que será mais bem detalhado adiante. Os arautos da construção da nova capital partiram da premissa de que a cidade seria centro irradiador que transformaria toda a realidade social brasileira. (HOLSTON, 1993). Entretanto essa visão desconsiderou o processo histórico como

condicionante dos valores sociais, mesmo que esta cidade seja formada sobre padrões de racionalidade, planejamento, geometria.

Uma importante interpretação sobre as premissas do projeto Brasília, é a de Holston (1993). O autor entende que os planejadores, entre eles Lúcio Costa, consideravam que a arquitetura se estabelece como campo de intenções, “[...] visando a mudança da sociedade, a reformulação da vida cotidiana, a exibição de status, a regulamentação da construção civil e assim por diante”. (HOLSTON, 1993, p. 20).

Os instrumentos utilizados pelos arquitetos planejadores, integrados aos objetivos governamentais, traziam a crença de que por meio do planejamento urbano seria possível se traçar as condicionantes da cidade. Trata-se das “[...] cinco proposições modernistas básicas, que visam redefinir as ‘funções-chave’ da vida urbana”. (HOLSTON, 1993, p. 29). A primeira é organizar a cidade em zonas exclusivas e homogêneas de atividade, baseadas numa tipologia predeterminada de funções urbanas e formas de construção. A segunda é concentrar a função de trabalho com zonas dispersas de dormitório. A terceira, instituir um novo tipo de arquitetura e organização residencial. A penúltima é criar uma cidade verde, cidade parque. E por fim, impor um novo sistema de circulação de tráfego. Para o autor, a síntese do projeto de Brasília expressou-se por sua separação espacial das funções de trabalho, moradia, lazer e tráfego.

Nesta direção, Holston (1993) considerou que o projeto de Brasília tem suas raízes nas propostas do *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne* (CIAM). Para o autor, em muitas cidades houveram a presença da arquitetura e do urbanismo moderno pretendido pelos manifestos do CIAM. Mas foi Brasília que incorporou em suas linhas as principais concepções urbanísticas do CIAM.

Holanda (2003) explicita a concepção Brasília.

O Plano Piloto de Lúcio Costa representa o genuíno Movimento de Arquitetura Moderna, cujo ideário permeou a maioria dos projetos apresentados no concurso de 1956. (...) Uma cidade ‘pós-moderna’ *avant la lettre*, distinta de todas as manifestações urbanísticas modernas. Nisso reside sua força. Escolhida pelo júri do Concurso por ser ‘a concepção espacial adequada a uma capital’, articula-se em quatro temáticas configurativas, ou *escala*.

1) *a monumental*, território cerimonial ou *civitas*, é apêndice ao corpo mais extenso do tecido urbano no sentido leste-oeste; abriga as atividades administrativas da União e do Distrito Federal.

2) *a gregária*, reduto da *urbs*, localiza-se no *core* da cidade; tem papel de centro urbano.

3) *a residencial* ou *cotidiana*, a norte e sul desse centro, corresponde às duas Asas de uso predominantemente residencial.

4) a *bucólica*, evocativa do meio natural, manifesta-se nas áreas que separam o tecido urbanizado do lago Paranoá e em constantes inserções de vegetação nas demais escalas. (HOLANDA, 2003, p. 39).

Em importante relato sobre o seu trabalho no Planalto Central, Niemeyer (2006) defende que em Brasília, arquitetura e estrutura trabalham juntas. Assim como nas cidades antigas em que existia uma relação de unidade, os elementos compõem um conjunto e se ligam plasticamente. Esclarece que na Praça dos Três Poderes quis realçar a arquitetura, cada elemento se relaciona com o conjunto da paisagem construída. É o urbanismo planejado com as largas avenidas, a racionalidade dos edifícios, mas com sua originalidade no uso das curvas, do volume, seja no congresso, nas colunas dos Palácios da Alvorada e da Justiça ou na Catedral.

Voltando a análise de Holston (1993), Brasília serve como um estudo de caso, alinhado em dois pressupostos. Em primeiro plano, as tentativas de autoridades políticas modernas que, por meio de instrumentos como arquitetura, planejamento urbano, administração burocrática, forjam novas formas de associações coletivas e hábitos pessoais impulsionando a sociedade. Em segundo, a observação das coletividades inseridas e participantes desses projetos, intencionalmente ou não que acabam transformando os planos arquitetônicos e urbanísticos originais.

Ao analisar o projeto e o contexto teórico sobre o qual se debruçavam os planejadores da cidade, Holston (1993) entende que a base de influência sobre Brasília é marcadamente dos grupos arquitetônicos de vanguarda da Europa Ocidental e da União Soviética. Os princípios dessa vanguarda adotada no Brasil significam uma nova conceitualização da vida na cidade, e Brasília foi o seu protótipo. Segundo o autor, o modernismo exerce um grande fascínio, sobretudo para os governos de Terceiro Mundo. A estética serve como mecanismo de apagamento de um passado indesejado e de reinscrição do futuro. A modernização serve como “ideologia do desenvolvimento pela qual governos, (...) tentam reescrever a história de seus países”. (HOLSTON, 1993, p.13).

Entre os argumentos de Holston (1993) destaca-se o entendimento de que a arquitetura modernista caminhou na direção da total descontextualização. O objetivo foi de um futuro imaginado em que se avoluma a crítica ao passado. Os arquitetos e planejadores urbanos acreditavam que poderiam mudar as estruturas da sociedade brasileira criando uma cidade que fosse o berço da igualdade e democracia. Na retórica de Lúcio Costa reside a intenção de fundar a cidade – “sem história”. O Plano Piloto não é o resultado do processo histórico brasileiro, mas um mito a ser incluído na consciência nacional.

O mito, para quem o narra, pretende transformar a história em natureza, apresenta-o como sagrado, eterno, ideal ou universal, “um conjunto de acontecimentos e de relações que, na verdade, são produtos da história [...] os mitos servem para encobrir certas inconsistências criadas pelos eventos históricos, mais do que para registrar esses eventos com exatidão.” (HOLSTON, 1993, p. 73).

A mesma intenção de reprodução do mito é incorporada por Couto (2006), quando vincula a cidade à figura de Juscelino Kubitschek, mais por achar que Brasília e JK se fundem num único ser que se transforma no símbolo de ambos. A tal ponto que deixa em segundo plano, ou mesmo no “esquecimento”, homens e mulheres que Silva (2005) descreve como do “fogo, lenha e fornalha de um futuro sem razão”.

Também se destaca a contribuição de Freitag (1994) sobre os estudos acerca de Brasília. Todavia em uma direção oposta e crítica à dos autores que dicotomizam a cidade racionalizada com a cidade realizada. A autora procurou analisar a cidade numa perspectiva que vislumbra a correlação de forças entre a história e a razão. Sendo assim, o estudo comparativo entre Brasília e Berlim tornou-se um vasto campo de reflexões sobre a cidade. Para Freitag (1994), cotejar as duas cidades tem motivações subjetivas, pois Berlim é a sua cidade natal, e Brasília o local onde reside e trabalha. Mas nem por isso desconsidera as motivações objetivas, considerando as distinções históricas entre as cidades – Berlim tem 755 anos, e Brasília pouco mais de trinta (quando publicou o artigo), Berlim historicamente passou por formações e destruições, Brasília foi resultado de um esforço nacional.

Levando-se em conta essas ponderações, Freitag (1994) descortinou uma imagem convergente entre as cidades: ambas foram construída, ou reconstruída – no caso de Berlim – há menos de 50 anos, possuem estatuto continental, são cidades localizadas no centro dos seus continentes (América do Sul e Europa), sem acesso ao oceano e “são testemunhas de grandes ondas migratórias”. (FREITAG, 1994, p. 40).

O que a autora propôs foi a crítica as análises que estabelecem a distinção entre “cidade historicamente formada x cidade racionalmente planejada”. Não distingue história e razão. “Este exame permitirá desvendar o entrelaçamento curioso de história e razão, presente em todo e qualquer espaço urbano”. (FREITAG, 1994, p. 47).

Contrapondo-se a Holston (1993), a autora entende que planejamento urbano deve ser compreendido inserido no processo histórico, seja para mudá-lo ou para reafirmá-lo.

O esforço ordenador do urbanista e arquiteto, representando a razão e a vontade individual, sempre acompanhou o caos relativo da história, seja ele produzido por

um crescimento orgânico, mas descontrolado do espaço urbano, seja ele fruto da demolição deliberada, resultante das guerras que abalaram a cidade: Frederico o Grande e von Knobelsdorff e, mais tarde, Schinkel, Hitler e Albrecht Spree, Willy Brandt e Gropius, Ulbricht e os construtores do muro de que dividira a cidade, Honecker e seus opositores, todos eles foram moradores de Berlim que muitas vezes, lado a lado, procuraram interferir na estruturação do espaço urbano: todos eles foram superados em suas intenções pela dinâmica da história. (FREITAG, 1994, p. 47).

Fazendo uma releitura dos projetos urbanísticos racionais cuja premissa foi com o futuro, conclui que essas temáticas acabam por “revelar, em sua estrutura urbana, a continuidade da história passada”. (FREITAG, 1994, p. 51). Foi no Plano Piloto, no cerrado brasileiro, tendo os planejadores todo o espaço e alternativas à sua disposição, para construção de uma cidade sob princípios igualitários, que “os pecados do passado (a hierarquia de classe, a injustiça social, elitismo, autoritarismo etc.) da sociedade se tornam mais visíveis e transparentes”. (FREITAG, 1994, p. 51). Em Brasília ninguém se assusta pelo fato de nos edifícios, tanto públicos ou privados, haja um elevador social e outro de serviço. “E é nesses espaços urbanos novos que as estruturas antigas da sociedade de classes encontram suas novas formas de expressão”. (FREITAG, 1994, p. 51).

De acordo com Oliveira (2006) quando a cidade foi inaugurada, em 21 de abril de 1960, ainda não “reunia completamente as condições – tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista administrativo – de ser uma capital, menos ainda uma cidade”. (OLIVEIRA, 2006, p. 89). Em síntese, em 1960 estava-se inaugurando em parte um símbolo, em parte uma capital, não uma cidade”. (OLIVEIRA, 2006, p. 106). Sua argumentação fundamentou-se no fato de que no dia 21 de abril de 1960 a infra-estrutura de Brasília ainda estava incompleta.

[Em 1959] No dia 30 de abril, numa alocução para ‘A Voz do Brasil’, o diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), Ernesto Silva, anuncia que 2.200 unidades residenciais ‘estarão disponíveis em abril de 1960 e que outras 3.000 só ficariam prontas no final de 1960’, portanto, muito tempo depois da inauguração! Conclui-se assim que o programa residencial (quase 3 das 5 mil unidades previstas) não seria realizado. Com essas unidades, a NOVACAP esperava poder alojar uma população de 8 a 10 mil habitantes, incluindo nesse cálculo todos os funcionários diretos da administração federal, além dos membros do Congresso Nacional. Muito aquém do número estimado pelos estudos realizados pelo próprio governo, que girava em torno de 20 mil, apenas os funcionários públicos e suas famílias. Pouco menos de um ano da inauguração, começava a transparecer a dimensão real da cidade que o governo apresentaria como a nova capital do Brasil. (OLIVEIRA, 2006, p. 101).

Nesse ambiente de efervescência política surgiram debates acalorados nos meios de comunicação. O jornal *Correio da Manhã*, no dia primeiro de julho de 1958, lança matéria intitulada: “Inaugurado, Ontem, Em Brasília, O Palácio da Alvorada”.

O presidente Juscelino Kubitschek inaugurou, ontem, o Palácio da Alvorada, na solenidade culminante das que se realizaram ontem, relacionadas com o desenvolvimento da futura Capital. Estradas com revestimento asfáltico blocos de casas populares, conjuntos de apartamentos, granjas horticolas, fundações de concreto para os edifícios do Congresso e do Supremo Tribunal, além de outras, são obras que surgem. A 21 de abril de 1960 a cidade deverá estar em condições de transformar-se em Capital do país. (INAUGURADO..., 1957-1958).

Por outro lado, jornais oposicionistas como a *Tribuna da Imprensa*, em matéria de 6 de maio de 1958, criticaram os gastos do governo e a conclusão das obras a seu tempo.

Uma visão geral de Brasília, desde os planos de construção da nova capital aos investimentos e às irregularidades que ali se processam, será revelada pela *TRIBUNA DA IMPRENSA* através de uma série de reportagens.(...) Apesar de o governo apregoar que Brasília será inaugurada daqui a dois anos, ainda não chegaram ali as estruturas dos Ministérios. (...) Os escândalos que estão caracterizando a construção de Brasília e aos quais não são estranhos o presidente Kubitschek e pessoas de sua ‘entourage’ íntima, também serão revelados pela nossa reportagem. (*TRIBUNA DA IMPRENSA*, 1958).

Assim como Moreira (1998), Skidmore (1969), Oliveira (2000) e algumas das matérias de jornais pesquisadas, foi a partir de 1958 que as oposições ao governo e em consequência à transferência da capital Federal, ganham envergadura. O debate sobre a mudança ou não ganha vários setores, tanto de políticos oposicionistas como de alguns canais de comunicação. De acordo com Moreira (1998), a estratégia utilizada pelo governo foi o de desqualificar o grupo antimudancista.

Brasília era construída com as tecnologias mais modernas e os mudancistas frisavam ainda a competência administrativa da NOVACAP, sob a direção de Israel Pinheiro. Diante de tais argumentos e de outros, os antimudancistas foram qualificados de ‘impatriotas’, ‘derrotistas’, ‘retrógrados’, entre outros adjetivos que os definiam sobretudo como forças adversas ao desenvolvimento, à modernização e ao crescimento do País. (MOREIRA, 1998, p. 234).

2.2 População e cronograma das obras

Em 1957 foi realizado o primeiro Censo em Brasília. O levantamento foi realizado no dia 20/7/1958 e teve como foco os canteiros de obras. “Era o início das obras. A NOVACAP tinha um ano de existência e ainda não havia nenhuma edificação concluída e inaugurada.” (LOPES, 1996, p.189). De acordo com o censo havia 772 edificações provisórias numa área de 64.019 m². São prédios de madeira, cobertos de telhas, zinco ou alumínio. Destas, 342 estão no Núcleo Bandeirantes (Cidade Livre), não foram levantadas as barracas de lona.(IBGE, 1957).

A NOVACAP⁵, responsável por planejar, projetar, preparar e fiscalizar a execução, contava também com o poder de polícia e às vezes o de justiça. (LOPES, 1996, p.182). De acordo com o Censo, a Companhia estava executando as obras civis, hidráulicas e sanitárias do acampamento central; usina hidráulica do Ribeirão Saia Velha; estrada Brasília/Paracatu, conservação da estrada Brasília/Brasília/Campo Limpo/Aparecida; Brasília/Luziânia/Vianópolis; Luziânia/Cristalina/Porto de Casabranca; locação e demarcação de chácaras e pequenos sítios do Plano de Brasília. (IBGE, 1957).

A construtora Rabelo S/A, estava construindo o Palácio da Alvorada, com conclusão prevista para janeiro de 1958. Também o trecho de 28 km da Estrada Anápolis/Brasília. A construtora Pacheco Fernandes Dantas realizava as obras do Hotel de Turismo, a construtora Metropolitana de Construções, obras no aeroporto de Brasília e fazia a compactação do solo nas bases do Hotel de Turismo. A Coenge S/A executava serviços de terraplanagem, trabalhando também no aeroporto, no Palácio da Alvorada e no Hotel de Turismo. O Escritório Saturnino de Brito iniciou os serviços de água e esgotos, captação, barragem, usina elevatória, linha de recalque com 9 km de extensão, trabalho com previsão de conclusão para dois anos. (IBGE, 1957).

Para Lopes (1996), os levantamentos do Censo tiveram como objetivo demonstrar para os planejadores como andava a execução dos serviços, mas também foi utilizada como mecanismo de propaganda pelo governo. Um exemplo foi a análise feita pelo Censo no item denominado “outros aspectos”;

⁵ Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956. A lei consta essencialmente de três artigos.

- Autorizando a mudança da capital.

- Criando a NOVACAP e

- Dá o nome de Brasília para a nova capital.

Obs: O nome de Brasília constou de uma emenda do Deputado Pereira da Silva, do Amazonas, que, recordando a sugestão de José Bonifácio, de 1823, propusera essa designação, perfeitamente adequada à destinação integracionista da nova capital. (BUCHMANN, Armando. Documentário. Brasília: Thesaurus, 2004).

No acampamento central, a NOVACAP mantém moderno restaurante e construiu residências e alojamentos para o seu pessoal.

Funciona no acampamento um bem equipado hospital do I.A.P.I., com instalações de Raios X, salas de operações, ortopedia, laboratórios, gabinete dentário, etc. com 50 leitos.

A NOVACAP mantém em seu acampamento uma escola primária, freqüentada por 180 alunos.

Está em funcionamento nesse local um restaurante do S.A.P.S, um posto da COFAP, um posto de Serviço de Endemias Rurais e um escritório do I.N.I.C. (IBGE, 1957, p.10).

De acordo com o Censo os anos de 1958 e 1959 seriam decisivos para os planejadores. Dessa forma “Fica claro o duplo intuito deste recenseamento: fornecer dados ao Governo e fazer propaganda oficial da metassíntese de Juscelino Kubitschek”. (LOPES, 1996, p.195). No final de 1958, a NOVACAP apresentou relatório no qual descreveu as principais obras concluídas; “[...] o Palácio da Alvorada, o Brasília Palace Hotel, as 500 casas populares, a cargo da Fundação da Casa Popular (FCP), 74 casas residenciais pela Caixa Econômica Federal (CEF), o aeroporto comercial e a Usina Hidrelétrica de Saia Velha”. (OLIVEIRA, 2006, p.99).

A Cidade Livre passou por um processo rápido de crescimento, caracterizando-se por “792 prédios e 106 barracas. Destes prédios, 39% possuíam água encanada, 26% tinham luz elétrica e 22% aparelhos sanitários com descarga. O Núcleo Bandeirante é um destes casos brasileiros onde o ‘provisório’ virou ‘permanente’ ”. (LOPES, 1996, p. 197). Oliveira (2006) comenta sobre o relatório da NOVACAP com relação à Taguatinga e ao Núcleo Bandeirante:

[eram] núcleos que, em princípio, deveriam desaparecer ao final dos trabalhos de construção. A essa época já se tinha como certo o fato de que ambas as cidades-satélites não apenas seriam definitivamente incorporadas à paisagem, mas sobretudo seriam um importante local de moradias, de comércio, etc. no futuro Distrito Federal. Na verdade, seriam elas que forneceriam muito daquilo que fora prometido, mas não realizado pelo governo. (OLIVEIRA, 2006, p. 102).

2.3 Distribuição espacial e segregação

A distribuição espacial dos acampamentos é impregnada por relações de poder, intermediada pela relação espaço/trabalho na cidade. Paviani (1991) procedeu a um estudo desde a construção até finais da década de oitenta e chegou à conclusão que se tratava de uma distribuição injusta do espaço urbano. Todo o planejamento estava concentrado nas mãos do

Estado e foi um mecanismo gerador de segregação socioespacial. As populações das periferias – as cidades-satélites – ficavam distanciadas do Plano Piloto, centro gerador de trabalho e oportunidades, e nelas se desenvolveu uma economia informal, principalmente o comércio.

Para o autor, trabalho é cidadania, “segue-se daí que, para ser livre, usufruindo de cidadania plena, o homem deve ter acesso ao trabalho continuado, remunerado justamente e compatível com a dignidade do ser humano”. (PAVIANI, 1991, p.117). As “lacunas de trabalho” retiram dos homens o acesso “à alimentação e à moradia, à escola, à saúde, ao voto consciente e livre, ao transporte e a todas as formas de exercício da cidadania, condenando o homem, (...) a ser um ‘agente paciente’ da urbanização” (PAVIANI, 1991, p.117.).

Desde Brasília em construção o planejamento do Estado focou-se menos na questão socioespacial, mais no aspecto físico-espacial. Distanciaram-se as políticas de Estado das necessidades básicas de seus habitantes, que, “ao migrar, estariam à procura de um posto de trabalho (uma necessidade vital pouco considerada em todo o processo de planejamento urbano)”. (PAVIANI, 1991, p. 136).

Por isso no processo de formação da cidade, Paviani (1991) identifica três momentos de tentativa de conquista da cidade. A primeira em 1958 quando se regulamenta a construção da primeira cidade-satélite, Taguatinga, antes mesmo da inauguração da capital. O segundo em 1971-72 com a construção de Ceilândia, e por fim em 1985-89, quando das tentativas do Estado de erradicar as favelas do Distrito Federal.

Mesmo que o objetivo não seja o de dissertar sobre esses três momentos denominado de “conquista da cidade”, a análise de Paviani (1991) contribui para o entendimento do que Campos (1991) define como “segregação planejada” e com isso, perceber como o projeto da cidade foi efetivamente realizado.

A segregação planejada aconteceu na forma como se realizou a distribuição da terra e os mecanismos de seu uso. “Poder-se-ia acrescentar que a forma pela qual foi estruturada a distribuição dos empregos consolidou a segregação”. (PAVIANI, 1991, p. 137).

Voltando para o contexto do canteiro de obras, Silva (1997) assim como Sousa (1978;1983), Paviani (1991), Holston (1993), entendem que a cidade de Brasília, resultado do trabalhador, depois da inauguração não lhes pertence mais. “O produto do trabalho de pioneiros e candangos lhes ficou estranho. Cabe reconstruir a aventura, o processo alienador e a resistência a ele”. (SILVA, 1997, p. 77).

Holston (1993), Sousa (1983), Moreira (1998), Freitas (2007), de maneira objetiva ou complementar, discutem o contexto de Brasília como de surgimento da modernidade

brasileira. As memórias dos sujeitos trabalhadores-migrantes podem ser a experiência de choque. Realizam-se num cotidiano de relações sociais conflituosas, degenerativas e excludentes, ao mesmo tempo numa memória afetiva e nostálgica.

Ao colocar em cena, os trabalhadores que ergueram a cidade, o que surge é uma divisão entre a cidade pretendida e a realizada, o elo delas está no sujeito, que constrói a história: o trabalhador. Portanto a tentativa foi refletir alguns dos pontos-chaves sobre o que foi a construção da Capital Federal no Planalto Central. Sem ufanismos, entender a realidade social da construção de Brasília, e dali retratar o seu protagonista: o trabalhador comum da construção civil, conhecido como Candango.

3 – A REALIDADE COTIDIANA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Brasília, por sua característica estética, foi consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987. O relator do processo no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Leon Pressouyre, justifica o tombamento da cidade, “por sua grande força de expressão”, formada por seu conjunto artístico, cultural e arquitetônico, um marco histórico do Brasil. Mas a homogeneidade urbanística não se refletiu na formação dos grupamentos sociais que surgiram como decorrência direta da obra de construção.

Alguns dos estudiosos das relações de trabalho analisaram o contexto do canteiro de obras em Brasília, no período de 1956 a 1960, de grande valia à compreensão sobre a construção da Nova Capital. Dentre eles, Sousa (1978;1983;1994), Silva (1997), Ribeiro (1980;1991) e Lopes (1996). Cabe aqui percorrer a perspectiva desses autores e trazer à cena uma linha de reflexões sobre o cenário histórico do período.

São lugar comum para essas literaturas as condicionantes da divisão do espaço e as relações de trabalho. Sousa (1978;1983; 1994) e Silva (1997), a partir do universo do mundo do trabalho, tratam das relações de trabalho como forma de ação política (SOUSA, 1978; 1983) e Silva (1997) dos sentidos simbólicos que podem ser elencados no ambiente da cidade em construção. Já Ribeiro (1991) e Paviani (1991), analisam a forma como é organizado o espaço da construção como dominação e exploração do trabalhador da construção civil.

O início das obras foi no dia 3 de novembro de 1956, com 232 trabalhadores. Mesmo assim, para Sousa (1978), o início efetivo dos trabalhos aconteceu em 1957, com um

contingente ao final de janeiro de 2.500 trabalhadores. É criado o Instituto de Imigração e Colonização (INIC), responsável pela triagem dos migrantes que chegavam à região. O 1º Recenseamento de Brasília de 20/7;1957 identifica a população no Planalto Central que contava na época com uma população de 6.283 pessoas, de 4.600 homens e 1.683 mulheres.



**Figura 02 – Fila no Serviço de Identificação da NOVACAP
Brasília/DF - Data: 1957-1960
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.04.C.04 No. 3340
Autor: não identificado**

De acordo com Lopes (1996) os dados do censo de 1957 possibilitam questionar a identificação dos denominados “candangos”, como em sua maioria nordestinos. O Estado com maior contingente de mão-de-obra migrante foi Goiás (3.152), seguido por Minas Gerais (1.154) e São Paulo (493). Segue a Bahia (296), Pernambuco (105), Piauí (48), Ceará (45) e Rio Grande do Norte (36). Entretanto Lopes (1996), vê com desconfiança estes dados do IBGE, tendo em vista seu caráter promocional.

De acordo com Sousa (1978), em 1958 ocorre uma grande afluência de migrantes. Devido às secas do nordeste, a cidade recebeu quatro mil flagelados. Esses migrantes ocuparam o entorno da Cidade Livre em menos de oito dias. Mesmo com esse fluxo, eles não se tornaram maioria no contingente populacional. Em 1958, “cerca de 52% dos trabalhadores que acorreram à região provinham de Goiás. De Minas, vieram 17,25%, de diversos estados nordestinos, mormente da Bahia 14,40%”. (LOPES, 1996, p. 196).

Durante a construção a população passou de 232 habitantes de 1956 para “12.283 em julho de 1957, para 28.804 em fevereiro de 1958, e 64.314 em maio de 1959”. (SOUSA, 1978, p. 13). Tendo em vista o quadro geral sobre o período de 1956 a 60, Silva (1997) procurou construir um quadro de categorias que perfizeram as relações culturais e simbólicas dos trabalhadores. Tendo em vista as mediações que se relacionam à vida real e às representações que os trabalhadores produziram para si.

Neste momento o interesse não é percorrer todas as categorias analíticas de Silva (1997), que procura realizar uma mediação entre a construção de tipos ideais ao contexto da construção. Com uma teoria da modernidade que se funda na interpretação não mais do fabuloso, do sensacional, mas do comum, no estudo das interações sociais que configuram uma regularidade. “Formas de sociação (dominação, subordinação, competição, imitação, divisão do trabalho, formação de partidos, representação coexistência da união e exclusão para fora)”. (SILVA, 1997, p. 19). Dentre as surgentes categorias, surgem o sonhador, o civilizador, o interessado, o fascinado e o instrumentalizado. Do canteiro de obras em um país capitalista de periferia surgem o aventureiro e o herói. (SILVA, 1997).

Paralelas à investigação do autor, os relatos orais dos trabalhadores contribuem nesta perspectiva da construção dos símbolos, conforme se depreende do depoimento do engenheiro Augusto Guimarães Filho.

Bom, primeiro eu acredito que as organizações, as nações, tudo refletem o espírito da autoridade maior. De certa maneira essa autoridade imprime um ritmo, uma maneira de ser toda organização. E a uma época confiante do Juscelino que com duas revoluções, ele anistiando, aquela alegria de fazer 50 anos em 5, essa coisa toda, que os derrotistas, os negativistas não conseguiam desmanchar. Segundo, a beleza do plano. O plano era um plano realmente original. Era um plano urbanístico que trazia uma nova maneira, ninguém entendia a cidade. Por exemplo, nós nunca fizemos maquete. Só fizemos maquete do Eixo Rodoviário, no cruzamento da estaca zero, da Estação Rodoviária. Só fizemos aquele. Porque nem os presidentes entendiam muito bem como é aqueles três planos, aquelas coisas. Então nós fizemos uma maquete desmontável. Então era o plano – depois eu vou falar uma coisa sobre a Estação Rodoviária – era o plano, quer dizer, e por fim a beleza das coisas do Oscar, quer dizer, não há pessoa que não se comova diante das colunas do Alvorada. Pode ter espírito de porco, reclamar, protestar, mas é só deixar uma meia hora de contemplação que no final a coluna tá se impondo a ele e se impondo numa maneira que é uma coisa nova, que é uma coisa inusitada, que é um negócio generoso. Um negócio que vem subindo assim, e todas essas coisas. O entusiasmo de quem fazia Brasília, de quem tava fazendo, era muito bom. (GUIMARÃES FILHO, 1990, p.11-12)

Dos símbolos à formação da consciência de classe (SOUSA, 1978), Ribeiro (1991) analisa como era e quais os sentidos da distribuição do espaço nos acampamentos de grandes

projetos. Seu estudo possibilita uma leitura do quadro do canteiro de obras. Uma leitura a princípio mais genérica, mas que dá as diretrizes para o entendimento das relações que se estabelecem no cotidiano. A premissa básica é que as relações sociais entre os trabalhadores eram condicionadas pela forma como as empresas constituíam a distribuição do espaço no acampamento. Para Ribeiro (1991), existe uma relação umbilical entre grandes obras e habitação.

Ribeiro ressalta que as atividades econômicas de grande porte, destinadas a atender às necessidades de economias de mercado, procuram estabelecer relações estáveis, em maior ou menor grau, entre capital e trabalho. Para isso, a imobilização da força de trabalho é noção central para a compreensão dos processos de exploração da mão-de-obra, e da expansão dos sistemas econômicos. A partir da analogia entre sistema fábrica/vila operária e o sistema acampamento/grande projeto. (RIBEIRO APUD PAVIANI, 1991, p.15).

Ribeiro (1991) parte de dois princípios: primeiro o da própria hierarquia interna da construção civil, e a segunda, da organização espacial dos acampamentos. E é sobre este último, sobretudo, que o autor encontra as pistas para considerar a “(...) organização da vida nos acampamentos como ajustada às necessidades produtivas de um grande projeto como uma forma de *instituição total*.”. (PAVIANI, 1991, p. 15). Também Sousa (1978) considera: “(...) viver em acampamentos de empresas sob forte ritmo de trabalho, era tarefa para pioneiros em busca de melhores oportunidades de vida”. (SOUZA, 1978, p.13).

De acordo com Ribeiro (1991), os acampamentos, neste caso, uma forma de moradia temporária, sinalizavam para a não fixação do morador. E durante a construção de Brasília, os acampamentos são responsáveis por grande parte da fixação dos trabalhadores.

A importância dos acampamentos como solução habitacional pode ser percebida no Censo realizado em 1959 (IBGE 1959, p. 40) que dividiu o território da construção em acampamentos (28.020 habitantes), núcleos provisórios (17.761 habitantes), núcleos estáveis (6.277 habitantes) e zona rural (12.256 habitantes). Os habitantes dos acampamentos formavam 43,5% da população total do território (64.314) ou ainda, retirando-se desta cifra a população da zona rural, 53,8%. Frisemos que o Núcleo Bandeirante, um aglomerado de casas de madeira totalmente marcado pela presença de comerciantes e classificado como núcleo provisório, contribuía com uma população de 11.565 pessoas. (RIBEIRO, 1991, p. 32).

Segundo Ribeiro (1991), era vital não deixar que os migrantes decidam sobre a construção de suas habitações, porque, caso isso acontecesse, “[... acarretaria um sem-número

de problemas, dado que a relativa dispersão populacional que provavelmente ocorreria poderia implicar inclusive ocupação de áreas destinadas à edificação da obra”. (RIBEIRO, 1991, p.29). Portanto a lógica dos acampamentos estava em conformidade com as estratégias dos planejadores do projeto e das empresas. Tal medida contribuiu para as precárias condições de moradia, que de acordo com Sousa (1978) eram marcadamente “regradas pelo imprevisto e escassez”. (SOUSA, 1978, p.14).

As instalações das moradias eram deficientes: o abastecimento de água com canalização interna atingia apenas 22,2% dos domicílios, 42% deles não dispunham de instalação sanitária e 62% não eram servidos de energia elétrica (Censo Experimental de Brasília; 1959: 72-73). Sob condições tão adversas, sobreviviam as famílias operárias que, naquele momento, constituíam a maior parte da população brasiliense. (SOUSA, 1978, p. 14).

Ribeiro (1991), volta o seu olhar para os acampamentos que abrigaram parte do contingente populacional como moradia temporária.

Na classificação do Censo de 1959 os ‘acampamentos’ compreendiam o Central da NOVACAP e Candangolândia, o da praça dos Três Poderes (Vila Planalto), o Plano Piloto – Asa Sul (das diversas quadras em construção) e outros. Os ‘núcleos provisórios’ incluíam o Núcleo Bandeirante e o Bananal ou Vila Amauri, ‘invasão’ próxima à Vila Planalto e construída na área do futuro lago Paranoá. Os ‘núcleos estáveis’ eram Taguatinga (iniciada em 58), Planaltina e Brazlândia, cidades goianas preexistentes à obra. (RIBEIRO, 1991, p. 32-33).

A lógica de distribuição interna de um acampamento demonstra o que Ribeiro (1991) analisa que o trabalhador da construção de Brasília tem toda a sua vida inserida à lógica da esfera produtiva. Assim como demonstra o relato do Servente José Cosme da Silva, cujo domicílio era o local de trabalho: “E dali é que se espalhava todos os dias pra cada o qual seu domicílio de obra, seu local de trabalho”. (SILVA, José Cosme,1990, p.1). Enquanto a distribuição de melhores equipamentos e serviços se localiza mais próximo ao alojamento dos profissionais.

A administração da empresa, como se verá, controla estes trabalhadores não apenas dentro do cotidiano da atividade produtiva, mas também sua vida extracanteiro, intra-acampamento. Enfim, a proximidade física dos escritórios administrativos com os grandes alojamentos coletivos masculinos é um indicador do maior controle e vigilância a que estavam submetidos os operários que aí habitavam(...) A primeira coisa que chama a atenção é a concentração dos equipamentos de serviço numa espécie de praça localizada ao lado de casas de encarregados e em frente às casas de

engenheiros. Aí estão: cinema, armazém, farmácia, gabinete de saúde, gerador, clube dos engenheiros, igreja e clube dos operários. (RIBEIRO, 1991, p. 38-39).

A percepção da relação hierárquica de trabalho com a da vida privada tem uma das suas formas de expressão na distribuição dos alojamentos com o trabalhador comum, sem família, submetido ao maior controle da empresa. (RIBEIRO, 1991). E a condições mais degradantes de moradia, como relata o servente José Cosme da Silva.

Aí fui no acampamento conhecer, arrumaram cama pra mim. Aí 'tava assim um alojamento grande que cabia muita gente. E naquela época, aqueles mestre-de-obra e pessoas que tinha função, é carpinteiro, marceneiro, já dormiam nuns quartozinhos feito tudo de madeira. E nós servente dormia num galpão grande. (SILVA, José Cosme, 1990, p.3).

Não cabe neste sentido percorrer as características do contexto do canteiro de obras, discutidas nos estudos de Sousa (1978;1994) ou Ribeiro(1980;1991). Questões como hierarquia, as bases de relação de poder pessoal, o controle do espaço pela empresa, a vigilância, a cantina com único local de sociabilidade, o controle do lazer, a esfera da vida privada subordinada à lógica produtiva sobretudo nos grandes projetos, as relações de trabalho, as longas jornadas, os quebra-quebras, são eventos sobre os quais há uma vasta literatura.

Sendo assim não descemos às minúcias, foram aqui mencionados pela necessidade de nos situarmos na dimensão espaço-temporal. Ao invés, caminhamos em direção àquilo que as memórias dos trabalhadores guardaram daquele contexto. Nelas não se espera atingir um grau absoluto de compreensão do contexto do canteiro de obras, pois o que é calcado na memória transmitida pela fala são impressões do narrador-por-dentro, portanto não-isento, mas são fundamentais para se conhecer o sujeito desse processo com vida própria, sentimentos, lembranças e esquecimentos no sentido de delinear algumas marcas na trajetória de vida desses sujeitos. Como no relato do servente Clementino Cândido.

Eu pegava empreitada de 200 horas com dois dia eu dava ela pronta, dois dia e duas noite. Trabalhava dois dia e duas noite direto assim. Parava, só parava pra almoçar, e à meia-noite tomar o café, o lanche. Aí baixava eu, minha pá e minha picareta e não queria saber. (CÂNDIDO, 1990, p. 20).

Surge então, nos relatos, o cotidiano marcado por uma rotina de trabalho pesado, de uma cidade planejada à construção feita às presas. Como diz José Irismar Soeiro sobre a necessidade de entregar a obra no prazo e com isso os problemas com a fiscalização e as condições dos prédios.

Filha, olha, se você for analisar e for medir esses prédios daqui de Brasília, todos têm defasagem, diferença de 10, 15 centímetros, isso prova que a fiscalização fechava o olho. Porque eles queriam também, é isso era da cúpula, alta, queria é que fizesse mesmo, não tinha que retroceder pra... e desse prédio que é novo, tá tudo trincado, aqui (incomp.) reformado duas vezes, feito pela NOVACAP, mas cê pode olhar que tá tudo trincado. Porque havia a necessidade, uma real necessidade de desenvolver, fazer rapidamente a coisa, porque senão o Juscelino tinha medo de passar o mandato dele e não inaugurar a capital, foi o que ocorreu, e apareceu muita obra assim meia errada. (SOEIRO, 1990, p.5).

Passando para as condições de alimentação, relata o Arquiteto Lovis Rocha Delgado, as equipes mais qualificadas comiam em locais separados, em cantinas ou em localidades que os trabalhadores comuns, como serventes e pedreiros, não freqüentavam.

Era cantina nossa só. Almoçava e jantava. Quando nós chegamos aqui nós almoçávamos e jantávamos numa antiga companhia, numa construtora que tinha aqui, a Planalto, dos americanos, que é lá na Vila Planalto, que eles vinham pra cá pra fazer a estrutura metálica dos ministérios. Aí nós almoçávamos lá. Almoçávamos e jantávamos lá.(...)

Na Vila Planalto. Ali perto do Iate, por ali. Aí depois nós saímos dali e fomos almoçar e jantar num clube que tinha ali perto da Velhacap, onde é a Candangolândia hoje, que chamava-se o Clube do Paranoá. Almoçávamos e jantávamos ali.

E, mas eram só vocês ou mais pessoas?(pergunta do entrevistador).

Não. Ali já no Paranoá. Não, lá nessa firma de americanos, que vieram fazer a montagem da estrutura metálica dos ministérios era de graça. Aí nós fomos pro Paranoá, umas outras firmas também, outros departamentos da NOVACAP. Ia o departamento, naquela época era GEB, como é que chama? Grupo Especial de Brasília⁶. Também almoçava muito lá umas professoras que tinha lá, tinha uns barraco lá de alojamento. Um professoras que vieram pra cá. Aí é que a gente também fazia uma farra com as meninas, (incomp.)...

E a comida era boa?(Pergunta do entrevistador)

Era. Aí, não, depois é que começou piorar. Aí foi que nós reunimos lá no Departamento de Urbanismo, reunimos e fizemos essa cantina. Aí fizemos a cantina e a gente pagava, fazia uma coleta de dinheiro ali pra fazer as compras. A gente contratou uma empregada, garçom e então, uma daquelas casas ali era nossa cantina. (DELGADO, 1990, p.4).

Segundo Sousa (1994) e Ribeiro (1991), um dos poucos locais onde o trabalhador comum se via em coletivo no ambiente da construção civil era na cantina. A princípio por ser

⁶ GEB.

um local próprio para o trabalhador comum, tendo em vista que os profissionais (engenheiros, arquitetos), “[...] alimentavam-se em suas próprias casas, com comida preparada internamente pelo grupo doméstico”. (RIBEIRO, 1991, p. 39). No relato do servente Manoel Pereira da Silva, que trabalhou na construtora Pacheco Fernandes Dantas, se toma conhecimento sobre as condições de alimentação a que os trabalhadores estavam expostos.

Comida. É. Mas as comida lá era muito ruim. Inclusive eu me lembro que um dia - eu ‘tava até contando essa história aqui em casa essa semana - nós chegamos no alojamento lá na cantina (incomp.) que chamava (incomp.). Lá tinha um ferro lá e a gente descia de lá do prédio correndo para cada um pegar um prato primeiro. E quando nós descemos lá (incomp.) um peixe pra nós comer. Aí começamos a comer, eu não agüentei, nunca tinha comido aquele tipo de peixe. Aí um colega meu começou a vomitar, até um paraibano, disse que nunca tinha comido aquele tipo de peixe, aquilo não era peixe. Aí o chefe da cozinha, encarregado da cozinha - era primo da minha primeira mulher - aí eu cheguei lá pra falar com ele, com soldado que estava de serviço lá, tinha um soldado da GEB de serviço, comendo arroz com feijão, e eu pedi a ele, por que que ele não fazia aquilo pra mim também. (incomp.) um pouco de arroz com feijão porque eu não comia aquela comida e já tinha um rapaz vomitando lá no (incomp.) da cantina. Aí, ele me disse que era um sucuri. Eles tinham matado na Paulo Wettstein⁷, que era uma firma que desmatava o lago, ao lado da Pacheco Fernandes Dantas. Então essa firma hoje transformou-se em empresa pública. Naquela época chamava Paulo Wettstein, era uma firma particular, que hoje é limpeza pública do Distrito Federal, Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Foi eles que desmataram o lago Paranoá. Então era um sucuri que a gente ‘tava comendo. Eles davam qualquer coisa pra gente comer, pros operário. E aqueles que achassem ruim seria (incomp.). (SILVA, Manoel, 1990, p.7).

Mesmo assim é na cantina (Figura 3), no horário do almoço, o momento em que “[...] os trabalhadores se reuniam em grupo para tomar refeições”. (SOUSA,1978, p.6), possibilitando a troca de informações e a tomada de decisões. Por ser o local que possibilitava o contato coletivo que Ribeiro (1991) considera as cantinas como o “fuzível (*sic*) da obra”, porque dali podia estourar manifestações de todo o conjunto de trabalhadores.

Num grande projeto, a cantina talvez seja o único local onde, no cotidiano, o operariado se encontra, se visualiza como coletivo, sentindo latentemente seu poder de ação conjunta. Por isso, as cantinas de grandes projetos são consideradas como o ‘fuzível da obra’. De fato, elas são tradicionais locais de conflitos, às vezes bastante violentos como os chamados ‘quebra-quebras’. (RIBEIRO, 1991, p. 39).

E em Brasília não foi diferente. As cantinas foram o principal local onde eclodiram as ações de reivindicações mais radicais dos trabalhadores, fatos marcantes na memória dos

⁷ O entrevistado pronuncia "Paulo Oeste".

trabalhadores e na história da construção da cidade. Como o incidente na construtora Pacheco Fernandes⁸, referenciado por Sousa (1978), Ribeiro (1991), nas entrevistas do ArDF (1990) e nas matérias de jornais.



**Figura 03 – Restaurante do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), na VELHACAP
Local: Candagolândia/DF
Data: 1958-1959
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.D.04.B.06 No. 760
Autor: não identificado**

No relato do servente Clementino Cândido evidenciava-se o processo de exclusão que “Fazia diferenciação entre os que ganhavam mais e os trabalhadores serventes. Para os primeiros a cantina era melhor, para os serventes a cantina não tinha higiene. E foi por causa disso que os serventes se rebelaram e quebraram toda a cantina”. (CÂNDIDO, 1990,p. 13).

O que foi exposto acima, foi a tentativa de percorrer alguns dos indicadores que a literatura sobre o assunto contribuiu para vislumbrar o contexto dos canteiros de obra que vivenciaram os trabalhadores-migrantes da construção de Brasília. O intuito deste trabalho foi de dar voz aos trabalhadores da construção civil de Brasília no período de 1956 a 1960. Um primeiro passo já foi dado, quando demonstramos a relação entre a cidade pensada versus a

⁸ Os trabalhadores-migrantes fizeram um “quebra-quebra” na cantina da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, devido às péssimas condições de alimentação. A guarda foi chamada, invadiu os alojamentos durante a madrugada e distribuiu tiros para todos os lados. Vários trabalhadores foram pegos de surpresa, foram mortos e enterrados em uma vala.

realizada e as análises sobre a construção da Nova Capital Federal. Ali estão em cena alguns dos principais autores que tratam do assunto, como Sousa (1978;1994), Silva (1997), Ribeiro (1980;1991), Lopes (1996), Holston (1993), Freitag (1994), Paviani (1991) e outros. Cabe agora, ir ao encontro da história oral dos trabalhadores-migrantes da construção de Brasília.

3.1 – A trajetória de vida dos trabalhadores-migrantes

Alguns autores discutidos anteriormente tiveram no trabalhador-migrante o seu foco de estudo. Contudo, nem todos, são aqueles que tiveram como objetivo central a trajetória de vida do trabalhador-migrante até a chegada ao Planalto Central. Mesmo que, por vezes, na História Oral, a entrevista temática e a de trajetória de vida se aproximem, esta considera o contexto social a partir do indivíduo. Nessa instância que o objetivo visa a análise da história construída por agentes anônimos, esboçando “a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde a sua mais tenra infância até os dias presentes.” (DELGADO, 2006, p. 21).

Sendo assim é que se considera relevante discorrer sobre a trajetória de vida dos trabalhadores-migrantes da construção de Brasília, apresentada nos relatos de memória, desde suas origens, suas experiências, sua vida pregressa até a chegada ao Planalto Central. De acordo com Thompson (1981), na sociedade os valores se realizam no cotidiano dos indivíduos que não se definem somente pelos aspectos econômicos do modo de produção capitalista. É o entendimento dos sentidos culturais nas relações sociais dos trabalhadores que estão impregnados de valores e experiências que lhes são singulares. Para Thompson (1981), a experiência de cada um não é mero reflexo da posição que ocupam na infra-estrutura econômica. Mas uma rede umbilicalmente ligada à sua experiência de vida numa realidade estratificante e exploradora que é por vezes manifesta em suas lembranças.

Como no relato de Manoel Ramos dos Santos, sobre sua cidade que não existe mais, considerando-se por isso deslocado de sua origem.

Ainda garoto. Saí da cidade de Tupirama - agora essa cidade não é mais Tupirama, essa cidade agora é o município de Guaraí, que antigamente era Tupirama, não existia a cidade de Guaraí no estado de Goiás. Agora também não é mais Goiás, é

Tocantins. Então eu não sei nem o que que eu sou mais. A minha cidade acabou. A minha cidade acabou, passou a ser o município, agora o estado também passou a ser um outro estado, quer dizer, mas eu continuo com essa... certamente o estado de Tocantins vai aceitar o pessoal que era goiano.(SANTOS, 1990,p.2).

Para Thompson (1981), numa perspectiva dialética, a experiência social possibilita aos sujeitos atuar diante das “relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua cultura”. (THOMPSON, 1981, p.182). A experiência possibilita o entendimento do sujeito reinserido no processo histórico, expressando os valores simbólicos, tais como: “parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias”. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Os documentos de História Oral analisados foram de doze trabalhadores que participaram da construção da cidade. Os pontos de observação vão desde o que nos relatos traz de suas trajetórias, suas experiências de vida e de trabalho, que estão guardadas em suas memórias. Isso contribui para que a experiência social, os indivíduos estabeleçam redes de sociabilidades e possibilitam a sua atuação transformadora da sociedade. “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”. (THOMPSON, 1981, p. 189). Nos relatos dos trabalhadores pode-se indicar a tentativa de reificar sua realidade redefinindo sua experiência, adaptando-se às novas alternativas.

Como o caso de José Cosme da Silva que viveu na roça e considera as coisas naquela época muito difíceis. Não estudou por falta de professor na sua cidade, trabalhou na lavoura do pai, mas aos nove anos, em 1944, uma seca assolou a região, levando sua família a passar muita necessidade. Vendo a situação que o seu avô e seu pai viveram, José tomou a decisão de ir para o sul tentar a vida. Como não tinha condições de pagar a passagem, foi num caminhão até o Triângulo Mineiro, lá teve que trabalhar na fazenda para pagar a dívida da viagem.

A chegada ao Planalto Central é como uma marca na memória dos trabalhadores-migrantes, um momento único de sua existência, é o momento da esperança renovada. É a imagem fragmentária de uma época, e a marca da chegada à cidade é simbolicamente demarcada como o momento da mudança de vida. Ilustra essa análise o relato de Clementino Cândido. Do interior de Minas Gerais, quando chegou a Belo Horizonte, com destino a São Paulo ou Rio de Janeiro, ouviu pelo alto-falante o anúncio de que Brasília oferecia

possibilidades de trabalho. Mudou seu destino, considerando que São Paulo e Rio de Janeiro eram locais de “gente estudada”, e como ele não se enquadrava nessa categoria, seria Brasília a terra das oportunidades.

Eu não vou embora pra São Paulo nem pra o Rio, porque São Paulo e Rio, é lugar de gente estudada e eu não tenho instrução nenhuma." Nem documento eu tinha. Então eu falei: "Eu vou pra Brasília, porque lá tá começando, é mato, tá começando é lugar de gente bruto mesmo, assim." Aí vim pra cá. (CÂNDIDO, 1990, p.7).

O conjunto de experiências de cada sujeito se forma do binômio vida material-bases culturais, e nele é traçada sua gênese sedimentada pelas relações de parentesco, crenças, formação humana, esperanças e frustrações como construção individual ou coletiva. Como discorre Thompson (1981).

Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘*habitus*’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. (THOMPSON, 1981, p.194).

Por meio da análise dos relatos dos trabalhadores-migrantes, da mais tenra infância até o momento que decidem migrar, é que se vislumbra a relação do sujeito com o mundo que ele interpreta, seja numa perspectiva do trabalho, estudo ou sobre as condições de sobrevivência como alimentação e moradia. Como a experiência de Clementino Cândido, ao contar que os pais trabalhavam na lavoura, e dos cinco até os 25 anos ajudava-os. Na lavoura, plantava-se milho, arroz, feijão e café. Sua rotina iniciava às duas da madrugada e ia até as duas da tarde.

O caso de Manoel da Silva apresenta outra realidade. Mesmo sendo de origem pobre, como os demais, de Bom Jesus no Piauí, sua prática de trabalho foi a do garimpo. Desde muito cedo começou a trabalhar no garimpo de Juboés, localidade de cerrado, com muito garimpo de diamantes e minério. Passou pelo trauma de perder os pais muito cedo. A mãe, aos sete anos; e o pai aos 13. Foi criado por uma família que o empregou numa loja, onde dormia e alimentava-se. Assim ele relata sua experiência no garimpo.

Era 40 léguas de distância, hoje ficou perto porque... Mas naquele tempo fazia maioria em costa de animal. E muitas vezes vinha caminhão e passava até de oito dias, porque as estrada eram muito ruim, tinha bastante riacho. Lá é diferente daqui. (incomp.) cidade (incomp.) interior também, era as partes, as regiões são bem

diferente. E aqui tem córrego (incomp.) não tem muita areia. Lá é riacho, e o riacho costuma sempre secar no final das águas, aí fica aquele areão tão grande, a areia é tão grande que não há carro nenhum que passe. Às vezes um riachinho estreito, o carro passa dois, três dias pra passar. Então é como o deserto do Saara, é aquilo mesmo. Agora, hoje não, hoje ficou tudo perto, porque tudo lá é asfaltado agora, já desenvolveu bastante, já. (SILVA, Manoel, 1990, p.2).

Também o operário Osvaldo Alves do Nascimento, que nasceu no interior do Ceará, em 16 de fevereiro de 1938, perdeu os pais quando era muito novo. O pai com apenas um ano e aos nove, a mãe. Foi criado pelos irmãos e pela avó, trabalhadores na agricultura de subsistência. Nos períodos de seca, trabalhavam para o governo nas frentes de trabalho chamadas de Frentes de Emergência, do Departamento de Obras Contra a Seca. Para Osvaldo; “Isso era feito uma frente, eles chamavam Frente de Trabalho, para alocar essas pessoas que não tinham é como sobreviver, o governo criava aquele serviço, construção de açude, estradas. Isso feito tudo manual que é para poder dar emprego para aquelas pessoas”. (NASCIMENTO, 1990, p.3).

A falta dos pais também fez parte da trajetória de vida de Severino Manoel dos Santos. Nasceu no dia 28 de julho de 1930 em Alagoa Grande no Estado da Paraíba. Ainda novo foi para o Recife, aos 18 anos, foi servir o exército. Não teve muito conhecimento dos pais, vivendo “com famílias estranhas” (SANTOS, 1990 p.1) até os 18 anos de idade. Não estudou, viveu a infância em João Pessoa, crescendo como criança de rua, perambulando. Com 13 anos trabalhava como “rapa”, criança que limpava o mato dos asfaltos de paralelepípedo.

Por sua vez, Luciano Pereira conta sua trajetória antes de chegar a Brasília. Em seu relato, o que demarca sua memória é a experiência de trabalho, quem eram seus pais e sua condição de vida, seu estudo e como que foi para Brasília.

Justamente, no campo. Eu fui até peão de boiadeiro já. Já andei por esse norte de Goiás aí, até Porto Nacional, Amaro Leite, Santana; esse mundo aí. Fui até peão de boiadeiro, fui garimpeiro também, trabalhei no garimpo. (ARPDF, 1990, p.8)
Meu pai também, porque meus pais são baianos. E minha mãe é mineira, e eu sou goiano, sou daqui de Luziânia. Papai é um dos que ajudou na mudança da capital velha pra Goiânia, foi pra lá. Então meu pai foi pra lá e estudei um pouco em Luziânia, de lá fui pro Exército, tive mais de dois ano no Exército, estudei mais um pouquinho. E aí do Exército, eu entrei na Força Aérea Brasileira (FAB), na Aeronáutica, dez anos. É o acaso, que eles chegaram em Luziânia, eu era funcionário da Aeronáutica e o Bernardo Sayão me convidou pra vir aqui pro planalto.(PEREIRA, 1990, p.5).

Manoel Ramos dos Santos, assim como os demais, tem forte vínculo com o trabalho no campo, e considera que por causa disso não teve muita condição de estudar devido à falta de estrutura dos municípios do interior.

E eu até a idade de 18 anos também trabalhava na lavoura. Não sei se por esse motivo não tive muita oportunidade de estudar e me tornar um elemento culto, talvez até quem sabe se poderia ter sido um arquiteto de Brasília, mas não tive oportunidade. Não tive oportunidade, não por interesses dos meus pais, mas por falta de condições dos próprios municípios. Isso a gente tem que ser muito claro, que as pessoas que às vez moram no interior, não é, às vez por falta de vontade dos pais educar, é por falta de condições dos próprio locais. Os pai não tem às vez meios pra pagar professores particulares, que lá não tem colégio particular, tem algum colégio dado pela prefeitura municipal e em alguns lugares, não em todos, não faz uma cobertura total do ensino.(SANTOS 1990, p.1-2).

Delcides Abadia Silva é um caso distinto dos demais por ter migrado com toda a família – pais e irmãos – para o Planalto Central. De um passado marcado pelo trabalho na lavoura, descreve as condições que viveram quando chegaram a Brasília, do barraco de lona ao de madeira, e traz forte reconhecimento sobre a trajetória de luta de sua família.

Meu nome é Delcides Abadia Silva, nascido em 15 de agosto de 1940, em Goiânia, Goiás, criado na antiga Colônia Agrícola de Ceres, então pelo nosso pioneiro de Brasília, que foi Bernardo Sayão. E por intuito meu pai, o “impulsamento” de vir pra essa colônia foi realmente a invenção de Bernardo Sayão. Nessa época, em 45 nós fomos para Ceres. Então a fundação de Brasília... quando foi em 57, eu estava, nessa época, com 19 anos, aí viemos pra Brasília, aonde vim morar no Núcleo Bandeirante, debaixo de uma lona. Essa época estávamos fundando o Cine Núcleo Bandeirante. Cine Bandeirante, era todo duratex. Estávamos em fundação desse cinema. E moramos muito tempo debaixo de uma lona lá, inclusive até fazermos, barraco de madeira, que naquela época tudo aqui era madeira. Era coisa difícil era guardar, inclusive madeira chegar aqui. Meu pai chamava-se João Sudário da Silva, mineiro de Belo Horizonte, minha mãe chamava-se Dalila Venâncio Ribeiro, também de Belo Horizonte. Todos dois falecidos aqui em Brasília. Então a gente chegou aqui em Brasília... essa época, com muita dificuldade, com luta.(SILVA, Delcides, 1990, p.1).

Suas lembranças sobre a rotina de trabalho na lavoura traz relatos sobre a localidade, como era a vegetação e a delimitação dos territórios por rio, a importância de seu pai, considerando-o um pioneiro.

Ele foi que principiou a colônia agrícola, que hoje é denominada com o nome de Ceres. De um lado o Rialma, do outro lado Ceres; o que divide é o rio das Almas. Então, ali a colônia foi criada, chamava-se a Fazenda Cafeeira, era um conglomerado de São Paulo, alguns americanos, e era essa Cafeeira que a gente

trabalhava lá. A vida realmente era, meu pai era um (incomp.), era um capataz da fazenda. E eu era considerado como um, trabalhava em enxada, trabalhava durante o dia em enxada, colhendo café, capinando, e à noite é que eu estudava. Tinha a escolazinha por lá, nossa lá, que a gente estudava à noite. (SILVA, Delcides 1990, p.9).

Os relatos compõem um mosaico de imagens que, apesar da fragmentação, são um enredo não dissociado das vivências de personagens que constituem um universo lógico e verossímil. É a memória elaborada na experiência dos indivíduos com o mundo material, espacial e cultural. Interpretações sobre o real estão envoltas por simbolismos⁹, como a relação de cidade do interior e capital, o trabalho no campo, as condições de vida, a luta constante para sobreviver, suas relações com o estudo e o que isso significa e, finalmente o porquê migrar para Brasília. Como discorre Clementino Cândido, que não estudou por que o seu “patrão” não aceitava; “Não pode, o filho não poderia estudar. Eu tinha que trabalhar”. (CÂNDIDO,1990, p. 6). Assim como aconteceu com Manoel Pereira Silva, indicando como eram estabelecidas as relações entre os trabalhadores e seus patrões.

Então, depois de crescido, eu fui criado numa loja, e trabalhei [...] É uma família rica, mas como ali a gente não tinha colégio, os filhos deles saíram pra estudar fora e eu não pude, fiquei trabalhando naquela loja e fiz apenas o primário lá. Já aqui em Brasília, já morando em Brazlândia é que eu fiz o primeiro grau e a segunda série do segundo grau.(SILVA, Manoel 1990, p. 1).

Nos casos em que eram portadores de alguma escolaridade, a relação com a escola formal foi bastante precária, como relata Osvaldo Alves do Nascimento sobre os seus estudos no Ceará.

Não, os estudos lá era muito precário. Eu, a agente lá... como era interior, nós tínhamos escola, era a aula dada por minha irmã, que era professora, mas não era aquela professora, quer dizer...(...) , só a parte de alfabetização, mas não era aquela pessoa formada, (incomp.) não tinha nenhum curso, pedagógico e nem o curso normal, era simplesmente alfabetizada. De lá eu já saí, digamos, já sabendo escrever, assinar o nome, né? (incomp.). (NASCIMENTO, 1990, p.3).

⁹ De acordo com Guedes (1997) os símbolos “[tomam] como qualidade distintiva do homem não o fato de que ele deve viver num mundo material, circunstância que compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um sistema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única. Por conseguinte, toma-se por qualidade decisiva da cultura – enquanto definidora para todo modo de vida das propriedades que o caracterizam – não o fato de essa cultura poder conformar-se a pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível.”. (GUEDES, 1997, p. 25).

Nos relatos, mesmo os que não freqüentaram a escola reconhecem a importância do estudo, havendo alguns que voltaram a estudar após a construção de Brasília ou quando isso não aconteceu, como no caso de Luciano Pereira demonstra reconhecer o valor do estudo formal.

Não, eu já era marmanjo um pouco quando comecei a estudar, já 'tava molecão de 10, 14 anos já. Aí comecei a estudar". (ArPDF, 1990, p.8).

Terceiro ano do primário. Sou franco a dizer, não tive estudo. É como um dia eu fiz numa reportagem aí: "Por que que 'cê não mora mais aqui?" "Não! Eu tenho dar a meus filho, o que eu não tive, é o estudo. Porque o estudo vale tudo. (ArPDF, 1990, p.8).

Existem semelhanças na origem desses sujeitos e suas experiências, entretanto sua vivência no período de construção de Brasília e o que lhes proporcionou *a posteriori* determinam à maneira de interpretar o seu passado. Contudo isso não reduz a importância sobre a memória coletiva dos trabalhadores da construção de Brasília. O direcionamento voltado para o discurso da memória coletiva desses sujeitos não tem a pretensão de definir qual memória individual mais condiz com a realidade, qual realiza melhor uma leitura crítica do processo, mas trazer à pauta o diálogo dos sentidos construídos por esses sujeitos sobre um tempo vivido. Ali estão universos de possibilidades, de lembranças, esquecimentos, mas que no processo da rememoração identifica sem hierarquias o escopo memorial daqueles homens sobre o evento histórico. Seguindo nos pressupostos de Bosi (2003), "por muito que deva à memória coletiva é o indivíduo que recorda". (BOSI, 2003, p. 411).

Há nos depoimentos um laço que os une. Não é o da tradição oral, mas uma história oral individual; em vez de ser um conto, ritual ou hábito passado de geração a geração, são relatos de testemunhas oculares, construção ativa do sujeito em sociedade (THOMPSON, 1992). A memória individual não se desmembra da coletiva, elas se coadunam, entretanto são multiplicidades heterogêneas. De acordo com Bosi (2003), entre a individual e a coletiva há uma conexão que as torna por princípio múltiplas e coletivas, mas ao mesmo tempo individualizadas.

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo (HALBWACHS APUD BOSI, 2003, p. 413).

Cada um dos trabalhadores fala da sua trajetória de vida, suas experiências sociais e de que lugar faz a leitura do passado. Ao mesmo tempo em que se tornam homens heterônomos, transformam-se na memória coletiva dos trabalhadores da construção de Brasília, dão as sementes, algumas ferramentas de suas tentativas constantes de se individualizarem. “O todo, submetido a uma tensão constante, orientado para um fim e por isso muito mais homogêneo, permanece misterioso, e deixa adivinhar uma região oculta”. (CHAUI, 2003, p.29).

Como no depoimento de José Cosme da Silva, que tece a seguinte consideração sobre o fato de ter ido para o Planalto Central; “Nós viemos pra Brasília. Graças a Deus, foi o passo mais sério que Deus encaminhou”. (SILVA, José Cosme, 1990, p.2). Diferente das razões de Manoel Pereira da Silva; “Me deu porque eu já ‘tava rapazinho, tentei casar, e eles não queriam que eu casasse, eu casei fugido com a moça. Vim pra (incomp.). Deixei ela lá e vim tentar a vida em Brasília pra ver como que (incomp.)”. (SILVA, José Cosme, 1990, p.2).

O modo como interpretam a ida para o Planalto Central é por vezes uma forma híbrida entre aventura, trabalho e realização de sua história, como relata Osvaldo Alves do Nascimento.

Olha, era uma cidade do interior e isso... ocorreu essa história lá... que Brasília estava precisando de pessoas; que o Juscelino estava implantando uma nova capital aqui em Goiás. Então eu sei lá, eu sempre gostei de um desafio. Eu não sei por que meus, nós somos 14 irmãos e, e... nenhum se atreveu a sair na época. Até à época ninguém era, tinha aquela vida mais ou menos já... pré-decida. Era o sujeito que chegava ali, encontrava uma parente, casava, e... construía sua família. Então, ninguém saía, e eu sempre pensei o contrário. Eu queria cortar, pelo menos interromper aquela monotonia, como surgiu essa... oportunidade de Brasília, eu me propus, na época e cheguei até aqui. (NASCIMENTO, 1990, p. 4).

Em suas memórias ficaram guardadas as dificuldades da viagem, a coragem de desbravar longas distâncias e a convivência entre as pessoas. Como no testemunho de Severino Manoel dos Santos.

É, vim para Brasília de trem. Saímos da Central do Brasil, juntamente com quatro amigos, levamos três dias até aqui chegar. Nessa época tudo era muito difícil, não havia estrada, o trem chegava até Anápolis, e de Anápolis para aqui, a gente viajava de ônibus. Nessa viagem de ônibus, dado dificuldade da estrada, é que era o mais difícil de chegar aqui... Mas no dia 12 de abril de 58 eu estava em Brasília... junto com os quatro amigos, como eu já disse, um deles, amigo especial, que era o mestre-de-obras, com o nome de Manoel Vitória. E eu vivia assim uma espécie de... muito aproximado a ele, a gente vivia muito aproximados. E ele foi tocar aquela ponte... do Park Way. (SANTOS, 1990, p. 1).

Mesmo nos relatos mais pessimistas como de Manoel Ramos dos Santos, que se considera um “nada na vida”. Deixa para trás sua condição de pária da sociedade, age como sujeito de sua história, desafiando a ordem de pobreza que sempre fez parte de sua realidade, mas impulsiona-os a chance de mudar sua realidade.

Nós viemos pra Brasília, eu pelo menos vim pra Brasília porque a gente vive sempre com a expectativa de ganhar dinheiro, arrumar um emprego. E como trabalhar no serviço público é um círculo vicioso, você trabalha um ano, aí vai querendo, vai embora, depois resolve ficar, vou demorar mais uns dias, aí vou aumentando, eu tô ficando muito tempo de casa, então eu vou aumentando. Então você chega uma certa época que você não tem mais condições de deixar o serviço, só se você passar a ser um rico, milionário. Você com dinheiro, você não quer trabalhar com ninguém, mas enquanto você necessita do trabalho pra viver, você tem que trabalhar. Mas espero que eu tenha, como se diz, satisfeito meu intento, pelo menos de trabalhar na capital da República, que eu vim no começo e todo meu serviço foi aqui, de maneira que eu vou me aposentar agora no mês que vem. E fiquei muito satisfeito porque a gente não é nada na vida, não conseguiu ganhar nada na vida, mas pelo menos a gente conviveu com muitos colega, aprendeu a fazer alguma coisa, quer dizer, e eu tenho meu tempo de serviço, praticamente serviço público. Trabalhei muito pouco tempo em empresas particulares mas eu só passei a trabalhar em órgão público depois que fui pra Marinha... e trabalhei na Marinha uns três ou quatro anos. Aí eu fui colocado à disposição da Presidência da República, tô lá até hoje. (SANTOS, 1990, p.2).

O lugar comum nas histórias orais é a vertente da mobilidade social em busca de trabalho. O acaso e as informações transmitidas boca a boca também funcionavam como fatores de persuasão. O ritmo frenético da construção da cidade quer nos parecer elemento presente na memória dos trabalhadores, como no relato do engenheiro Antônio Lourival Ramos.

José Lafaiete Silviano do Prado – é que nos convidou, porque ele tinha ido a Belo Horizonte exatamente pra... ele era mineiro, então cê sempre vai buscar onde cê conhece. Então ele foi lá, a Belo Horizonte pra recrutar uns engenheiros. Nós tava por coincidência passando na porta do escritório da NOVACAP, que era num prédio na rua Espírito Santo, quando ele nos abordou na rua e nos fez o convite. E meu irmão ficou entusiasmadíssimo na hora. Eu ainda pensei duas vezes, porque eu era noivo. Mas ele ficou entusiasmado e com isso nós viemos. Viemos pra cá. É, ele já autorizou, o negócio foi rápido. Em Brasília, as decisões eram fulminantes. Ele autorizou, já subimos lá em cima. Já no outro dia fomos buscar passagem e tava tudo resolvido, já era pra ir também. Dessa hora que nós falamos com Lafaiete até pegar o avião não durou três dias, porque era tudo corrido. E aqui, nem se fala, na cidade, era tudo pra ontem, não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha nada não. E nem de noite. (PRADO, 1990, p.5).

Nos relatos enuncia-se que as relações de trabalho interpõem-se como o princípio mediador entre o homem e o ambiente social. É o fator condicionante da migração criando um senso comum de oportunidades, além da percepção da divisão dos dois Brasis consubstanciado na divisão Norte-Sul, atestada no relato de José Cosme da Silva “Não, eu sabia que eu ia trabalhar, pelo menos é o seguinte, porque jovem mas por trabalhar na... pelo menos o lugar pra gente, tinha comida, tinha desenvolvimento porque era diferente do Norte. O Sul sempre foi diferente do Norte”. (SILVA, José Cosme, 1990, p.2).

Há nos relatos desses trabalhadores uma conjugação de pelo menos três tempos, distintos e complementares. Distintos cronologicamente, porque é o tempo do acontecido, do narrado e o do seu uso. Complementares, tendo em vista que essas três temporalidades não ocorrem de forma estanque. Enfim, a memória muito diz sobre o passado, mas o que ela diz, está diretamente relacionado com a experiência social que o sujeito teve com o mundo material, seus valores e suas culturas.

Portanto, não significa que nos relatos exista o mais e o menos “verdadeiro”, mas que há traços, pistas sociais que demonstram certa correlação entre elas e, sobretudo sobre a trajetória de vida daqueles que construíram Brasília. E no recordar há uma constante do lembrar, esquecer, identificar-se, diferenciar-se que “unifica, diferencia, corrige e passa a limpo.” (SILVA, José Cosme, 1990, p.408). É a memória de cada um desses sujeitos, que ao fim é o fulcro da memória coletiva.

A incursão na memória coletiva permite ultrapassar a fronteira de uma história que não pode ser relevada. O monumento Brasília, na racionalidade das suas formas, não deixa também de ser um monumento humano pelo que arregimentou de migrantes que a construíram no trabalho e na luta pela sobrevivência. Daí se torna imperioso considerar a experiência dos indivíduos em grupos na “[...] permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações” (NORA, 1995, p.8), em vez de entendê-la de forma impermeável, estática, submetida a grupos, sociedade. Nora (1995) entende memória individual/coletiva, como construções heterogêneas de atualizações de lembranças vagas, globais e flutuantes, não como da submissão daquela a esta, como em Halbwachs (1990).

3.2 - O canteiro de obras: Os “50 anos em 5” – visão dos trabalhadores

O que foi o “50 anos em 5 de progresso”. Na primeira parte deste trabalho, procurou-se discutir a historiografia que analisa o governo de JK, cuja premissa é a política de desenvolvimento econômico realizada pelo Estado, indo ao enfoque das análises sobre a cidade de Brasília. Já foram revistas as bases de constituição dos canteiros de obra no período de 1956 a 1960. Cabe agora, por meio dos relatos dos trabalhadores desvendar o cotidiano de trabalho naquele período.

Nas investigações documentais e nos estudos da literatura sobre o assunto, existem similitudes não apenas com relação à realidade da construção de Brasília, tendo em vista o contexto que envolvia os trabalhadores no período de 1956 a 1960, mas também nas trajetórias de vida dos sujeitos pesquisados. Mesmo sendo de regiões distintas, enunciam-se trajetórias e experiências sociais por demais semelhantes entre os sujeitos. Thompson (2004) conceitua, numa perspectiva de processo histórico similar dos trabalhadores-migrantes:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (THOMPSON, 2004, p. 10).

Ao aprofundar a análise dos relatos dos trabalhadores, procurou-se desenvolver uma descrição sobre o fazer e o fazer-se, expostos em suas histórias orais. Sendo assim o estudo de Sousa (1978) é de grande valia, sobretudo por causa da análise referente ao ambiente do canteiro de obras. Entretanto, enquanto Sousa (1978) tem como objetivo a formação da consciência de classe dos trabalhadores da construção civil, neste estudo, o foco é o que lembram os trabalhadores sobre o dia-a-dia da construção.

Nos relatos dos trabalhadores, o foco se volta para a rotina do trabalho, o cotidiano dos acampamentos, as relações entre os trabalhadores. Entretanto não quer dizer que as relações sociais e os sentidos delas tenham sido estabelecidos de forma harmoniosa. Houve um

cotidiano fundamentado por relações conflituosas, como os acidentes de trabalho, as condições de moradia nos alojamentos, a alimentação. Ademais, a lógica rotineira que tenta dar um ritmo de controle e harmonia social se defronta com o contraditório, a exploração e pobreza – componentes inseparáveis daquele contexto.



Figura 04 – Vista da cidade - acampamento
Local: Núcleo Bandeirante/DF -
Data: 1957-1960
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.04.04.B.01 No. 59
Autor: não identificado

O espaço do acampamento (Figuras 5 e 6) constituiu um universo restrito, pois somente poderia ter acesso o trabalhador empregado. Quando o migrante chegava ao Planalto Central, dirigia-se ao INIC, na NOVACAP, para cadastrar-se e ser encaminhado para trabalhar em alguma Construtora ou na NOVACAP. Caso contrário, como relata Manoel Ramos dos Santos, era proibida a entrada nos acampamentos.

Aí procurei falar com o motorista, motorista me trouxe, me deixou lá mesmo dentro da empresa. Porque naquela época os cara não trabalhava, também não entrava no alojamento, não entrava dentro da obra porque tinha um guarda, vigia que não deixava.(SANTOS, 1990, p.3-4).

Durante a construção de Brasília o documento do INIC tornou-se como uma carteira de identidade do trabalho.

Aí não tinha asfalto, então a gente ia nesse estradão que eles tinham feito daqui do Plano Piloto, aqui do começo daqueles prédio ali da 108, ali tinha aquele estradão, esse Eixão ali era só aquele barrão. Eles ‘tavam fazendo já. A gente ia a pé porque não tinha ônibus, os ônibus eram difícilimo de se apanhar, então pra você pegar o documento lá, ‘cê tinha que tá lá 5 hora, porque tinha um grande número de gente querendo tirar o tal de cartão de INIC [que] substituía a identidade.(SANTOS, 1990, p.4).

No relato acima de Manoel Ramos dos Santos, além de contar a importância do cartão de identificação do INIC, traz à luz o cotidiano que envolvia o trabalhador. De como era o andar pela cidade, as estradas de terra, “esse Eixão ali era só aquele barrão”. (SANTOS, 1990, p.4), a dificuldade do transporte e o ambiente cheio de gente.

Assim como relata Osvaldo Alves do Nascimento.

Nós passamos 28 dias, na época, para chegar a Brasília. Quando chegamos aqui, viemos para o Bandeirante. Todas as pessoas que vinham tinham que fazer um alistamento na Velhacap, um setor lá que eu não me lembro qual é.(...) INIC, era INIC. É, todo mundo que chegasse em Brasília teria que fazer essa ficha no INIC, e de lá, já vinha mais ou menos já com, para onde você ia. Onde estaria precisando de gente, para a firma onde estava precisando. (NASCIMENTO, 1990, p. 5).

Nos períodos áureos da construção, aumentava a necessidade de mão-de-obra, agilizando o processo de cadastramento dos migrantes. O relato de Clementino Cândido apresenta a sua chegada na Construtora Rabelo, como foi o seu cadastramento e os primeiros momentos no Planalto Central.

Aí, então pode vim e já vou fichar você, você pode ir pro almoxerifado, vai lá e pega um colchão, pega cobertor e travesseiro. E toma esse cartão aqui pra cê ir lá pra cantina, pra cê pegar o almoço e pegar refeição. E depois de fazer isso tudo, cê pode pegar uma picareta, uma pá e fazer o que for preciso. Procura o encarregado aí, o que ele mandar fazer, cê faz. (CÂNDIDO, 1990, p.8).

A escolha era feita de acordo com a especificidade do trabalho. Para peão, normalmente as construtoras não exigiam experiência, considerando que o seu trabalho era com enxadas cortando o mato, diferente de pedreiro e mestre-de obra, que se exigia experiência.

Definida a contratação, área de trabalho, empresa, passava-se aos alojamentos. Algumas construtoras tiveram o seu próprio acampamento, como é o caso da Vila Planalto,

enquanto havia acampamentos construídos e administrado pela NOVACAP. Abaixo foto do acampamento da Candangolândia (Figura 5).



Figura 05 – Vista da Cidade
Local: Candagolândia/DF
Data: 1957-1960
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.04.B.01 No. 76
Autor: não identificado

Os alojamentos eram precários, sem privacidade, principalmente nos alojamentos dos solteiros. As camas eram de madeira, sem higienização, expostos ao calor e ao frio.

Os alojamentos era os piores possível, porque as camas era feita pelos carpinteiros mesmo da obra que fazia aquelas cama, era uma por cima da outra e com o colchão de capim. Nós dormia em colchão de capim. Agora, sobre a roupa nós tinha que trazer qualquer coisa se não tivesse uma coberta, (incomp.) embrulhar. Agora, na usina Saia Velha, nós trabalhamos, nem isso existia. Lá nós trazia aqueles (incomp.) de pau, cortava aquelas vara do mato, lá na mata, e fazia aquelas cama, e depois forrava com capim, nós dormia naqueles pau forrado com capim.(...) Sem nada. Não tinha teto, tinha, era uma cama em cima da outra, era aqueles, aquele (incomp.) era um galpãozão muito grande feito de tábuas com (incomp.). (SILVA Manoel, 1990, p.10).

Enquanto isso ficavam evidentes as diferenças de tratamento entre os profissionais e os trabalhadores-migrantes com limites claramente definidos por hierarquia.

E era casa de madeira, muito agradável. O aspecto era exatamente de uma casa normal, mas de madeira. Não sei se cês vão alcançar isso. A curiosidade dessas casas de madeira, era que à noite, elas davam assim certos barulhos que assustavam quem não tava avisado. Era dilatação e contração da madeira. Ela dava um barulho assim que parecia que tinha alguém dentro da casa. Era curioso, mas o aspecto era muito agradável, a casa. Não tinha diferença do aspecto de uma casa bem construída. (DIAS¹⁰, 1990, p.2).



Figura 06 – Vista da Cidade
Local: Candagolândia/DF
Data: 30/09/1958
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.04.B.01 No. 91
Autor: não identificado

Assim como casos de trabalhadores que tiveram condições mais favoráveis de moradia, como foi à experiência de Luciano Pereira. Trabalhou e viveu no Catetinho, que de acordo com Niemeyer (2006) Catetinho foi o nome dado à primeira residência do presidente da República na futura capital. “Minha permanência em Brasília começou quando tudo era deserto e solidão, quando somente a obra do Catetinho se iniciava, local em que pela primeira vez pernoitei, em companhia dos meus amigos João Milton Prates, César Prates, Dilermano Reis, Emílio Rocha, Juca Chaves e Roberto Penna, que a realizaram.”. (NIEMEYER, 2006, p. 13). Não precisou morar nos alojamentos, contudo suas lembranças não vão em desacordo com a fatia de trabalhadores-migrantes que viveram em “barracas de lona”, “casas de madeira” onde a divisão dos alojamentos era de acordo com a especialidade do trabalhador. Nas palavras de Luciano Pereira, “quem podia mais” se situava na categoria de quase privilegiados, levando-se logicamente em conta o mundo adverso que todos enfrentavam.

¹⁰ Antônio Lourival Ramos Dias era Engenheiro.

Alojamento... Quem podia mais, como eu já citei, tinha uma companhia construtora de Brasília, que é a NOVACAP, depois disso mais dez ou outras quinze companhias como a Pacheco, a Rabello, a Camargo, a Pederneiras. Muitos era uma barraca de lona, que fazia esses acampamento. Os que podia mais um pouco, pra aqueles engenheiro, construíram casa de madeira, como eu disse, como essas aqui, como ali na beira do lago mesmo, tinha muitas dessas companhia, a Pacheco, a Rabello. Tudo era ali. Isso aqui era um palácio. (PEREIRA, 1990, p.21).

A forma como cada participante da construção de Brasília interpreta os alojamentos, pode indicar o local que ocupa naquele contexto. O que é atestado pelo depoimento de Severino Manoel dos Santos, que trabalhou na GEB, não se alojou nem se alimentou nos acampamentos.

É, alojamento era o seguinte: o pessoal de obra dormia nos alojamentos da própria construção, da própria companhia. E tinha suas refeições, a cozinha para fazer sua comida. Inclusive a companhia mantinha um cozinheiro lá para fazer comida para o pessoal. E... o operário em Brasília de construção civil naquela época era bem tratado, era bem... assistido, não... da maneira adequada porque as companhias mantinham aqueles alojamentos feitos de madeira, feito jiraus, mas tudo com colchões. E a comida, tinha o rancho, um salão bem grande. A comida era feita por peão que era destacado para fazer aquilo. Não era uma comida bem feita, porque cozinhar para 800, 900, 1.000 homens, não é brincadeira, não é? Aí eles faziam motim, brigavam, essa coisa toda.... Inclusive teve o levante, o chamado levante da Pacheco. Já ouviu falar no famoso. (SANTOS, 1990, p.11).

Passando das condições de moradia para as relações de trabalho, a rotina do trabalho era exaustiva, os operários começavam a trabalhar às 6 horas da manhã, até às 12h, com intervalo de uma hora, e novo turno de trabalho até as 18hrs. Alguns ainda em serão iam até 22, 24hrs da noite, conforme as informações colhidas no depoimento de Silva, Manoel (1990, p.7.). Alguns trabalharam numa rotina de 14, 15, 16, horas por dia. Eram as condições impostas pelo contexto aos que desejavam aumentar seus rendimentos. Nas folhas de pagamento da NOVACAP determina-se que o salário era pago por hora de serviço.

Então você recebe por hora, porque ali, você trabalhava dias e entra pela hora e vai ganhando a hora extras, então ganhava mais exatamente por isso. Que você entrava 7 hora no serviço, você podia trabalhar até 10, 11 hora da noite. (incomp.) horário do almoço e do jantar e depois 'cê voltava, trabalhava até 10, 11 hora da noite, trabalhei muito assim. Então essa hora extra seria mais caro, bem mais caro. Então aqui no Instituto de Previdência a Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), pelo que eu vejo aqui, olha aqui, eu recebia 17 cruzeiro por hora no IPASE. (SANTOS, 1990, p.7).

Mesmo havendo alguns casos que, de acordo com a necessidade, a relação trabalho/hora/salário fosse definida por tarefa.

Aí virava a noite, direto. No outro dia, trabalhava no outro dia, e enquanto não terminasse aquela laje, porque a laje não pode parar, quem começar a concretar ela tem que concretar ela todinha, no mesmo dia. Não pode concretar hoje e amanhã completar não. Tem que ser no mesmo dia, dia e noite, não pode parar. (CÂNDIDO, 1990,p. 8-9).

De acordo com as Folhas de Pagamento dos funcionários da NOVACAP, do ano de 1957, o salário/hora era de acordo com a profissão e se o trabalho era realizado no diurno ou noturno, conforme a tabela abaixo, em moeda da época.

• Carpinteiro	Cr\$ 18,00 ou 21,60
• Várias categorias de oficiais (eletricista, feitor, apontador)	Cr\$ 20,00 ou 24,00
• Trabalhador sem qualificação	Cr\$ 10,00 ou 12,00
• Lubrificador	Cr\$ 15,00 ou 18,00
• Guarda	Cr\$ 10,00 ou 12,00
• Motorista	Cr\$ 25,00 ou 30,00

No caso dos trabalhadores da construção civil, havia a oportunidade de ascensão pela passagem de servente ou peão para pedreiro ou mestre-de-obra, podendo passar de uma remuneração de Cr\$ 10,00 ou Cr\$12,00/hora, para Cr\$ 25,00/hora. Não há dados específicos que permitam determinar o contingente sem qualificação, mas pela amostra acima é possível se pensar numa imensa massa operária que recebia salários com uma diferença considerável. Considerando-se que em 1959 havia um universo de aproximadamente 65 mil operários, conforme já mencionado anteriormente, não fica difícil delinear o alto contingente populacional sem qualificações. A considerar ainda o fato da grande incidência de originários do meio rural, cuja única experiência era o trato com a terra, ou mesmo com alguma experiência, sem conhecimento técnico para uma função específica. Mesmo assim alguns conseguiam ascender na escala salarial.

Não é o objeto deste estudo a pesquisa sobre se as empresas possuíam programas de qualificação profissional. Mas, pelos depoimentos, se desenha uma realidade social que não é difícil de constatar que esse processo era precário, partindo do desejo e do esforço individual

por um processo de aprendizagem que envolvia a prática do fazer no canteiro de obras. Como relata Manoel Ramos dos Santos.

Depois de servente, eu fui promovido dentro da obra mesmo a pedreiro, depois eu fui carpinteiro, depois eu fui armador, mesmo dentro da obra (incomp.) Rezende. E depois quando eu saí de lá foi que eu fui vendedor.(...) Eu via os pedreiro trabalhando e ia aprendendo.(...)

(Entrevistador)E aí o senhor pedia...

(MS) - Pedia, inclusive eu tive um pedreiro por nome Elias, lá na Pacheco Fernandes Dantas, que nós trabalha no Brasília Palace Hotel, que era muito preguiçoso. Então, foi ele a origem de ter aprendido, porque quando o mestre-de-obras saía, a obra era grande, ele ia fiscalizar e tal, ele pegava e entregava a colher, disse: "Ó, você vai fazer assim, assim, assim." Eu botava a massa, botava o tijolo, botava as coisas, aí ele ficava, era um servente pra cada pedreiro, aí ele era um goiano assim preguiçoso, aí ele sentava e dizia: "Agora você vai fazer comigo, você vai trabalhar, que eu vou te ensinar." E aí eu aprendi. (SANTOS. 1990, p.15).

Tal qual descreve José Irismar Soeiro sobre como foi aprender os serviços de servente; “Se tu quiser, tu trabalha comigo como servente, mas assim, tu faz a massa e tudo, leva pra mim e depois eu vou te ensinando assentar tijolo e tudo.” Aí digo: "Então tá bom." Queria aprender a profissão, fui”. (SOEIRO, 1990, p.3). Contudo, de acordo com Sousa (1978), a ascensão profissional dependia de vários fatores não necessariamente relacionados com a capacidade do trabalhador.

De um lado, o servente precisa contar com a simpatia do profissional que se interesse em iniciá-lo. De outro, a decisão de classificá-lo nesta profissão depende da administração da empresa (encarregado, mestre ou engenheiro). Finalmente, a possibilidade de exercer efetivamente a profissão está ligada à propriedade das ferramentas¹¹ de trabalho. (SOUSA, 1978, p. 75) .

Enfim, por vezes, o aprender a fazer não se transformava em garantia de reclassificação, dependiam da vontade da empresa em promovê-lo. Como expõe Manoel Ramos dos Santos sobre sua experiência na Construtora Pacheco Fernandes Dantas; “Comecei trabalhando de servente, aí passei a pedreiro, mas como não quiseram me classificar, eu peguei e saí como encarregado de (incomp.)”. (SANTOS, 1990, p. 5). Segundo Sousa (1978) a não classificação do trabalhador foi medida cômoda das empresas para

¹¹ Sobre o uso de ferramentas para garantirem o exercício da profissão, ver Sousa (1978, p. 75 a 79). A autora analisa questões referentes ao trabalhador dono de suas ferramentas, o uso das ferramentas mais caras, a aquisição das ferramentas, o roubo de ferramentas e etc.

“manter ajudantes e semi-profissionais realizando tarefas de profissionais, sem receber a remuneração devida”. (SOUSA, 1978, p. 75).

Mesmo havendo a vontade de aprender o ofício, não foi por essa via que se formou a noção do bom trabalhador no canteiro de obras. De acordo com o relato de José Cosme da Silva, o bom trabalhador era o que dava menos trabalho, fosse obediente e passivo. Em seu relato há a exposição também das condições adversas que os trabalhadores-migrantes enfrentavam como as chuvas, frio e sujeira.

Aí escolheram as pessoa melhor, as cinco pessoa que era mais - diz o chefe que era as pessoas que era mais obediente - o chefe escolheu uma turma, outro escolheu outra, meu chefe escolheu outra, diz: "Ó, amanhã você vai trabalhar na limpeza do palácio." Eu fui escolhido justo pra trabalhar na limpeza do palácio. Fui trabalhar na limpeza, ali já era bom, era fácil. Já não pegava chuva, já era mais limpo, já era mais gostoso, era mais quentinho. Porque na época chovia muito. (SILVA, José Cosme, 1990,p. 4).

O contrato de trabalho apresentava alta rotatividade, de acordo com as necessidades das construtoras e os interesses dos trabalhadores, sobretudo nos primeiros anos da construção. Nas entrevistas utilizadas para este estudo, os trabalhadores que estavam na construção civil tiveram passagem por várias construtoras, e em alguns casos por vários tipos de emprego. Como é o caso de Manoel Ramos dos Santos; trabalhou na Construtora Ecisa e no IPASE, em ambos envolvido com a construção civil, na Construtora Nacional, trabalhou de servente e depois de vigia. Realizou serviços de servente, carpinteiro, auxiliar de marceneiro e auxiliar de almoxarifado. Sobre o último ele relata:

Eu colaborei, ajudava muito na seleção de material, a despachar material, ajudava (incomp.) essa é a função do auxiliar do almoxarifado. Passa inclusive, a certo ponto, a conhecer o tipo de código do material, que ele quer material isso, quer isso, então você tá no almoxarifado, almoxarifado é um local que tem todo material da construção. Dali você despachava o cimento, o ferro, o prego, tudo. Então tudo que é peça que leva na construção, está armazenado no almoxarifado. E o auxiliar é exatamente pra despachar esse material a quem ele se dirige pra pedir. (SANTOS, 1990, p.6)

Também Manoel Pereira da Silva apresentou essa característica de nômade social, pois trabalhou na NOVACAP em 1958, depois foi para a Usina Saia Velha e em seguida na Construtora Pacheco Fernandes Dantas na construção do Brasília Palace Hotel. Trabalhou

também nas construtoras Júber Vieira Rezende e Ecisa. Realizou serviços de pedreiro, carpinteiro e armador.

José Irismar Soeiro transitou entre as funções de pedreiro, mestre-de-obra, eletricista e por fim apontador fiscal. José Soeiro, relata sua passagem de pedreiro à apontador.

Bom, no Ceará eu tenho muito pouco que contar que eu saí com 17 anos, aí vim, como bom cearense, sempre sou aventureiro, vim para Goiás e Goiás comecei trabalhar em lavoura, aí surgiu Brasília. Aí eu como aventureiro vim parar aqui. Cheguei aqui, eu não era pedreiro. Procurei serviço, só tinha de servente e eu não queria dar duro, aí me fichei de pedreiro... foi mesmo! Aí, depois disso fui trabalhar com o doutor Michel¹² na usina de Saia Velha. Aí um dia ele me chamou, e disse: "Olha, meu filho, eu passei na NOVACAP e me deram isso aqui, tem que contratar uns eletricista de alta-tensão, e você vai ser um deles." Olhei pra cara dele: "Doutor eu não tenho coragem de pegar nem um fio solto." Aí ele disse: "Não, meu filho, eu vou te fichar como eletricista de alta-tensão e tu vai ganhar só o dinheiro, mas fazer, tu é apontador fiscal, vai fazer isso mesmo." Mas antes disso tem uma outra aventura minha. Eu cheguei, como eu disse aí, fichei de pedreiro e fui o melhor que passei a mestre-de-obra lá, sem saber trabalhar nada de pedreiro. Quando chego aqui, que terminou, que lá da Saia Velha eu vim pra Barragem do Paranoá. Quando terminou a usina do Paranoá, ficamos muito tempo inativos. Aí eu cheguei, que vi os prédio alto descendo eu disse: "Meu Deus, eu não tenho coragem de trabalhar de pedreiro nisso não." Aí fui lá com o doutor... que esqueço o nome agora, é aquele que tá na placa da Rodoviária. Era o diretor da NOVACAP na época, da Seção do Pessoal, doutor Humberto, não sei o quê. Aí eu fui e disse: "Doutor, eu quero fazer um teste pra outra coisa." Ele disse: "Por que, meu filho?" Eu digo: "Doutor, eu fichei de pedreiro sem saber, mas na NOVACAP eu passei bem e fui a mestre-de-obra, mas eu não tenho coragem de subir nesse prédio não." Aí ele olhou pra mim e disse: "Meu filho, você sempre foi pontual e foi cumpridor do teu dever e gosto da tua sinceridade. Você sabe ler e escrever?" Digo: "Sei." "Então você vai fazer um teste pra apontador fiscal." Aí mandaram eu seguir a equipe do Odair, e fui fazer o teste para apontador fiscal e passei. (SOEIRO, 1990, p.1-2).

Essa rotatividade era também uma estratégia das empreiteiras para não criar o vínculo com o funcionário, como relata Osvaldo Alves do Nascimento.

Ela tivesse a obra, não é? Não, você poderia até ser um bom funcionário, terminando aquela obra poderia é, ser transferido para outra obra. Mas isso na construção civil é muito difícil porque eles quando terminam aquela obra normalmente, eles já pegam todo aqueles, aqueles operários, já demitem. E já contratam novamente, até para não deixar o elemento ficar com um ano de casa. As empresas, assim, acham que o elemento só é bom até ele não completar um ano de casa. Depois que completa um ano de casa, ele...

(VL) - Ganha segurança, amolece...

(ON) - É, aí ele já começa... Acha que o operário a partir de um ano de casa, ele já começa a fazer corpo-mole. (NASCIMENTO, 1990, p.7).

¹² Michel Jean Maurice Vincent – DFL-NOVACAP.

Da rotatividade no trabalho para as condições de segurança no canteiro de obras, o que mostra a literatura, as fotografias e os relatos¹³ é que as condições eram bastante precárias. Na Figura 07 vêem-se os operários em serviço, sem luvas, cordas de segurança e outros materiais necessários. Nos relatos dos trabalhadores, os acidentes de trabalho eram constantes.



Figura 07 – Construção do Congresso Nacional
Local: Brasília/DF
Data: 1958-1960
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.04.B.02 No. 356
Autor: Mário Fontenelle

Clementino Cândido descreve um acidente de trabalho que ocorreu durante a construção no IPASE. “No IPASE mesmo, no IPASE, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) houve dois acidente. Morreu três de uma vez no elevador. Um guincho, o camarada do guincho dormiu”. (CÂNDIDO, 1990, p.9). Com relação a este caso, Osvaldo Alves do Nascimento também presenciou e relata como era a repercussão; “Olha, a repercussão era mais quase que local, porque não tinha assim intercâmbio, não tinha (incomp.)”. (NASCIMENTO, 1990, p.7).

Para Manoel Pereira da Silva os acidentes eram constantes, e a forma como eram tratados pela construtora deixa transparecer a pouca atuação do Estado e como nos alojamentos os trabalhadores ficavam sabendo do ocorrido.

¹³ Para um maior aprofundamento sobre a questão da segurança e acidentes nos canteiros de obra durante a construção de Brasília, vide Sousa (1978).

Era constante. A gente via só o pessoal cair de cima, mas nós não podia encostar, que eu trabalhei também uns dias lá na Construtora Nacional, eu trabalhei inclusive nos dois prédios do Congresso Nacional, na parte da Câmara dos Deputados e na parte do Senado, elas foram armadas, concreto, mas eram divididas embaixo, de tijolo, então trabalhava inclusive, tijolo à vista. Trabalhei nas duas partes. Agora, a gente só sabia que tinha caído operário lá, a gente corria pra ver, mas eles tinham uma equipe de bombeiro, formada inclusive pela firma, e que não deixava ninguém encostar. Quando um chegava, eles já isolavam o local, cobria o pessoal com um pano, com uma roupa, qualquer coisa, e tiravam. Naquele tempo nem perícia existia. Aí ninguém sabia qual era o operário. Mas sempre aparecia as malas, abandonada, e cama abandonada. Às vezes a gente sabia através das camas, que o dono não aparecia mais. (SILVA, Manoel, 1990, p.8).

Segundo Manoel Pereira da Silva, a única construtora que usou alguma proteção foi a Construtora Planalto, que fez uso de capacetes (Figura 08). Era uma empresa norte-americana, responsável pela estrutura metálica dos ministérios. Como demonstra a foto abaixo.



Figura 08 – Vista da Cidade – construção do Congresso Nacional

Local: Brasília/DF

Data: 11/01/1959

Fonte: Arquivo Público d296 76

Autor: não identificado

Ou como no caso de José Irismar Soeiro, tendo sido vítima de um acidente quando trabalhava. “Sofri, quebrei uma perna, minha filha, pura platina, feito lá na França, aqui, ó.(...)Trabalho lá na Barragem do Paranoá. Ó aqui. Perna velha aqui, ó. Foi aqui, isso aqui foi... aqui não tem cirurgia, né? Foi tirado pra fazer enxerto. Pedço aqui”. (SOEIRO, 1990, p.22).

Duas experiências podem ser demarcadoras das ações dos trabalhadores na construção de Brasília, a “conquista da cidade”, e nos “quebra-quebra” das cantinas. Cabe a ressalva, que de acordo com Sousa (1994), em julho de 1958, um grupo de trabalhadores com experiência sindical, dedicou-se e formou uma associação profissional da categoria, enviando ao Rio de Janeiro uma pauta de reivindicações, dentre elas a equiparação do salário mínimo ao da Capital Federal, “instituição de Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho e melhoria dos alojamentos das famílias operárias”. (SOUSA, 1994, p. 13). E em 1960 “juntamente com os demais segmentos assalariados de Brasília. O resultado vitorioso permitiu melhores condições de vida aos trabalhadores locais, sob a chancela do populismo de Kubitschek que alegara ‘uma dívida de justiça’ com os trabalhadores da nova capital.”. (SOUSA, 1994, p.13).

Com referência a “conquista da cidade”, Paviane (1991) reporta que quando da visita de Juscelino à cidade os trabalhadores-migrantes organizaram uma manifestação na qual pediam a regulamentação da cidade-satélite de Taguatinga.

Taguatinga é criada em 1958 para o desafogo da pressão exercida pela massa candanga (operariado pioneiro) que, habitando a Cidade Livre (futuro Núcleo Bandeirante), clamava por melhores condições de moradia.(...) no início de junho de 1958, aproveitando a presença de Juscelino Kubitschek, ‘grande massa popular, que estimamos em duas mil pessoas, empunhando cartazes (‘Queremos ficar onde estamos’, ‘Viva o Presidente Juscelino Kubitschek’) se postava à frente do restaurante, onde, às 20 horas, jantaria o presidente’. (PAVIANI, 1991, p. 125).

Sobre os quebra-quebras, como expõe Sousa (1994), foi a forma de ação direta contra os maus tratos enfrentados pelos trabalhadores.

O resultado foi uma experiência reivindicatória que ascendeu do nível individual (DRT, administração da empresa) ao coletivo, através de ‘quebra-quebra’ das cantinas em nível crescente de violência. Segundo a autora, esta experiência teria contribuído para que os operários percebessem sua capacidade de pressão enquanto massa, assim como o uso da violência enquanto instrumento eficaz de luta. (SOUSA, 1978, p. 1-2).

Nos relatos podem-se resgatar as relações sociais desses sujeitos entremeadas por trajetórias de conflito, tendo em vista a relação precária desses sujeitos com o contexto da construção da cidade. Contudo as reivindicações não se circunscrevem à remuneração. De acordo com Thompson (2004), a ação direta está articulada por aquilo que os trabalhadores

têm legitimado por suas tradições, uma certa “economia moral”, que para os trabalhadores voltam-se mais para o direito a uma boa alimentação e à moradia. “Tanto nas comunidades rurais, como nas urbanas, uma consciência de consumidor precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial”. (THOMPSON, 2004, p. 66).

E mesmo sob tais ambientes tão conflituosos, com relações de trabalho precarizadas, sem higienização, rotinas exaustivas de trabalho, as condições de alimentação, os trabalhadores-migrantes guardam em suas memórias uma relação nostálgica com o período da construção de Brasília, assunto a ser discutido no próximo capítulo.

4 – CIDADE E TRABALHO: MEDIANDO A “SEGREGAÇÃO PLANEJADA”

Neste capítulo serão tratadas algumas categorias que são evocadas pelos trabalhadores, como os movimentos e confrontos com a guarda da cidade, os momentos de lazer durante a construção da cidade, o estigma do ser trabalhador da construção civil e a imagem da cidade em construção guardada na memória dos sujeitos. De acordo com Ribeiro (1991), o cotidiano do trabalhador-migrante era submetido à lógica produtiva, sua vida na cidade estava subordinada à esfera do mundo do trabalho. Nos relatos os trabalhadores expressam exaustivas rotinas de trabalho sendo impulsionados pela premência da inauguração oficial da cidade.

Neste contexto conflituoso se estabelecem as manifestações por moradia ou pelas condições de alimentação, os choques com os Guardas de Brasília, o lazer, o estigma de ser trabalhador, as infrações nos acampamentos. São pistas que ajudam a lançar alguma luz sobre o dia-a-dia do viver em uma cidade em construção que são expressas nos discursos da memória. De acordo com Sousa (1978) a GEB, foi criada no final de 1958. E sobre a guarda discorre:

Esta ‘polícia oficiosa’ e de pouco preparo para lidar com os trabalhadores provocava constantes, conflitos nos finais de semana quando estes se dirigiam ao Núcleo Bandeirante em busca de lazer. Estes conflitos tornaram-se mais frequentes quando foi criada a GEB já no final de 1958, com aproximadamente 300 homens, escolhidos entre os candangos mais fortes e violentos policiais de Goiás, os quais impunham-se mais pelo temor do que pela autoridade. (SOUSA, 1978, p.19-20).

Neste sentido se valida o conceito de costume elaborado por Thompson (1998). Na sociedade inglesa do século XVIII refere-se a uma série de práticas que ganham estatuto de lei, não pode ser definido como algo posterior ao acontecido, mas expressão manifesta num momento determinado quando interesses se confrontam. O costume refere-se a todo um conjunto de práticas que por vezes acontecem à margem das diretrizes do Estado ou da nação, constituindo “[...] a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direitos reclamados”. (THOMPSON, 1998, p. 16). Não é sinônimo de tradição, mas o “campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitivas.”(THOMPSON, 1998, p.16-17).

Os conflitos eram acontecimentos rotineiros, sobretudo relacionadas à bebida que, mesmo sendo proibida nos acampamentos, era largamente consumida nos alojamentos e na Cidade Livre. Lazer, praticamente inexistente, se resumia a partidas de futebol e a conversas saudosistas da terra natal, dos parentes deixados para trás. Manoel Pereira da Silva atesta que “Nosso lazer era esse: contar história do passado, das pessoas que a gente tinha deixado na terra da gente. Cada um contava a sua história.”. (SILVA, Manoel, 1990, p.9).

Mesmo assim Manoel Pereira, por outro lado, considera os trabalhadores excluídos de qualquer atividade considerada como lazer: “O lazer? Quase ninguém nessa época tinha lazer. Aqui não tinha lazer. Aqui tinha que ser igual porco: comer, trabalhar e dormir”. (SILVA, Manoel, 1990, p.12).

O cinema (Figura 09) por seu turno cumpria um duplo papel. De lazer: “Aí o doutor Darcy fez um cinema ali perto, dentro do Palácio da Alvorada, e nós construiu o palácio e o acampamento nosso. Aí todo domingo ele passava filme pra gente à noite. Às vezes mandava buscar filme do Rio de Janeiro e todo domingo passava filme”. (SILVA, José Cosme, 1990, p.4). E como instrumento que acentuava a exclusão e doutrinação, pois na filmografia da época se manifestava e reproduzia o ideário do Estado-desenvolvimentista. De acordo com Nunes (2003), nos filmes produzidos durante a construção de Brasília o cinegrafista direcionava sua câmera para os signos¹⁴ “[...] máquinas, tratores, caminhões, estradas, edifícios, autoridades governamentais, personalidades nacionais e internacionais em visita à cidade” (NUNES, 2003, p. 221), legitimando o estado de exclusão desses sujeitos. Para o autor os cinejornais procuravam não incluir em suas imagens os trabalhadores comuns da construção civil.

¹⁴ De acordo com Cardoso (1997) o signo não-verbal, pode ser “compreendido através de um duplo ponto de vista: enquanto artefato produzido pelo homem e que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança etc.; enquanto mensagem que transmite significados relativos à própria composição da mensagem fotográfica.(...) no segundo caso, o signo constitutivo é a própria imagem fotográfica. No entanto, ambos os pontos de vista se fundem ao compreendermos a fotografia como uma forma de comunicação mediante o uso de artefatos e ao analisá-la tendo em conta a totalidade do processo que a produz, ou seja, desde o ‘clíc’ da máquina até a veiculação, circulação e consumo da imagem fotográfica. Tal procedimento revela todas as implicações culturais e ideológicas do processo em questão, tendo em vista que a imagem elaborada coloca-se como uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis”. (CARDOSO, 1997, p. 408).



Figura 09 – Cinema Teatro Brasília
Local: Núcleo Brandeira/DF
Data: 1957-1960
Fonte: Arquivo Público do DF
Nov.D.04.04.B.01 No. 158
Autor: não identificado

Desta forma os cinejornais no período de 1956 a 1960 se constituíam em registros cinematográficos patrocinados pelo poder público, cujo foco era centrado na edificação da futura capital e geralmente apresentados antes dos filmes. (NUNES, 2003, p. 221). Sob essa óptica os trabalhadores se constituíam em meros instrumentos para se atingirem os objetivos traçados.

O cinema considerado pelos trabalhadores como um local onde poderiam se divertir, que acontecia aos domingos, nada mais era que um mecanismo utilizado sub-repticiamente pelo Estado como forma de consagração das lideranças políticas. Nunes (2003) foi contundente na sua percepção.

Assim, de modo geral, ao olhar essas imagens, tem-se a impressão de que o objetivo era o de mostrar o cotidiano, sim, mas dos representantes do Estado, sugerindo que seu trabalho era incansável e monumental, o que os elevava à condição de grandes personagens de uma história em construção, enfim, de uma epopéia. (NUNES, 2003, p. 221).

O rádio também se prestou a essa função de ocultar a participação dos trabalhadores. Sua preocupação era conquistar o apoio geral elevando a cidade a uma dimensão gloriosa. A Rádio Nacional de Brasília, criada em 1958, teve a sua primeira transmissão no dia 31 de

maio. José Irismar Soeiro relembra a programação da rádio, como propaganda e como veículo de imposição e determinação do gosto popular.

Ela só punha programa de apoio a Brasília. Não saía nem uma notícia que desabonasse Brasília, nem essa morte, nem calamidade, nem nada, nem nada. Fora disso, meu filho, era só Luiz Gonzaga... Luiz Gonzaga. Depois entrou em pauta, Cascatinha, que eu sou pau-de-arara, não gosto muito de música caipira, tô gostando agora. São essas coisa. Mas era Luiz Gonzaga que era o dono, porque era quase só pau-de-arara mesmo, meu filho. O bar que não tivesse um disco de Luiz Gonzaga, não vendia uma cerveja. (SOEIRO, 1990, p. 25).

Essas lembranças são traços que anunciam as experiências de vida e confirmam uma realidade que subjaz a um processo excludente: os costumes por meio dos quais os indivíduos se interpretam e interpretam sua realidade. Entender o sentido de costume para Thompson (1998), possibilita situá-lo na interface entre o trabalhador da construção civil de Brasília e a ordem do Estado. Sua forma de expressão é a história oral, por isso “(...) os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns”.(THOMPSON, 1998, p. 86).

Os sujeitos no cotidiano do canteiro de obras expressam relações conflitivas, tendo em vista a premissa dos planejadores que agiam em sentido contrário aos interesses dos trabalhadores. Ambos voltados para construir a cidade, entretanto a cidade não incluía os trabalhadores da construção civil. Segundo Thompson (1998), costume e tradição oral possuem uma ligação umbilical, “sugerindo que o costume vigorava num contexto de normas e tolerâncias sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento. Era possível reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos ao seu exercício”. (THOMPSON, 1998, p. 89). E nisto reside a raiz do conflito e do processo de exclusão.

Mesmo tendo difundido o ideário de que estavam refundando a nacionalidade, de acordo com Ribeiro (1991), o uso dos acampamentos como forma de moradia tem como objetivo impedir que seus moradores criem raízes com a cidade. São os excluídos, que para Fleury (2003) são aqueles que não pertencem a alguma categoria de direito, e os operários são os excluídos do direito de fixar residência. O relato de Delcídes Abadia Silva, mais do que um caso pessoal traz o sentimento de não-pertencimento, ao demonstrar sua grande decepção sobre o que foi construir uma cidade que não os acolheu.

E hoje moro aí de aluguel, fundo de casa dos outros. Quer dizer, um pioneiro morando de aluguel hoje. Tenho inscrição da Shis, mas nunca fui agraciado com um lote ou uma casa, qualquer coisa. Essa mágoa eu tenho de Brasília, realmente. Que é um pioneiro que nunca foi reconhecido. Essa parte, realmente eu tenho uma mágoa de Brasília. Mas, infelizmente, é a trajetória da vida que a gente tem que passar por ela. Um dia, quem sabe?. (SILVA, Delcides, 1990, p.3).

A fundação da cidade de Taguatinga em 1958 é um dos marcos das ações de reivindicação ao direito de fixar-se no Distrito Federal. Antes mesmo da inauguração de Brasília, Taguatinga surgia como sua primeira cidade-satélite.

A cidade foi fundada em 5 de Junho de 1958 em terras do município de Luziânia – Goiás, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília. Seis meses após a instalação dos primeiros habitantes, Taguatinga já era uma realidade, já funcionava no local escolas, hospitais, casas para professoras e estabelecimentos comerciais. Era o princípio do povoamento da primeira cidade-satélite de Brasília. (CASTRO, 2005b, p.12).

De acordo com Paviani (1991), o direito de fixar e fundar a cidade-satélite de Taguatinga foi o primeiro movimento de “conquista da cidade” realizado pelos trabalhadores. De acordo com Paviani (1991), e com Castro (2005b), foi por meio da ação dos migrantes que se tornaram possíveis as primeiras construções residenciais regulares dos trabalhadores.

Milhares de pessoas concentraram-se em menos de oito dias, improvisando uma cidade sem luz, água, esgoto, ruas, tudo funcionava de maneira precária. A escolha do nome Vila Sarah Kubitschek fazia parte da estratégia dos ocupantes esperavam, com essa homenagem à então primeira dama, impedir que a NOVACAP utilizasse a Guarda Especial de Brasília (GEB) para remover a invasão. Fazia parte também do plano de ação dos invasores propagar o rumor de que ‘por ordem de Dona Sarah’, quem ocupasse uma terreno na Vila ganharia direitos legais de posse. Os invasores souberam que o ex-presidente Juscelino Kubitschek iria a um jantar no restaurante JK, na Cidade Livre e planejaram uma manifestação para pedir apoio à permanência deles no local. A multidão organizou-se com faixas e cartazes, onde se lia ‘Queremos ficar onde estamos’, ‘Viva o Presidente Juscelino’, ‘Fundamos a Vila Sarah Kubitschek’. (CASTRO, 2005,b p.11).

Durante a construção da cidade existiu um embate constante entre o cotidiano vivenciado por esses sujeitos e os objetivos e necessidades expressos nas condições de alimentação, nas precárias condições de moradia ou nos conflitos com a guarda da cidade.

Para José Cosme da Silva¹⁵ o fato ocorrido na Construtora Pacheco Fernandes Dantas¹⁶, foi um acidente, e os mortos foram devido à “falta de sorte dos trabalhadores”. Porque a ordem era para quando os guardas invadissem o alojamento na madrugada atirassem por debaixo da cama, como os trabalhadores se assustaram e foram para debaixo da cama, acabaram tendo azar e foram mortos.

(...) aí deram azar. Ficaram tudo embaixo da cama, então, quer dizer, não ficou em cima da cama, aí morreram. Tragédia. Então, aqueles que morreram sem sorte, porque tinham que morrer. Abriam, cavaram uma valeta ali perto aonde é hoje o quartel da Marinha, fica ali na Vila Planalto. Ali no quartel da Marinha é bem fundo, embaixo onde tem a parada é bem fundo. Pra aterrar ali, fizeram um acampamento ali, quem vem do clube pra cá pro quartel ali tem uma descida forte. Fizeram uma meia descida assim, cavaram e enterraram as pessoas, teve que levar de caçamba. (SILVA, José Cosme, 1990, p.14).

O relato de José Cosme da Silva vê esse acontecimento como circunstancial debitando ao acaso a morte dos que se esconderam debaixo das camas para se protegerem. Por outro demonstra como foram tratados os mortos do incidente, como excluídos, sem identidade e indigentes. De qualquer forma trata de mais uma evidência das relações sociais que se desenvolviam no projeto vislumbrado como a integração nacional.

Seguindo nos relatos, Osvaldo Alves do Nascimento considera que naquela época “[...] a lei era a do mais forte. Mas eu não tenho assim nada a dizer da GEB, porque ela nunca me fez nada. A gente via, eu uma vez vi um amigo ser torturado pela GEB e realmente aquilo me comoveu muito”. (NASCIMENTO, 1990, p.10). De acordo com quem lembra, sua interpretação vai em acordo com sua experiência e a posição que ele ocupa na sociedade. Mas guardadas as reservas necessárias com as especificidades de cada relato, reside no senso comum dos exageros, despreparo e violência a que eram submetidos.

Portanto, para cada um desses sujeitos, um novo cotidiano se apresenta totalmente distinto, e para Thompson (1998) o entendimento da cultura possibilita entender o contexto social em sua complexidade.

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão

¹⁵ É importante lembrar que boa parte da construção de Brasília ele viveu morando nos anexos do Palácio da Alvorada, tendo um quarto, comendo a comida servida para as pessoas do palácio, e ali ele fez sua vida, conseguindo chegar a fiscal da Justiça.

¹⁶ Sobre o incidente na construtora Pacheco Fernandes Dantas, *vide* Sousa (1978; 1983) e Ribeiro (1991).

imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p.17).

No período de construção as guardas foram uma das instituições do Estado que tiveram atuação direta na vida desses sujeitos, sendo recorrente em suas lembranças as ações violentas, a fisionomia da guarda e mesmo as estratégias usadas para evitar ao máximo qualquer contato direto com a guarda. Como relata Manoel Ramos dos Santos.

A GEB é um, você sabe essa farda de polícia goiana, por exemplo? de outras polícias do estado, é uma farda amarela naquela época. É um, aquilo tipo de correio, essa roupa de bombeiro, aquele cáqui bem forte, amarelo, e um capacete também meio esverdeado. Então o pessoal, eles não tinha nem carro, andava era no caminhão. E quando se via dizer: "Lá vem a GEB", nego já corria pra todo lado, porque eles não tinham instrução nenhuma pra prender, pra deter ninguém. Eles chegavam e era enfiando o cacete no (incomp.). Quem agüentasse bem, quem não agüentasse (incomp.). Se alguém reagisse... Eu assisti eles matar um cara no Núcleo Bandeirante. Bateram nele até matar, quer dizer, aquilo certas hora me dava até tristeza. "Eu vou embora daqui, isso aqui não é lugar." Mas eu ia agüentando, eu voltava pra casa, não era elemento que ficasse na rua. Garoto novo, e eu atendia muitos conselho de meu irmão, do meu tio que morava aqui, primo. Eu não saía na rua pra ficar andando pela rua, exatamente por causa desses incidente que a gente via. Quantas vezes eles dava problema naqueles alojamento, dava briga naquele... Porque às vezes peãozada dia de domingo não trabalhava, aí ficava tudo no alojamento e não tinha pra onde ir e começava a beber naqueles, que não faltava aqueles quiosquezinhos pra vender cachaça, (incomp.). Terminava dando briga final de tarde. Outras vezes eles chegavam, ficava espancando as pessoa. Então aquilo era realmente, o policiamento daqui era muito grosseiro, muito grosseiro mesmo, porque o cara que tem disciplina, que tem instrução não faz aquilo. (SANTOS, 1990, p.13-14).

A necessidade de entregar a cidade no prazo limitava medidas que precisavam de maior tempo e apreciação. Isso contribuiu para o perfil da guarda de Brasília, que praticamente foi formada pela necessidade imediata. O relato de Severino Manoel dos Santos demonstra como eram selecionados os guardas, no próprio contexto da construção e na autoridade do Coronel Muzzi.

É, eu tive aquela necessidade de ser policial, e fui procurar o comando da GP, que era o coronel Muzzi. O quadro estava fechado, o quadro era de 24 homens (incomp.) e ele... me encaminhou à GRN. "Você vai lá na, na Rural, você pode ficar lá."

Inclusive havia uns testeinhos. A gente não... o pessoal não entrava assim na crua, sabe? Há uma fama assim, que o pessoal era pego a laço. (SANTOS, 1990, p. 3).

E como foi realizada a sua contratação na Guarda Rural (GRN).

Não era nada disso. O coronel Muzzi ele tinha aquele cuidado de... analisar o rapaz. E... fazer perguntas da vida dele, não é? De onde ele veio, não é? O que quê fazia, olhava os documentos. Isso daí, depois fazia um testeinho na gente, não era exigência intelectual, porque não havia condição. Infelizmente a coisa era tudo correndo. E, Brasília não havia condições da polícia ser ocupada por intelectual. Porque não era polícia propriamente dita, era uma guarda. Então aí fez aquele testeinho em mim e me mandou para GRN, lá eu ingressei na GRN. Isso foi no dia 15 de maio de 1958... Atribuições, a Guarda Policial tinha atribuição de dar segurança ao setor urbano. O setor urbano... qual era? Era o Núcleo Bandeirante. Cidade Livre na época. A própria sede da NOVACAP, segurança às autoridades da NOVACAP e... aí por diante. Quanto à GRN as atribuições eram suburbanas: dar segurança à fauna e à flora e... os setores ligados da NOVACAP, como cerâmicas, acampamentos, aquela coisa toda, que ficava fora da área urbana, eram as atribuições da GRN. (SANTOS, 1990, p. 3).

Os relatos indicam algumas das maneiras pelas quais o Estado tentou garantir e manter a ordem em favor dos seus objetivos. Coube à NOVACAP praticamente todas as atribuições de Estado como regulador, fomentador, fiscalizador e, neste caso, também o de guarda e justiça. A guarda estava subordinada à companhia, com relação a justiça, valeu-se do fato das regras estarem mais condicionadas ao objetivo da construção do que a qualquer garantia legal. Expressas pela prática, no cotidiano do canteiro de obras, comprovadas nas repressões a bêbados, brigões e outras situações consideradas à margem da lei. Todos aqueles que pudessem atrapalhar a tentativa de ordem, o ritmo dos trabalhos teriam como pena a expulsão da cidade. Como apresentam algumas das ocorrências, caso da ocorrência 851 de 22 de maio de 1958.

Foi preso ontem pelo guarda 33 as 21 horas o indivíduo [M-1], que se encontrava embriagado e promovendo desordem e ainda não querendo pagar a despeza feita num bar da 4ª avenida. Em seu poder foi encontrado 32,00 cruzeiros e 1 espelho: Solução: Foi chamado a presença do chefe desta e severamente advertido, e se reincidir será deportado de Brasília como cachaceiro e mau elemento. Recebi o que consta nesta ocorrência: [M-1]. (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1958).

Casos em que por desordem e embriaguez os sujeitos teriam como pena a “deportação de Brasília como mau elemento” foram frequentes. Nelas, expressam um cotidiano

determinado por aqueles que se desviavam da conduta de uma ordem discricionária e unilateral. Seja nas brigas, nos roubos, nos quebra-quebras, mas que de alguma maneira envolvia o trabalhador da construção civil¹⁷. Embora não se tenha encontrado qualquer registro que comprove que a prática da deportação tenha efetivamente sido utilizada.

As expressões estigmatizantes também formam outra esfera de manifestações socioculturais da exclusão do trabalhador-migrante àquele contexto. Valor caro atribuído aos sujeitos que, por vezes, são reproduzidos entre os próprios trabalhadores com relação aos seus pares.

A complexidade das relações sociais indica que a configuração do ser trabalhador da construção civil não era homogênea. As discriminações eram também endógenas, não se reproduziam apenas provindas dos estamentos superiores. São estabelecidas as subclasses preconizadas por Elias (2000), dos *estabelecidos e outsiders* disseminando o estigma que carregavam como classe inferior. Como expõe José Cosme da Silva, do interior do Mato Grosso, quando define o trabalhador da construção civil em Brasília; “o pessoal quando vem do Norte, é boa parte do Norte, do nordestino, são muito ignorante” .(SILVA, José Cosme, 1990, p. 13). Ou como conta Luciano Pereira sobre a diferença entre “pioneiro” e “piotário”;

Doutor, desculpa, pioneiro é o senhor. Eu sou piotário." Ele foi me respondeu: "Ó, Luciano, agora tu vai me explicar o que significa 'pioneiro' e 'piotário'" Eu falei: "Uma coisa boa, seu Ernesto, que eu vou explicar pro senhor. Pioneiro é aquele que chegou, se fez, tá lá em cima, mora em apartamento, mora na beira do lago. Agora, o piotário é aquele que chegou, que não fez nada, mora em cidade-satélite e mora num barraco, que nem eu. Esse é o piotário." Porque pioneiro é aquele que mora na beira do lago e tudo. Então, tem diferença, pioneiro e piotário. "É o caso de nós dois, doutor. Eu sou piotário e o senhor é pioneiro. (SILVA, José Cosme, 1990, p.9).

De acordo com Elias (2000), o estigma tem uma lógica que, para o seu entendimento, deve-se examinar o papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição social de seu grupo com relação a outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo. Dessa forma alguns grupos conseguem lançar um estigma sobre outros atribuindo a eles características depreciativas de sua porção pior, e o menor contato é sentido como desagradável.

¹⁷ Em Lopes (1996) *vide* páginas 198 e 199, 204 e 205, 211 e 212. Neste, a partir das queixas policiais, realiza um levantamento da porcentagem de crimes, delitos, prisões e queixas do ano a ano de 1957 a 1960. Pode-se perceber uma grande maioria de queixas relacionadas com embriaguez, desordem e agressões.

(...) associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito (...) o estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se, em sua imaginação, num estigma material – é coisificado. (ELIAS, 2000, p.35).

Para o autor o estigma é dinâmico, mutável, quando de algum modo os trabalhadores-migrantes se tornam necessários, seu vínculo sem desaparecer diminui. Como no relato do engenheiro Augusto Guimarães Filho, mesmo tendo visão estigmatizante do trabalhador-migrante, apresentava uma visão lírica sobre aquela leva que se aboletava nos acampamentos.

Chegava aqueles candangos, mortos de fome, coitados, eles corriam pras companhias construtoras, comiam tanto que tinham um desarranjo intestinal tremendo. Isso era em todo lugar. Aquelas levadas de gente chegando atrás do eldorado, do sonho. Era bonito. (GUIMARÃES FILHO, 1990, p.11).

No depoimento de Manoel Pereira dos Santos reconhece-se o dito nordestino como homem trabalhador em busca de melhoria de vida e o indivíduo forjado nas vicissitudes, que não diminuíram, mas não arrefeceram o sonho.

Não... o ânimo... o nordestino, em si, ele é uma pessoa já muito calejada. Então determinado sofrimento, isso ele enfrenta com toda naturalidade. O ânimo era o melhor possível, o pessoal animado, todo mundo atrás do seu eldorado, não é? Então, isso foi, era até divertido havia sofrimento, você chegava, o carro, o caminhão atolava, fazer, nego tirava a roupa, entrava na lama, depois não tinha água, aí, a chuva mesmo lá já lavava o barro do cara. Então foi uma viagem assim... super divertida. E ô, foi muito bom, é, foi uma época assim, que as amizades da época, era uma amizade, a gente via que tinha, mais sincera, não é? Pelo menos aquela época você podia... deixar qualquer coisa na mala, isso eu lembro, o meu pagamento, recebia o pagamento jogava numa mala lá que nem tranca tinha. E nunca sumiu nada. Então, sei lá, as pessoas na época, parece que não visava essa parte de... principalmente segundas intenções que eu não gosto. Todo mundo tentava mais ajudar. Eu achei muito bom, isso de ter vindo para Brasília. Talvez se tivesse que começar tudo de novo eu repetiria isso. Mesmo já sabendo de todo o sofrimento que passei. (SANTOS, 1990, p.5-6).

Para o servente Osvaldo Alves do Nascimento, o migrante que foi para Brasília em construção dificilmente seriam pessoas bem-educadas. Em seu relato há uma conjugação entre cotidiano, estigma, relação com a guarda e a lei.

Claro, mais que tinha mais perigo de vida. Porque na época, se tivesse uma confusão ali, então saía logo tiro, mas eu acho que isso fazia parte de Brasília. Porque era difícil, estruturar uma polícia, não é? Tudo cerrado, quem gostaria de vir? O elemento que tivesse uma formação, talvez ele não quisesse enfrentar isso aqui, vieram mais alguns abnegados à procura de sobrevivente. Então, se ele já tinha algum instinto mau, se ele entrou na polícia, foi um prato feito, porque na época não existia direitos humanos.(NASCIMENTO, 1990,p.9-10).

Nesse processo vale-se da especificidade de Brasília em construção. Local que recebeu em um período de quatro anos cerca de 60 mil pessoas, uma multiplicidade das mais variadas regiões do país, comprovada tanto pelos dados do Censo¹⁸ como no relato de José Irismar Soeiro: “tinha também gente que, aqui, rapaz, foi criado, com, não sei nem dizer o nome correto, mas era um pandemônio, porque tinha gente de todas as naturezas, de todas as espécies, de todas as raças, e te liga realmente mau elementos. Eles vinham como se fosse aqui um...”. (SOEIRO, 1990, p.18).

A própria idéia do pandemônio¹⁹ em que se tornou a construção de Brasília enuncia a forma de interpretar aquele contexto. Aconteceu pelas possibilidades de trabalho que a região passou a proporcionar. O ideário da construção da capital esperança foi incutido pelos planejadores como mecanismo de divulgação da cidade e foi absorvido por estes sujeitos Assim como o estigma disseminado entre os próprios trabalhadores. Demarcadamente pejorativo, como desordeiro, sem-educação, sujo. Não ignoravam seu destino também de sofrimento e luta, e sujeitos de sua história. Registra-se a noção do papel que os trabalhadores-migrantes exerceram na construção da cidade. Investem-se como agentes, como parte daquilo que foi a construção de uma cidade no interior do país, como na fala de Manoel Pereira da Silva.

Não, não porque tudo que tem aqui, eu vi nascer. Então pra mim não foi complicado, porque muitos deles passaram pela minha mão e aquele que não passou eu vi nascer. Então tudo pra mim é normal. É, não seria normal se eu tivesse chegado aqui e já encontrasse feito do jeito que está hoje, mas do jeito que eu vi crescer, vi ser construído, viadutos, as ruas, as avenidas, os prédios, tudo enfim, quer dizer eu não... tudo normal.(SILVA, Manoel, 1990, p.19).

O engenheiro Antônio Lourival Ramos Dias considera de grande valor o trabalho dos milhares de migrantes advindos dos mais variados rincões do país, que trabalharam com

¹⁸ Vide p.38 e 39.

¹⁹ Ide acordo com o *Dicionário Etimológico* pandemônio é “lugar onde se reúnem todos os demônios, o inferno, e, por extensão, lugar onde há muita gente em desordem”. (BUENO, 1998, p. 2.848).

afinco e são os responsáveis por erguer a Nova Capital do país; “(...) na faixa de operariado e que foram os grandes construtores dessa cidade, e operários muito bons, muito trabalhadores, muito fortes e que foram os que construíram a cidade verdadeiramente, com as mãos deles”. (DIAS, 1990, p.12).

4.1 – A imagem da cidade de Brasília para os seus construtores

Pegar aquela, ver sair daquele planalto vazio, aquela cidade nascendo com as belas formas do que o Oscar ia espalhando por lá, é uma coisa que até hoje me comove e me enche de ternura. (GUIMARÃES FILHO, 1990, p. 2).

Entender o evento histórico da construção de Brasília pela via das imagens que os seus construtores guardaram em suas memórias foi uma tentativa de situar a história. Parafrazeando Bolle (2000), Benjamin desenvolve os seus conceitos pela captação das imagens. Cidade e memória se conciliam por meio do “gravar imagens”. Seria nas passagens dos sujeitos por uma época, uma densa “paisagem de imagens e fragmentos” (BOLLE, 2000, p. 44), que não existem estaticamente e sim por símbolos e representações. É no recordar que surge o ponto de ruptura, em vez do sonho, o despertar. Ao despertar-se proporciona elaborar na memória o passado fragmentado e não mais fixo e linear

Da seguinte maneira Bolle (2000) concebe a dialética do “sonho” e “despertar” em Benjamin:

Enquanto os surrealistas escolhem a forma do ‘sonho’ para expressar a mitologia da época, o historiador materialista procura elaborar uma forma de ‘despertar’, com método para traduzir a linguagem inconsciente para o conhecimento consciente. O saber é obtido através de uma operação dialética: do ‘ainda não-consciente’ à consciência despertada, e vice-versa. O protagonista desse projeto são as passagens parisienses, enquanto vestígio arquitetônico mais importante da mitologia do século XIX. (BOLLE, 2000, p. 62).

Para Benjamin (1991), o contar da história é como o arrancar “[tornando-se] ‘objeto’ de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas ‘uma determinada época’, ‘uma determinada vida’(...) Esses elementos são ‘arrancados do curso homogêneo da história.’”(BENJAMIM APUD BOLL, 2000, p. 26).

Segundo Bolle (2000), Benjamin propõe uma reconstrução fisiognômica-fragmentária da história criando uma imagem da cidade que pode ser a imagem de uma época.

Por meio de imagens – no limiar entre o consciente e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época. É essa leitura que se propõe Benjamin enquanto historiógrafo. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisiognomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às ‘grandes idéias’ e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens ‘dialéticas’ coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história. (BOLLE, 2000, p. 46).

Por vezes, ao considerar como sendo a lembrança de uma pessoa e não de uma época, corre-se o risco de generalizar, contudo como afirma Bosi (2003), ao evocar um determinado evento histórico de relevância social coletiva, o fato é contado por aqueles que participaram do evento.

A força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais. (BOSI, 2003, p. 419).

No esteio do despertar surgem os sentidos imagéticos que os sujeitos fazem da cidade que construíram. Nessas imagens de uma época guardada na memória, expressas ora na fala, ora na escrita, ora nos símbolos, ora nos atos, enuncia-se um ícone do passado, que segundo Cardoso (1997) o ícone

é um signo que, na relação signo-referente (signo-objeto), designa um objeto ao reproduzi-lo ou imitá-lo, por ter certos traços – um pelo menos – em comum com o objeto em questão. Serão ícones tanto imagens quanto diagramas ou metáforas. Os signos icônicos seriam imediatamente comunicativos por serem de percepção instantânea. É interessante notar, porém, que podem existir ícones mesmo na inexistência empírica dos objetos correspondentes (por exemplo, a estátua de um centauro). (CARDOSO, 1997, p.403).

Há assim um diálogo que contribui para o entendimento do vivido. Como discorre Silva (1997), que mesmo trabalhando em condições degradantes, para os trabalhadores da construção de Brasília, sua lembrança é por demais positiva, sendo “(...) um indicador de que as condições de trabalho na obra se distanciam bastante das representações positivas

construídas pelos migrantes que atuam como operários”. (SILVA, 1997, p.52). E Bolle (2000) completa que as edificações como signos consolidam na consciência as formas que se transformam em imagens.

A metrópole moderna fundamenta uma mitologia, onde as construções assumem ‘o papel do subconsciente. Os primeiros monumentos da Revolução Industrial – construções de ferro, como as estações ferroviárias e os pavilhões de exposições, ou as passagens como precursoras das lojas de departamento – repercutem fortemente no imaginário coletivo. (BOLLE, 2000, p. 65).

A elaboração dos relatos, consagração da memória dos trabalhadores da construção de Brasília acontece envolta de toda uma carga de experiências e expectativas por vezes frustradas.

À forma do meio novo de produção que, no começo, ainda é dominada pela do meio antigo (Marx), correspondem imagens na consciência coletiva, em que o novo se interpenetra com o antigo. Tais imagens são imagens de desejo, e nelas a coletividade procura tanto superar quanto idealizar o caráter não acabado do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção.(BOLLE *apud* BENJAMIN, 1991, p. 65).

Ainda, seguindo com Bolle (2000), a imagem-desejo sofre de uma constante ambivalência. É por vezes “fantasmagoria idealizadora” e por outra utopia social emancipadora. Nos relatos as imagens de Brasília vão surgindo espontaneamente. Indicam uma dialética do passado e presente, envolta por ambigüidades, conquistas e frustrações do desafio e experiência da construção de Brasília. “Nos sonhos coletivos do século XIX – que se materializam em construções como as passagens, nas modas e na produção de imagens – expressa-se a mitologia da Modernidade”. (BOLLE, 2000, p. 64).

Como no relato de José Irismar Soeiro, sobre sua chegada à cidade em 1957, quando tinha 17 anos.

Não pude ter impressão de nada, eu digo: "Oh, meu Deus, será que isso aqui vai ser uma cidade?" O que eu pensei foi isso. Porque era só mato, e eu vinha apontando máquina pra desbravar isso aí, tinha nada. Aí eu digo: "Será que isso vai ser uma cidade mesmo?" Eu pensava com meus botões. Mas vinha todo mundo, era companhia mesmo que formiga, companhia de todo canto. Eu digo: "Isso aqui, do dia pra noite..." porque tem até um provérbio que dizia, no tempo de Brasília: "Enquanto você dorme, Brasília cresce." E era uma realidade, todo dia se instalava

uma companhia, e todo dia se começava um canteiro de obra. Por isso, foi em tempo hábil demais, a construção daqui. (SOEIRO, 1990, p.24).

Relembrar a chegada no Planalto Central é descrever a paisagem que encontraram assim como o tipo de relação que se estabelecia nestes ambientes. Como discorre Luciano Pereira, sobre a imagem do Planalto antes da construção de Brasília.

Pois bem, então eu vou falar sobre um pedacinho, como era aqui o planalto. Isso aqui era uma região, como diz, tem aquela novela do coronel, que tinha lá. Era aquele coronel que podia matar todo mundo. Era a região essa aqui... Mas dumas pessoas tudo simples, humilde, popular, aquela que Luziânia tem 248 anos, que era dono da metade dessa terra aqui do planalto, aonde foi desapropriado pra construir a capital, até o município de Luziânia. A área do Distrito Federal é uma área, como eu disse, de 25.820 km², foi desapropriado e pago 800 mil-réis por alqueire, de três municípios, Luziânia, Planaltina e Formosa. Formosa também já existia. Formosa tem duzentos e tantos anos, Planaltina cento e tanto. Então, isso aqui era um região... a única coisa tinha aqui era gado. Cada um fazendeirinho desse que tinha aqui, tinha uma criaçãozinha de animal, de gado. Às vezes, produzir muita coisa ele não podia, às vezes plantar e fazer produção, porque não tinha estrada pra transportar nada. Estrada aqui, o transporte era carro de boi, carro de burro, aquele atraso. (PEREIRA, 1990, p.5-6).

Na região a única coisa que existia era gado e a produção era limitada devido às dificuldades de transporte. A região era como uma terra sem lei, sua lembrança é cotejada com a novela do “coronel que podia matar”. As pessoas eram “tudo simples, humilde, popular”. Esse é o quadro pintado por Luciano Pereira sobre a região do Planalto Central antes do início das obras. Sua imagem é tanto a da paisagem quanto do tipo de relação que existia.

Num outro momento, a paisagem de Brasília em construção ganha significado, do cerrado inabitado à paisagem do presente. Assim relata Luciano Pereira sobre o sentido do antes e depois da construção.

Graças a Deus, estou satisfeito. Que isso aqui não valia de nada. Era um atraso, a vida aqui era dos ricos, de quem podia. E hoje todo mundo tá trabalhando, todo mundo tem seu pedaço de terra. Todo mundo tá andando aí no seu carrão. Tem asfalto, tem tudo. Eu, essa pessoa humilde, entrevistado aqui, viu a capital nascer! Pra quem conheceu isso aqui que era cerrado e bicho, hoje estou vendo, orgulho do Brasil, aos estrangeiros que visitam isso aqui, essa cidade moderna. No mundo não tem... E sempre falando no homem, do nome desse fundador de Brasília, do Juscelino. (PEREIRA, 1990, p.9-10).

A imagem-desejo convive com uma ambivalência inerente, ora o da “fantasmagoria idealizadora”, do exótico, passa-se para uma utopia social emancipadora, é a lembrança nostálgica dos sentidos de Brasília. O relato de Osvaldo Alves do Nascimento descreve a imagem da cidade que viu crescer, indicando pertencimento e sua experiência de presenciar a cidade que viu nascer.

Segundo Da Matta (1984), o conceito de exótico correlaciona-o com o familiar aos estudos da cultura. Para Da Matta (1984) “as duas transformações estão, pois, intimamente relacionadas e ambas sujeitas a uma série de resíduos, não sendo nunca realmente perfeitas. De fato, o exótico nunca pode passar a ser familiar; e o familiar nunca deixa de ser exótico”. (DA MATTA, 1984, p.158).

Ainda conforme Da Matta (1984), o “familiar” não quer dizer necessariamente apossar-se que, para se concretizar, tem que se fundar em raízes ou criar laços afetivos compensatórios, mas levar-se ao contraponto com exótico. Conforme se depreende desta entrevista.

(ON) - Pois é, a impressão, a impressão... Você vem, sei lá, você vem assim com uma impressão que encontraria aqui já uma cidade, não é? Mas na realidade você chegou aqui, encontrou mato só, não tinha nada. Realmente, é, a gente ficava um pouquinho surpreso, né? Porque, vinha do interior, mas tinha sua casinha para morar. As coisas são mais fáceis. Então na época, foi muito difícil, eu tive que me adaptar, lavar minhas roupas. Então isso foi uma coisa que eu aprendi que, na época mesmo que eu morava no Ceará, isso eu tinha tudo, apesar de ser simples, mas eu tinha tudo isso. Então a gente vivia aqui uma vida, assim difícil, mas era uma vida muito boa. Eu, pelo menos, gostei muito, na época, mesmo com as dificuldades da época, eu acho que valeu a pena. Principalmente quando você vê isso aqui que só tinha mato, cerrado, tinha só lama isso aqui e hoje você vê essas coisas lindas. A gente que praticamente começou do zero aqui não sabe dar valor o que tem. Mas é uma, uma coisa linda Brasília, eu pelo menos acho. Essa arquitetura de Brasília, pelo menos eu acho isso uma coisa fantástica. Eu mesmo, já tive outras oportunidades para sair de Brasília, mas nunca aceitei convite.

(VL) – Sua veia de explorador terminou com Brasília?

(ON) – Não, eu aprendia a amar essa cidade você pode ter certeza. Eu não sei, porque foi uma coisa que eu vi nascer, você entende? Eu realmente, eu aprendi amar essa cidade. Eu hoje não trocaria Brasília por lugar nenhum do Brasil. Também, não conheço outro, conheço Brasília. Então essa eu sei, conheço de perto. (incomp.). (NASCIMENTO, 1990,p.6).

Por sua vez, o exótico é a chegada à cidade em construção, uma lembrança do “surpreso” como relatou Osvaldo Alves do Nascimento. Para Da Matta (1984), o exótico, o desconhecido que, para os trabalhadores-migrantes, está distante da sua convivência diária. “O exótico, como termo inverso, significaria precisamente o oposto: um elemento situado fora do meu mundo diário, do meu universo social e ideológico dominante.”(DA MATTA,

1984, p. 159). Ao mesmo tempo em que ao ver a imagem da cidade crescer, se sente fazendo parte desse processo. “Porque foi uma coisa que eu vi nascer”, suas lembranças equacionam a imagem-desejo da cidade com o familiar, no conhecido, um sentido de intimidade de sua trajetória de vida com a história da cidade.

Assim como no relato de Augusto Guimarães Filho, mais do que a lembrança da imagem da cidade em construção, relembrar o evento é trazer para o presente os sentimentos do momento vivido. Da paisagem sem horizonte, do tipo de vegetação, aos sentimentos como arrepio, a noção de responsabilidade, do caminhar pelas obras, ao ver os “movimentos de terra”, a alegria e confiança.

Bom, posso falar. Posso falar porque ainda revive essa sensação.(...) Quando eu desci em Brasília, aquela ausência de horizonte, aquela vegetação meia ressequida, eu fiquei arrepiado, não conseguia sequer respirar. Eu disse: "Meu Deus!" Aí veio a noção de responsabilidade, que eu não tinha nada, só uma casa ou outra, foi uma coisa extraordinária. Mas também quando a gente via começar a levantar a esplanada, dos movimentos de terra; as coisa ali subindo, era uma coisa de... você disse que eu posso dizer. Disse que eu podia mentir, eu não posso dizer. Quero que você adivinhe o que que eu, o que que a gente sentia assim. Era uma coisa tão bonita por isso, porque era uma alegria, era uma confiança.(GUIMARÃES FILHO, 1990, p.10-11).

Para Delcídes Abadia Silva relembrar o migrar para o Planalto Central é trazer na memória a imagem da paisagem, assim como dos sentimentos vividos, indicada na relação do passado/presente.

Olhe, pra mim, a construção de Brasília foi uma aventura, certo? Porque eu vou ser sincero a você, na época que eu cheguei aqui, eu tinha 18 pra 19 anos, era uma emoção tá aqui dentro, porque era cerrado, tudo a gente olhava pro lado era mato lá, pro outro era mato. Quando você vê hoje o que é Brasília, então, a gente considera uma aventura. A gente ter chegado aqui e ver o que está Brasília hoje” . (SILVA, Delcídes, 1990, p. 10).

Quando Benjamin (1991) percorre os caminhos da imagem-desejo da utopia social emancipadora, há uma esperança de um irradiar de uma nova sociedade. Assim, cada época possui a sua imagem. Esta se funde na memória coletiva de uma utopia emancipadora. A utopia concilia com as lembranças da construção da capital-esperança. Os trabalhadores

abraçam a causa da entrega da cidade no prazo e guardam em suas memórias o erguer da cidade, assim como de dias melhores. Como na música “Brasília, Capital da Esperança”;

Em meio à terra virgem desbravada
na mais esplendorosa alvorada
feliz como um sorriso de criança
um sonho transformou-se em realidade
surgiu a mais fantástica cidade
"Brasília, capital da esperança"

Desperta o gigante brasileiro
desperta e proclama ao mundo inteiro
num brado de orgulho e confiança:
nasceu a linda Brasília
a "capital da esperança"

A fibra dos heróicos bandeirantes
persiste nos humildes e gigantes
que provam com ardor sua pujança,
nesta obra de arrojo que é Brasília.
Nós temos a oitava maravilha
"Brasília, capital da esperança".

Letra: Capitão Furtado
Música: Simão Neto

Contudo, mesmo de forma entremeada nos relatos, deixa-se transparecer uma rotina precária, que não proporcionou condições de ascensão, diferente do que os trabalhadores-migrantes interpretam sobre suas experiências em Brasília. De acordo com Benjamin (1991), o homem pós-revolução industrial tem dificuldade para formar a imagem de si e de sua época. Envolto por uma rotina imediata, “incessantemente submetido à vivência de choque” (BOLLE, 2000, p.345), constantemente têm que apartar impactos.

(...) ele deu à vivência o peso da experiência. Quer dizer: ele fez da destruição da memória o tema de sua poesia. Benjamin tenta uma solução dialética semelhante: flagrar, ‘uma chapa da memória’, ‘no crepúsculo dos hábitos’ – ‘pelo sacrifício do nosso eu mais profundo no choque’ –, ‘um daqueles raros retratos’ ‘em cujo centro estamos nós mesmos’. O contexto dessa busca é a relação profundamente ambígua, em que se misturam a todo momento a memória afetiva e a crítica. (BOLLE, 2000, p. 345).

O sentido da cidade na memória dos trabalhadores-migrantes ganha relevo nesta ambigüidade, de uma memória afetiva, com aquele passado de esperança e da experiência de choque. Às figuras políticas é retirada a culpa pela sua condição atual, como com relação a

Juscelino Kubitschek, cujas lembranças revelam afetividade apesar da situação de exploração, pobreza e exclusão, mas foi também o começo de uma nova etapa de vida. Para Clementino Cândido, em Brasília é o nascer não somente de uma nova vida, mas de um novo país, atribuído a JK.

Ah, é porque a minha vida modificou muito minha vida. O significado da construção de Brasília melhorou muito pra mim em muitas coisas: (incomp.) me ensinou a viver, me ensinou a trabalhar e melhorar muito minhas condições de vida. Nem só a minha, há muitos... há muitos. Muitos coitados que vieram do interior, que a maior parte do pessoal de Brasília, a maior parte, mais de cem por cento, tudo é pessoal do interior. São as pessoas carente, sem estudo, porque as pessoa carente não tem estudo. Então Brasília ajudou muito. A nova construções de Brasília ajudou muito nem só a nós, como ajudou muito o Brasil porque o Brasil era... quando o doutor Juscelino pegou o Brasil, o Brasil era mudo, surdo e cego e paralítico. Nós nem carro estrangeiro, carro nacional nós não tinha. O carro era estrangeiro. Tudo que a senhorita queira, a senhora tinha que pedir. E, era importado. Nós não tinha automobilismo, nós não tinha automobilismo, nós não tinha energia, que tudo era estrangeiro aí ele... Nós não tinha estrada, a senhora pra vim ou a pessoa pra vim aqui do Ceará, do Nordeste pra vim aqui era 45 dia no pau-de-arara, não tinha estrada. Quarenta e cinco dias que vinha, gastava pra vim aqui. Então o doutor Juscelino pegou, até 64, a senhora já, de 64 a senhorita pegava um carro lá no Ceará ou no Rio Grande do Norte, com três dias a senhora tava aqui. Duas noite e uns dias, a senhora tava aqui. Pra ser com três dia pra 45 dia faz muita diferença. Então ele fez, não só fez a Brasília como fez estrada. Meteu automobilismo no país. Hoje todo mundo, qualquer um pobrezinho tem um carrinho pra andar. E meteu energia. Tem país que é cego, é porque não tinha luz. Andou porque teve carro pra andar... aí tirou da cadeira de roda. Aí não ouvia ainda rádio era muito pouco, nem televisão não tinha. Hoje nós temos televisão, quer dizer, ele fez o país escutar, fez o país enxergar, fez o país andar, sair da cadeira de roda, da paralisia. Eu acho que foi... pra mim? Foi uma coisa mais importante que teve, o doutor Juscelino fazer essa nova capital. O que nos ajudou não foi só nós, como o país, até o país mesmo evoluiu, cresceu muito porque os diversos estado, atrasado, sem habitação, tudo habitaram. Quem era o Goiás, aqui? O Goiás cresceu graça a Brasília. O pessoal tudo, cortado... A gente era carente mas o pessoal aqui era mais carente. Não sabia nada, nada, nada. Não vivia, vegetava. A gente achava que tava na pior mas tinha outros mais pior do que a gente. Não tinha estrada, não tinha nada. O pessoal vivia dentro da natureza, igual o índio, vivia pela natureza. E hoje eles têm tudo, hoje tem medicina, tem estrada, tem carro, tem tudo. Tudo que eles plantar, que eles construir, tem pra dispor... tem saída. E naquela época não tinha. Naquela época, eu fui criado numa época, tinha uma época que nós tinha muito milho e feijão pra vender, não vendia ninguém comprava. Porque eles criaram uma lei, não podia, que tudo que produzisse no estado tinha que consumir, pelo, naquele estado mesmo, não podia sair pra outro estado. Quer dizer, só atrasamento. A senhora tem um com abundância tem que jogar fora, a senhora não dá conta, tem que jogar fora? Não! Dá pra vende pra aquela pessoa que precisa. E tinha muito estado, principalmente o Nordeste. Que sempre é um país, um estado que passa miséria porque não, por causa de chuva, por falta chuva, não tem. Então mandasse pra lá, vendesse pra lá... Se não quisesse exportar, se não quisesse exportar, eles mandava pra aqueles país que tava faltando... praqueles estados que tava passando necessidade. Quer dizer que eu... é um atrasamento mas pessoa, naquela época. Até 40, 48, 50, 54 mesmo, tinha isso. Até Minas Gerais mesmo veio evoluir depois de quando Juscelino Kubitschek passou a ser governador do estado de Minas. Aí que o país começou... lá o estado começou crescer. Começou a crescer, começou a evoluir e aí a gente começou a ver outras coisas diferente. Tanto quando ele passou a ser governador do estado de Minas, depois do Estado de Minas, ele... pra governador, ele passou, foi presidente

da República. Aí que o país melhorou, o país criou outro alma. (CÂNDIDO, 1990, p.25, grifos do autor).

Brasília em construção ganha significado por seu símbolo para o país e para esses trabalhadores, é o momento cujas oportunidades de melhoria estavam traçadas. Por Brasília, o país entrou no marco do progresso. Para José Irismar Soeiro o marco do desenvolvimento do Brasil, associado à liderança de Juscelino Kubitschek, numa relação direta com a nacionalidade.

Filha, para mim, Brasília foi o marco de todo o progresso do Brasil. Porque eu analiso pela minha estadia aqui. Quando nós chegávamos aqui em Brasília, aquele que (incomp.) até a máquina era importada, filha, uma bicicleta era importada, não existia um carro, quer dizer, começou sair em 59, mas Brasília começou em 56, mas, já mérito da Brasília da administração de JK. Foi ele que trouxe a Chevrolet pra construir o primeiro carro aqui que saiu, o primeiro carro Chevrolet em 59, Chevrolet Brasília. E as outras marcas, que tem até uma com o nome dele, que é da fábrica nacional de motores, que foi vendida, que tem o carro JK. Tudo foi ele que trouxe, tudo começou em prol de Brasília, sem Brasília nada disso teria acontecido, por isso eu acho que aqui foi a meta pra todo o progresso do, a arrancada final, pra todo o progresso. Que hoje fica abobalhado de ver o que o Brasil já produz. Porque ainda é um espaço muito curto, de tempo, apesar que é 30 anos, mas, assim na mente é tão passageiro o espaço, que você acha que foi ontem, pra ter um progresso até hoje no país. Eu (incomp.) aqui mesmo, ou é só fachada. Tem isso aqui, um rádiozinho, que gente comprava aqui, porque todo pau-de-arara gostava de um rádio, de um ray-ban... Era importado, não tinha nada aqui, nada. (SOEIRO, 1990, p. 16-17).

Ou como para Severino Manoel dos Santos, para quem Brasília também é o núcleo irradiador do desenvolvimento do Brasil. Considerando-se como uma pessoa inculta, que na sua forma de entender é uma pessoa que tinha pouco estudo, e que se relaciona com o mundo mais por sua praticidade do que pela reflexão. Mesmo assim, quando se dispôs a pensar Brasília, entende que foi Juscelino Kubitschek que possibilitou despertar o gigante que era o Brasil.

Ó... Vera, no meu sentido inculto que sou, eu não sou culto, sou prático da vida, e me proponho às vezes pensar nas coisas. E, para o meu próprio modo achar e acreditar naquilo que eu penso, eu acho e acredito que Brasília foi o descobrir de um Brasil. Acho que Brasília... foi o restinho do lençol retirado de cima da cauda do gigante. Bom, meu pensamento é este .

(VL) - Do gigante adormecido?

(SS) - É, porque o gigante, estava dormindo só com os olhos abertos, não é? Mas não estava em pé. E Juscelino veio, e fez o bicho ficar em pé, a minha maneira rude de pensar é isso assim, viu? O Brasil... de fato, com a criação de Brasília passou a

ser o gigante mesmo, mas um gigante acordado. Um gigante... um gigante se mexendo... entendeu? Não é um gigante dormindo não. O que eu penso é isso. **Isso... Não se pode pensar de uma** outra maneira, não é? Hoje... você chega... um molequinho de 6 anos ali na rua, você pergunta alguma coisa com a ele com relação ao Hussein, lá no Oriente Médio, ele diz: "Papai disse que aquilo é um desgraçado." Isso é a comunicação, minha filha? Naquele tempo não havia isso, ninguém sabia nem o que era rádio. Quando chegava assim na casa de um... Estou lembrado, eu era menino, ia botar cana naqueles engenhos, lá no Nordeste, naquelas usinas, ali em Recife mesmo, na Usina Catende. Trabalhei cortando cana, cambitando cana, botando cana em esteira de usina... Você chegava na casa de um funcionário melhorado da usina, né? Tinha um rádio, um toca-fi... um... como é que chamava? Uma Vitrola, chamava-se vitrola. Aquele bicho rodando lá com a boca desse tamanho assim. Aquilo, a peãozada todinha no domingo ficava rodeada na frente da casa do patrão para ver aquilo tocando, aquilo cantando, não é? Hoje... o cara, o moleque deste tamanho anda com o rádio no bolso, não é? Não traz um documento, não tem documento. (SANTOS, 1990, p.16).

Há nos relatos dos trabalhadores-migrantes a relação da construção da Capital Federal com a figura de Juscelino Kubitschek. Para os trabalhadores, não se separam Brasília e JK. O significado da construção de Brasília é para Antônio Lourival Ramos Dias trazer à memória o que foi Juscelino Kubitschek para a vida deles e para o Brasil

(...) ... na hora certa", exatamente. Essa frase é americana, mas é uma frase boa: "O homem certo no lugar certo." Acho que foi o presidente Juscelino naquela época. E nós tamos falando aí sobre Brasília, mas o governo dele não foi Brasília só, o governo dele foi o Brasil todo, o verdadeiro descobridor do Brasil foi Juscelino. Se é que a gente pode brincar com a frase dessa forma. Ele fez tudo: energia, estradas, indústria automobilística, indústria naval, indústria aeronáutica, tudo começou com ele. Hoje... fazer um automóvel, hoje é brincadeira dentro do Brasil fazer um avião. Vender aí uma série de aviões aí pra fora, navios. Tudo começou com a ousadia dele. E uma coisa vai puxando a outra, cê pra fazer automóvel, fazer navio, cê tem que ter indústria de chapa, de perfil. Então cê começa a fazer, depois começa a sobrar, cê começa a vender pra fora, ganhar dinheiro, dar emprego. Bom, Brasília, pra começar, desenvolveu a indústria de material de construção, porque a solicitação era muito grande, então houve um desenvolvimento e um crescimento vertiginoso da indústria de material de construção dentro do Brasil. (DIAS, 1990,p.15, grifos do autor).

Oswaldo Alves do Nascimento, ao mesmo tempo em que reconhece a figura de JK, também reconhece o papel do trabalhador-migrante como sujeito da história da construção de Brasília. De tal maneira que sua posição é de protagonista da ação, tendo criticado o não-reconhecimento de Brasília ao trabalhador da construção civil, que ergueu a cidade e não recebeu em contrapartida nem um lugar para morar.

Particularmente eu acho que para mim foi orgulho, de ver isso nascer e crescer... e ser hoje um poder central do Brasil. Então isso me traz uma certa vaidade de ter visto isso praticamente só cerrado, hoje instalaram os prédios, uma arquitetura

assim... muito bonita. Então isso para mim, eu me sinto assim é... parte disso, né? Porque... eu acho que o pioneiro, isso é uma terra do pioneiro, porque foram eles que enfrentaram, às vezes, até a sua própria vida para construir isso aqui. Eu... eu porque não tenho dom político, mas se eu tivesse, eu acho que os pioneiros teriam que ser mais bem tratados, sabe? Porque a gente vê, até hoje, pioneiro aí que não tem onde morar. Eu sou um admirador do finado Juscelino, admiro demais. Acho que no Brasil, foi o maior homem que já deu... mas ele teve um esquecimento de uma parte. Acho que ele teria que ter deixado alguma coisa para o pioneiro. Aquele cara que veio em 57... Aquele cara que sofreu aqui e não tem, não tem hoje um local para morar. Eu não estou falando isso por mim... graças a Deus eu já não estou numa situação dessa. Então, talvez assim... é, ressentimento, mágoa de Brasília eu não tenho nenhuma... Mas, talvez assim, se você me procurar: "O que eu gostaria que fosse feito e que não foi feito por Brasília?" Eu acho que seria dar um teto para qualquer pioneiro. Isso teria que ser de graciosamente, por que isso é uma terra dele. Tenho um parente que... eu não levei essa proposta para ele. Eu trabalhei para ele ser eleito, se fosse, esse pedido eu faria a ele, que na Lei Orgânica do Distrito Federal teria que fazer algo por esse pessoal. Não é nada disso, que eu também não tenho nenhum parente nessa situação, mas eu sei que tem muitas pessoas assim que vieram em 57, 58 mas não têm onde morar. (NASCIMENTO, 1990,p.19-20).

Mesmo assim credita-se à Brasília a possibilidade de mudança de vida, pois tiveram oportunidade de trabalho, e por meio dela, melhoraram sua condição e de suas famílias, como relata Manoel Ramos dos Santos. O significado de Brasília indica a ligação com o trabalho e a oportunidade de trabalhar. Tem forte cunho de respeito, porque é ali que teve oportunidade para mudar de vida. Para ele, as pessoas que foram para Brasília acabaram não voltando. Tem na memória uma forte imagem dos povoados na época da construção e a comparação com a época da entrevista.

Pra mim significou muita coisa. Pode ser que se eu tivesse ficado na minha cidade, no Maranhão ou no Guaraf não sei, em Tupirama, a única coisa que eu podia ter me aprimorado mais era trabalhar na roça, na agricultura.(...) Mas eu gostei muito da construção de Brasília, me dei muito bem. Primeiro que eu conheci essa menina, me casei com ela aqui, tenho me dado muito bem, vou fazer 21 anos de casado, aliás, 20 anos, e me dou muito bem com ela, com a família dela. E consegui, apesar de ganhar muito pouco, mas consegui boas coisas aqui em Brasília, porque eu através de Brasília eu comprei uma fazenda com 200 alqueires lá no Maranhão. Eu tenho duas casas aqui em Brasília. Então eu tenho três filhos, todos os três filho estudam, quer dizer, eu tenho, como se diz, uma vida de operário, de funcionário de nível médio, porque todo eles aqui, recebe funcionário de nível médio pra cá não é nada. (...)Mas eu não penso muito bem assim, eu nunca saí do serviço público porque eu tive a sorte de ir pra Presidência da República.(...) Então eu acho que Brasília, de um modo geral, privilegiou muita gente. Teve esses incidentes, essas coisas assim, mas Brasília, pra quem veio trabalhar e só com a intenção de trabalhar mesmo, ele continua trabalhando, que aí aquelas pessoas que vieram trabalhar e melhorar de vida, que tiveram boas cabeça, boas idéia, tem muita gente rico do começo de Brasília. Eu conheço muitos colega meu que são ricos, têm bigs, duas, três casas, são pessoas que vieram pra cá do nada, trabalhar que nem eu e tiveram o pensamento mais positivo, aproveitaram o trabalho e foram mais vivo. A gente tem que dar, como se diz, o braço a torcer a essas pessoas.(...) Então, eu fiquei satisfeito, gostei e acho que a construção de Brasília foi uma boa pra todo o mundo que veio pra Brasília, pra todo mundo. Você, basta você pensar que em Brasília não tem, praticamente, ninguém daqui, só as pessoas que vêm nascendo da construção pra cá,

o resto tudo era gente de fora. E muito poucos foram embora daqui. Todos eles estão aí, trabalharam e vão ficando e vão trazendo as família e a maioria daquelas pessoas que vieram do começo de Brasília estão aí. Se for procurar, pelos arquivo, pelas coisa aí, você vai ver que as pessoas que não morreram ainda, eles estão por aí trabalhando. Então Brasília de uma certa maneira foi muito boa não só pras pessoas que vieram, como pra essa região daqui de Brasília, porque aqui, isso aqui era uma coisa terrível, como é que andava aqui? Não tinha nem cidade aqui perto, a única cidade que tinha era Formosa e Anápolis e Luziânia ali, mas naquele tempo era povoados, porque as cidades do interior de Goiás não era uma cidade grande, quer dizer, era um povoadinho. Agora sim, Luziânia, Formosa, as cidade foram crescendo, a própria cidade de Anápolis. Quer dizer, você passava em Anápolis assim em 58, 56, não é aquele mundo de cidade que tem lá agora. (SANTOS, 1990, p. 15-16, grifos do autor).

Nos relatos enuncia-se o que significou Brasília. Uma forte ligação em suas memórias da construção da Capital Federal é votada ao Presidente Juscelino Kubitschek. Ademais, boa parte de suas críticas sobre a cidade, não pousa nas relações do mundo do trabalho, que por mais que nos seus relatos estejam indicadas, o que os decepcionava ou lhes causava desconforto foram as condições de moradia e alimentação.

Desconsiderar o papel de Juscelino para os trabalhadores-migrantes é no mínimo menosprezar os rastros que os relatos dos trabalhadores da construção de Brasília podem indicar. Contudo, cabe a cautela nas considerações sobre as razões do porquê migrar. Como foi visto anteriormente, o que os leva a migrar são as condições imediatas de necessidade de trabalhar para adquirir o sustento. Por sua vez, ao estarem no contexto do canteiro, forma-se um ideário sobre um novo porvir.

A narrativa da história oral dos trabalhadores-migrantes tem introjetados elementos da estrutura cultural em que viveram. Do estigma da inteligibilidade ou da ignorância, na imagem da cidade, da estética, do aprendizado do canteiro de obras, na incapacidade do trabalho qualificado, do contexto de estratificação e precarização é que a memória oral enseja perceber a formação do todo inserido no micro. Em síntese, o entendimento da memória coletiva e o conflito da capital esperança.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurou-se trazer à cena a memória dos trabalhadores da construção de Brasília, registrada em seus relatos. Alguns casos, mais do que simples relatos, são a trajetória dos que representavam à mão-de-obra menos qualificada, com muitos traços cujo passado os aproximava de uma origem social comum. Ainda que proviessem de diferentes locais. Está nos arquivos e nos relatos o exemplo de uma mobilidade social provocada por um objetivo comum e coletivo em busca de trabalho e de um sonho de melhoria de vida.

A revisão da literatura pesquisada orientou os fundamentos teóricos que justificaram o olhar direcionado para um momento único da história do Brasil, pleno de significado político, social e humano. Apesar da grandeza do projeto, restou a frieza dos espaços físicos de Brasília, com uma história de divisionismo social desde seu nascimento, conforme demonstrado ao longo desta dissertação. Os autores pesquisados forneceram o instrumental teórico que justifica a linha de análise desta proposta. Os relatos dos trabalhadores deram o testemunho do que Campos (1991) denominou de “segregação planejada”. Como exemplifica a constatação de Delcídes Abadia Silva²⁰: um pioneiro que mora de aluguel em “fundo de casa dos outros”.

O descaso do Estado ao trabalhador-migrante, não faz de Brasília uma situação isolada. Realça-a, em função da grandiosidade de um projeto que não contemplou no projeto a inserção da mão-de-obra da construção civil. Mesmo fora da história documental, outros olhares têm uma visão muito crítica desta realidade, como se vê no poema a seguir de Thiago de Melo.

Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição, era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
"Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar"
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer

²⁰ Vide página 74

Tá vendo aquele colégio moço
 Eu também trabalhei lá
 Lá eu quase me arrebento
 Fiz a massa, pus cimento, ajudei a rebocar
 Minha filha inocente vem pra mim toda contente
 "Pai vou me matricular"
 Mas me vem um cidadão:
 "Criança de pé no chão aqui não pode estudar"

Essa dor doeu mais forte
 Por que é que eu deixei o norte
 Eu me pus a me dizer
 Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
 Tinha direito a comer
 Tá vendo aquela igreja moço, onde o padre diz amém
 Pus o sino e o badalo, enchi minha mão de calo
 Lá eu trabalhei também
 Lá foi que valeu a pena, tem quermesse, tem novena
 E o padre me deixa entrar
 Foi lá que Cristo me disse:
 "Rapaz deixe de tolice, não se deixe amedrontar
 Fui eu quem criou a terra
 Enchi o rio, fiz a serra, não deixei nada faltar
 Hoje o homem criou asas e na maioria das casas
 Eu também não posso entrar"

www.daescola.com.br/ - acesso em 25/5/08

Neste sentido o confronto entre os relatos da memória e a literatura legitima o objetivo deste estudo e da visão aqui exposta sobre o conjunto de realizações entre os anos de 1956 e 1960 no projeto de “50 anos em 5”.

As jornadas exaustivas, por vezes de 15, 16, 17, 18 horas por dia. As condições de moradia, em barracos de lona e madeira, expostos à chuva e ao frio. Os planos de execução do Estado que impossibilitava a fixação do trabalhador. São comprovações vivas manifestas nos relatos, documentos de história oral.

No cotidiano do canteiro de obras, buscou-se a lembrança nostálgica da cidade em construção e da figura de JK, com as representações estigmatizantes. No trabalho desqualificado, nas relações com a guarda de Brasília, na maneira como o próprio trabalhador se identificava surge em vez do “pioneiro”, o “prioritário”, como relata Luciano Pereira²¹.

Thompson (1981) contribui para a concepção da cultura. As maneiras pelas quais os sujeitos interpretam a realidade social em que viveram não ocorrem somente por meio das relações materiais dos indivíduos. Na base cultural há relações de poder, que na trajetória de vida dos sujeitos formam a sua experiência social. No caso dos trabalhadores-migrantes, pelo

²¹ Vide página 76.

estigma, fundado na incapacidade, ignorância, despreparo e pouco estudo e como até os trabalhadores interpretam os seus pares.

Por outro lado, no reconhecimento como sujeitos atuantes que buscaram mudar sua realidade, é que surge Brasília, como marco, o ponto zero, uma alternativa para uma outra história de vida. Nisto se funde tanto a figura de JK como a experiência da cidade em construção. O Estado contribuiu para formar a visão de Brasília como capital esperança, fazendo uso dos cinejornais, da Rádio Nacional e na presença de Juscelino nos canteiros de obra.

Há nos relatos desses trabalhadores uma conjugação de pelo menos três tempos, distintos e complementares. Distintos cronologicamente, porque é o tempo do acontecido, do narrado e o do seu uso. Complementares, tendo em vista que essas três temporalidades não ocorrem isoladas, relacionam-se diretamente com a experiência social que o sujeito teve com o mundo material, seus valores e suas culturas.

Em cada registro da memória dos trabalhadores, não significa que existiu o mais e o menos “verdadeiro”. Há traços, pistas sociais que demonstram certa correlação.. De acordo com Bosi (2003), o sujeito ao recordar traz no seu relato uma constante do lembrar, esquecer, identificar-se, diferenciar-se. O que “unifica, diferencia, corrige e passa a limpo”. (BOSI, 2003, p.408). Na memória de cada um desses sujeitos, representa-se a memória coletiva.

Um dos elementos que contribuem para a interpretação sobre o passado é a posição que o sujeito ocupa na divisão social do trabalho. Entretanto sua interpretação não está alheia à experiência do sujeito em coletivo e às suas contradições. Por isso, para Severino Manoel dos Santos, que fez parte da guarda de Brasília, o trabalhador era bem compensado nas condições de moradia e alimentação, enquanto que o trabalhador Manoel Pereira da Silva as condições eram as piores possíveis, expostos ao calor e frio.

De acordo com Bosi (2003) “a percepção pura do presente, sem sombra nenhuma de memória, seria antes um conceito-limite do que uma experiência corrente de cada um de nós”. (BOSI, 2003, p.37). Quem relembra o passado, por mais que sejam relatos individuais, só o faz por meio do contato do indivíduo com a sociedade. Nas memórias individuais é possível se perceberem as transformações sociais, por mais que estejam expostas à ficção, à invenção, esquecimento e criatividade do ato de lembrar.

A incursão na memória coletiva permite delimitar a fronteira que une passado e presente. O monumento Brasília, na racionalidade das suas formas, não deixa também de ser um monumento humano pelo que arregimentou de migrantes que a construíram no trabalho e na luta pela sobrevivência. Daí se torna imperioso considerar a experiência dos indivíduos em

grupos por via da “(...) permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações” (NORA, 1995, p. 8), em vez de entendê-la de forma impermeável, estática, submetida a grupos, sociedade. Nora (1995) entende memória individual/coletiva, como construções heterogêneas de atualizações de lembranças vagas, globais e flutuantes.

Por meio da experiência social dos sujeitos manifesta em seus relatos pode-se situar o trabalhador inserido no processo histórico. Expressam os seus valores, simbolismo, costumes e regras de regulação social. Mesmo considerando apenas o relato de doze trabalhadores que participaram da construção de Brasília em um universo que chegou a 60 mil pessoas, são uma amostra do que está incorporado nos documentos de história oral.

Ao chegarem a Brasília surge a paisagem da cidade. Nos relatos de memória, aparece a imagem da cidade. Toda aquela poeira, a vegetação, os prédios surgindo. Ao mesmo tempo que os sentimentos de esperança renovada, de alegria por ver a cidade surgir. Pertencer à cidade, mesmo não sendo por ela acolhido, é ver a cidade crescer, viver e comprovar no que ela se tornou.

Desta maneira o objetivo deste trabalho foi de trazer à cena os trabalhadores da construção de Brasília. Investigar suas memórias foi um exercício de trazer para esta dissertação não o fabuloso e espetacular, mas tudo aquilo que se pode considerar o mais comum, o dia-a-dia de uma cidade em construção. Neste exercício, percebeu-se o embate constante entre os interesses do Estado e os interesses dos sujeitos.

O que está incorporado no relato do trabalhador revela o contexto nos canteiros de obra, na divisão social do trabalho, nas condições de moradia e alimentação, nas rotinas exaustivas, no controle das empresas, nos acidentes e brutalidade da guarda de Brasília.

De acordo com Thompson (1992), a História Oral possibilita escrever uma história mais realista do passado. Nela se aceitam as incongruências da realidade, aberta à adaptação e às suas complexidades. Escrever por meio dos relatos dos trabalhadores da construção civil de Brasília, não está na intenção de uma história mais verdadeira, porém foi na tentativa de se aproximar das lembranças e sentimentos de homens e mulheres migrantes dos grotões do país, construíram a Nova Capital Federal.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barborsa. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 348p.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Ocorrência 851**. cx 774. 22 maio 1958.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política (1956-1961)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 271p. (Obras Escolhidas)
- BLOCH, Marc. BENJAMIN, Leopold. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLLE, Willi, **Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória de Velhos**: São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, Andrea da Costa; FALCÃO, Fernando A. R.; NIEMEYER, Oscar. **Guia de urbanismo, arquitetura e arte de Brasília/** Andrea da Costa Braga, Fernando A. R. Falcão. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 1997. 160p.
- BROWN, C.J. Memoire et histoire: la deformation de la realité chez lês rhétoriquers à la fin du Moyen Age. In: ZUMTHOR, P. e ROY, B. **Jeux de mémoire**. Montreal, Presses de l'Université de Montreal, 1985
- BUENO, Francisco da Silva. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. V. 1 e 2. São Paulo: Lisa, 1998.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURSZTYN, Carlos; ARAUJO, Carlos Henrique Ferreira de. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.
- CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In.: PAVIANI, Aldo (org.). **A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Brasília, cap. 5, 1991, p. 97-114.
- CÂNDIDO, Clementino. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 27 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. São Paulo: Edusc, 2005.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **História, memória e esquecimento na construção de Brasília:** Geração e uso de depoimentos orais na reconstrução da História da cidade. VI Encontro Nacional de História Oral. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Memórias de um trauma:** O massacre da GEB (Brasília – 1959)..II Seminário PROCAD. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

CARDOSO, Míriam L. **Ideologia do desenvolvimento:** Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: Imagens e representações. In.: COSTA, Cléria Botelho da. MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). **Contar história, fazer História:** História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 167-180.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos velhos de guerra:** Massacre no canteiro de obras na construção de Brasília. Rio de Janeiro: Sagres Rome Vídeo Ltda. 1994. 1 fita de vídeo (113 min), VHS, son., color.

CASTRO, Ângela de. **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: Da Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1991.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (Coord.) Ceilândia: resgate histórico. **Cadernos de Pesquisa.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal. 2 ed., nº 10, 48 p., 2005a.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (Coord.) Feiras Livres. **Cadernos de Pesquisa.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, nº 11, 48 p., 2004a.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (coord.) Planaltina: um referenciamento de fontes. **Cadernos de Pesquisa.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal 3 ed., nº 8, 40 p., 2004b.

CASTRO, Silvia Regina Viola de. (coord.) Taguatinga: ontem e hoje. **Cadernos de Pesquisa.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, nº 12, 50 p., 2005b.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Apresentação:** Os trabalhos da memória. In.: Memória e sociedade: Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 179p.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. **Folha de**

Pagamento. Brasília: ArPDF.dez.1956 – dez. 1957.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. **Intervenções da memória na historiografia:** identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Projeto História. São Paulo, 17, 1998.

DA MATA, Roberto da. **Relativizando:** Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1984.

DELGADO, Lovis Rocha. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 16 p.

DELGADO, Lucilia. FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano:** O tempo da Experiência Democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucilia. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

DIAS, Antonio Lourival Ramos. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARRET, Ricardo Libanez. O Estado, a Questão Territorial e as Bases de Implantação de Brasília. In.: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, Ideologia e Realidade:** Espaço Urbano em Questão. São Paulo: Projeto, 1985. p. 17-26.

FERNANDES, Florestan. **Intérpretes do Brasil:** A Revolução Burguesa no Brasil. 2 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FLEURY, Sônia. **Seguridade Social:** a agenda pendente. Saúde em Debate, Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBESD, São Paulo, v. 27; n. 65, p.414-424, 2003.

FREITAG, Bárbara. Duas cidades entre a história e a razão: homem, cidade, natureza. **Revista: Tempo Brasileiro,** Rio de Janeiro, v. 116, p. 39-58, 1994.

FREITAS, Grace de. **Brasília e o projeto construtivo brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FUNDACENTRO. **A segurança e medicina do trabalho na Construção Civil.** São Paulo: Fundacentro, 1982.

GABNEBIN, Jean Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFF, Jacques Lê. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo:

UNESP, 1998. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 2ª reimpressão.

GOFF, Jacques Lê. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5 ed. São Paulo: UNICAMP, 2003.

GRANDI, Sonia Lemos. **Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho**. 1985. 682fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo.

GRANDI, Sonia Lemos. **Relações de trabalho e rotatividade na construção civil**. 1979. 203fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

GUEDES, Simoni Lahud. **Jogo de Corpo: Um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUF, 1997. 355p.

GUIMARÃES FILHO, Augusto, **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal. 1990, p.11-12

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 460p.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 336p.

HOLANDA, Frederico de, KOHLSDORF, Maria Elaine, KOHLSDORF, Gunter. **Brasília: Da Carta de Atenas à Cidade de Muros**. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil – Caderno de Resumos. São Carlos: Depto. de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003, p. 34.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362p.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 316p.

INAUGURADO, Ontem, Em Brasília, O Palácio da Alvorada. **Correio da Manhã**. Brasília, Nov./ mar., 1957/1958. (Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **1º Recenseamento de Brasília**. Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás: Conselho Nacional de Estatística, 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral de 1960: Censo demográfico, sinopse geral**, 1960.

LE VEN, Michel Marie. **Dazinho: um cristão nas minas**. Belo Horizonte: O lutador, 2005.

LÉFÈBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, Luís Carlos. **Brasília: o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder**.

Porto Alegre: UFRGS/Revista Gaúcha de Enfermagem, 1996. 247p.

MAIA, Andréa Casa Nova. História Oral: Revendo antigas questões e enriquecendo o debate. **Cromos Revista de História**. Pedro Leopoldo: 2000. p. 07-19

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Tradução de Octávio Alves Velho. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MAZZOLA, Philomena Leporoni. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1988. 25 p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: A Construção da Nacionalidade**. Um meio para muitos fins. Vitória: EDUFES, 1998.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In.: DELGADO, Lucilia. FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da Experiência Democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 22p.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In.: DELGADO, Lucilia. FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da Experiência Democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-96.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília** 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, 1995.

NUNES, Brasilmar Ferreira (Org). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NUNES, José Walter. Imagens em movimento na história de Brasília. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 27, dez. 2003, p.217-240.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Discursos (1956)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. 370p. (Coleção Brasil 500 Anos).

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Realidades, perspectivas: discursos**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1955. 461p. (Coleção cultural; 5).

OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: Uma Cidade ou um Capital à Época de sua Inauguração? **Cadernos Metrópole Desigualdade e Governança**. nº 15. São Paulo: EDUC, 2006, p. 89-112.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASSOS, G.. **Serviço Gráfico do IBGE**, v. XXXVI, nov. 1957, p. 498.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In.: PAVIANI, Aldo (Org.). **A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília**. Cap. 5. Brasília: Ed. De Brasília, 1991, p. 115-141.

PEREIRA B. Luiz Carlos. Interpretações Sobre o Brasil. In.: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.17-69.

PEREIRA, Luciano. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 29 p.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os muitos tempos da memória**. Projeto História . São Paulo, 17, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. N. 3. Rio de Janeiro, 1989.

PRADO, José Lafaiete Silviano do. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal 1990, p.5.

PRINS, Gwyn. História oral. In.: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 163-198. Tradução de Magda Lopes.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. 48p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In.: PAVIANI, Aldo. (Org.) **A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília**. Cap. 1. Brasília: Ed. De Brasília, 1991. p.25-61.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da Esperança: Brasília, estudo sobre uma grande obra da construção civil(a)**. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Brasília, Brasília:UNB.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro**. São Paulo: Marco Zero, 1991.

ROCHA, Gladson. **Minha opção por Brasília: planejamento urbano e arquitetura**. Brasília: Thesaurus, 1996. 176p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SANTOS, Severino Manoel dos. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A Pós-Revolução Brasileira. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo (Org.). **Brasil Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

(Coleção Documentos Brasileiros).

SHARPE, Jim. A história vista de Baixo. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Delcídes Abadia. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 12 p.

SILVA, Inaê Elias Magno da. **A cidade do silêncio: práticas urbanas, sentimentos e representações sociais em Brasília**. In.: *Novas Identidades Urbanas na América Latina*. Roze, Jorge P. Et. All. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

SILVA, José Cosme da. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 26 p.

SILVA, José Manuel Klufft Lopes da. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da Silva. **A construção de Brasília: Modernidade e Periferia**. Goiânia: Editora EFG, 1997.

SILVA, Manoel Pereira da. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 23 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.); HALL, Stuart.; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOEIRO, José Irismar. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 28 p.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua Participação Política**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Operários e Política: Estudo sobre os trabalhadores da construção civil em Brasília**. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Trabalhadores Pobres e Cidadania: A experiência da Exclusão e da Rebelião na Construção Civil**. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 : árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 204p.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VARELA, Sebastião. **O Candango na Fundação de Brasília.** Brasília: Secretaria de Educação e Cultura GDF, 1981.

ANEXO A: Figuras ilustrativas



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.04.04.B.01 Nº 55
CONTEÚDO: GALPÕES DA NOVACAP - VELHACAP
(ALOJAMENTO)
LOCAL: CANDANGOLÂNDIA-DF DATA: 04/01/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.04.04.B.01 Nº 58
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - CANDANGO NA LONALÂNDIA
LOCAL: CANDANGOLÂNDIA-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.04.04.B.01 Nº 67
CONTEÚDO: VISTA PARCIAL DE EVENTO
NO ESCRITÓRIO DA NOVACAP
LOCAL: CANDANGOLÂNDIA-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
OV.D.04.04.B.01 Nº 95
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE - DF DATA: 30/09/1958
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.01 N° 118
CONTEÚDO: CIGANOS - HOTEL SOUZA
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE-DF DATA: SETEMBRO DE 1959
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.D.04.B.01 N° 119
CONTEÚDO: CINEMA E SALÃO DE BELEZA
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE-DF DATA: SETEMBRO DE 1959
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.04.04.B.01 N° 155
CONTEÚDO: VISTA DA CIDADE - CANDANGOS CHEGANDO NA CIDADE LIVRE
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.01 N° 157
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - MÓVEIS PLANALTO
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE-DF DATA: 1957-1960
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.01 Nº 160
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE -
CANDANGOS EM UMA RUA
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.02 Nº 343
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - CONSTRUÇÃO DA CÚPULA DO SENADO
FEDERAL, COM OPERÁRIOS
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1959-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.02 Nº 367
CONTEÚDO: FUNDAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: OUTUBRO DE 1957
AUTOR: MÁRIO PONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.02 Nº 351
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - CONSTRUÇÃO
DO CONGRESSO NACIONAL
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1959-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.D.04.B.05 Nº 724
CONTEÚDO: CONSTRUÇÃO DE MINISTÉRIOS -
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS COM CANDANGOS
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: 03/09/1959
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



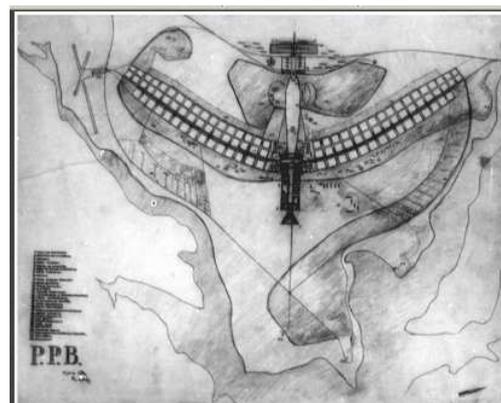
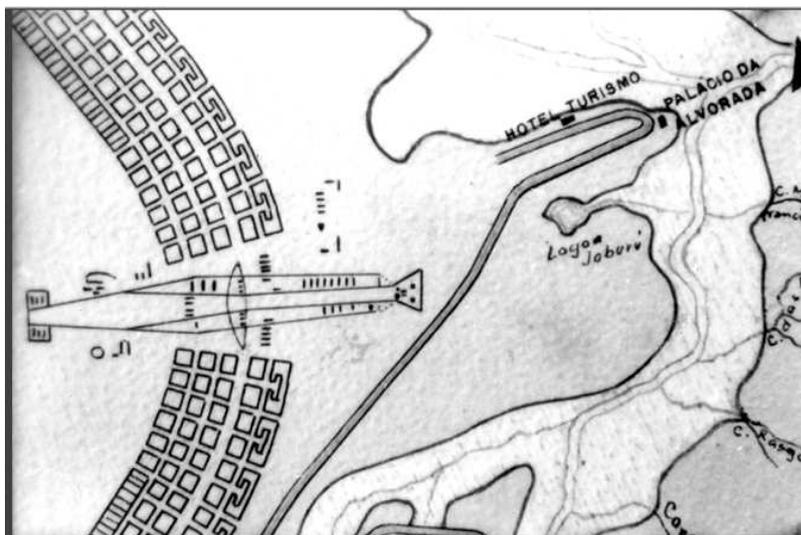
ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.6 Nº 759
CONTEÚDO: RESTAURANTE DO SAPS, NA VELHACAP
LOCAL: DISTRITO FEDERAL - DATA: [1958-1959]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.D.04.B.06 Nº 761
CONTEÚDO: REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRAS DO IAPB
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: 24/05/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.11 Nº 1148
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - CANTEIRO
DE OBRAS DO I.A.P.I
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 18/03/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
 NOV.D.04.04.B.19 N° 1972
 CONTEÚDO: PLANO PILOTO - URBANISTA LÚCIO
 COSTA, LAGO - PROJETO VENCEDOR
 LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: [1957-1960]
 AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
 NOV.D.04.04.C.04 N° 3257
 CONTEÚDO: OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
 LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 04/01/1958
 AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



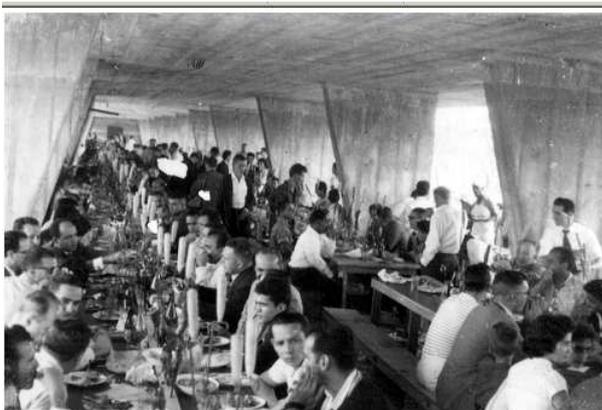
ARQUIVO PÚBLICO DO DF
 NOV.D.04.04.C.04 N° 3290
 CONTEÚDO: OPERÁRIOS DE OBRAS, NA
 ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
 LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1957-1960]
 AUTOR: NÃO IDENTIFICADO



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.C.04 N° 3405
CONTEÚDO: CAMINHONEIRA DE BRASÍLIA
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 14/03/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.D.03 N° 3671
CONTEÚDO: DESFILE DO PESSOAL DA NOVACAP, NA
INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA, FUNCIONÁRIO DA NOVACAP,
JACINTO DE ALMEIDA LIMA (À FRENTE, 3ª DA DIR. P. ESQ.)
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 21/04/1960
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.D.04 N° 3879
CONTEÚDO: CONFRATERNIZAÇÃO NO I.A.P.B -
FESTA DA CUMIEIRA
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 22/03/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.D.04 N° 3883
CONTEÚDO: CONFRATERNIZAÇÃO NO I.A.P.B -
FESTA DA CUMIEIRA DE UM BLOCO DO I.A.P.B
LOCAL: BRASÍLIA-DF - DATA: 22/03/1958
AUTOR: MÁRIO FONTENELLE